



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**TRABALHADORES DE BAIXOS SALÁRIOS NUM CONTEXTO
DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: ESTUDO DE CASO
DA CLASSE TRABALHADORA NA TANZÂNIA**

Likele Hamidu Shungu

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Likele Hamidu Shungu** em 31/03/2010 e orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni.*

CPG, 31/03/2010



Campinas, 2010

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Sh92t	<p>Shungu, Likele Hamidu. Trabalhadores de baixos salários num contexto de globalização neoliberal: estudo de caso da classe trabalhadora na Tanzânia/ Likele Hamidu Shungu. – Campinas, SP: [s.n.]. 2010.</p> <p>Orientador : Marcelo Weishaupt Proni. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Trabalhadores – Tanzânia. 2. Neoliberalismo. I. Proni, Marcelo Weishaupt. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p>10-019-BIE</p>
-------	---

Título em Inglês: Neoliberal globalization and the new class of working poor: a case study of the working class in Tanzania

Keywords: Working class ; Neoliberal reforms ; Decent jobs

Area de Concentração : Economia Social e do Trabalho

Títuloção: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Prof. Dr. Carlos Salas Paez

Profa. Dra. Suzanna Sochaczewski Evelyn

Data da defesa: 31-03-2010

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluna: LIKELE HAMIDU SHUNGU

**“Trabalhadores de baixos salários num contexto de globalização neoliberal:
estudo de caso da classe trabalhadora na Tanzânia”**

Defendida em 31 / 03 / 2010

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. MARCELO WEISHAUPT PRONI
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. CARLOS SALAS PAEZ
Colégio de Tlaxcala - México



Profa. Dra. SUZANNA SOCHACZEWSKI EVELYN
DIEESE/SP

DECLARAÇÃO

Eu, Likele Hamidu Shungu, declaro que esta dissertação representa meu próprio trabalho, exceto onde haja referências a outros, e isso não inclui nenhum trabalho já apresentado com sucesso para outra graduação.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais, Sr. e Sra. Hamidu Shungu, aos meus parentes Nakwala, Mikindu e wagala e aos meus pequenos amigos de trabalho Hamidu e Faith.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não seria possível sem a assistência de um número de pessoas que, de uma forma ou de outra, vem me apoiando, seja moralmente, socialmente ou materialmente, do começo ao fim.

É com satisfação que agradeço ao meu supervisor Marcelo W. Proni por seu encorajamento, apoio e orientação, que me permitiram desenvolver e realizar a pesquisa inteira. Gostaria de agradecer ao Professor Bastian por sua assistência em aula e por ter me ajudado a encontrar um bom plano para meu trabalho de pesquisa. Aos meus dedicados professores Alejandra, pelas boas aulas de macroeconomia, Eugenia, pelas boas aulas de métodos quantitativos com a assistência de Roberto Bhoghi, que me ajudou a desenvolver bons traçados da minha pesquisa. Ao Professor Anselmo, como nosso coordenador do programa da GLU e sua assistente Jacqueline, por prepararem um bom ambiente para estudos, ainda que desafiados por muitos empecilhos, estiveram sempre prontos para nos auxiliar com questões acadêmicas e sociais do dia-a-dia. Agradeço aos Professores Salas e Gori por sua orientação final e por sua ajuda na organização do meu trabalho e na execução de um trabalho claro. Aos meus colegas de sala, Tiyamike, Julie, Daniel, Eveline, Baba aye e Jordan pelo apoio moral e material durante todo o ano que convivemos juntos.

Estou também em dívida com minha família, que foi capaz de ficar longe de mim por todo o período dos meus estudos no exterior. Meus adoráveis pais Hamidu e Christina, tenho orgulho de ter sido criada por vocês e assim, ter me tornado o que sou hoje. Agradeço ao Secretário Geral, aos recursos humanos e a outros trabalhadores da área do Sindicato dos trabalhadores do comércio e da indústria da Tanzânia (TUICO) por me darem um senso de encorajamento e tempo para poder realizar esses estudos de um ano.

Não posso mencionar todos os nomes das pessoas que me ajudaram, ou teria que fazer um novo capítulo, então apenas apresento minha consideração e bênção a todos que não foram mencionados aqui, mas que me apoiaram de qualquer maneira durante a realização deste trabalho de pesquisa.

RESUMO

Acredita-se que o emprego é a melhor maneira de combater a pobreza. O governo da Tanzânia, após a adoção de políticas neoliberais, esperava que uma economia de mercado criasse empregos produtivos que aumentariam a renda da classe trabalhadora. O que motiva o autor a realizar este estudo é o fato de que, após o início da globalização neoliberal, houve uma criação e a reprodução do grupo de pessoas que estão trabalhando, mas elas ainda são pobres: os “trabalhadores pobres”.

Portanto, este estudo, através da utilização de fontes secundárias, tentou entender os impactos das reformas neoliberais sobre a criação e a reprodução do grupo de trabalhadores pobres. Ao invés de empregos de qualidade, recebemos empregos sem qualidade que se caracterizavam por baixos salários.

O estudo veio com a descoberta de que algumas tendências – privatizar ou sacrificar os serviços sociais para as forças de mercado, através de políticas de distribuição de renda, fiscal, monetária e comercial, bem como a flexibilização da legislação trabalhista - contribuiu com o surgimento de baixa e má qualidade dos empregos e com a diminuição do salário real dos setores que foram deixados para enfrentar as forças do mercado.

Este estudo deverá beneficiar os políticos e os atores sociais, dando-lhes argumentos para melhores políticas que aumentem a renda da classe operária e transformem a sociedade tanzaniana, de trabalhadores pobres para trabalhos de qualidade e dignos.

Palavras-chave: Trabalhadores pobres; reformas neoliberais; empregos decentes.

ABSTRACT

Employment was believed to be the best way to tackle poverty. The Tanzanian government after adopting neoliberal policies from socialism expected that a market economy would create productive jobs that would increase income of the working class. What motivates the writer to undertake this study is the fact that, prior to the onset of neoliberal globalization, there have been a class of people who are working, but yet they are still poor: “the working poor”.

Therefore this study through the use of secondary sources attempted to understand the impacts of neoliberal reforms to the creation of the working poor. Instead of decent and productive work we receive unproductive and non decent jobs.

The study came with the findings that some tendencies – privatizing or sacrificing social service for market forces, through policies for distribution of income, fiscal, monetary and trade policies as well as flexibilization of the labour law – contributed to the rise of unproductive jobs and decline of real income of sectors that were left to confront market forces.

This study is beneficial for policy makers and social actors by giving them arguments for better policies that would increase income of the working class and transform Tanzanian society from working poor to productive and decent jobs.

Keywords: working poor; neoliberal reforms; decent jobs

ÍNDICE

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Índice.....	v
Abreviaturas.....	vii
Lista de tabelas.....	ix
Lista de figuras.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
REVISÃO DA LITERATURA.....	10
REVISÃO.....	
1.1 Globalização neoliberal.....	10
Globalização.....	
1.2 Reformas do mercado de trabalho sob o neoliberalismo.....	13
1.2.1 Liberalização do comércio.....	15
1.2.2 Liberalização financeira.....	17
1.2.3 Flexibilização.....	19
1.2.4 Políticas macroeconômicas.....	20
CAPÍTULO 2	
A ECONOMIA DA TANZÂNIA E SUA INTEGRAÇÃO NA ECONOMIA GLOBAL.....	25
2.1 Uma visão geral da Tanzânia.....	25
2.2 A economia da Tanzânia desde a independência até a era neoliberal.....	26
2.3 A economia da Tanzânia durante a era neoliberal.....	28
2.3.1 Políticas macroeconômicas e mudanças institucionais.....	28

2.3.2 O atual desempenho econômico.....	31
CAPÍTULO 3	
A CLASSE TRABALHADORA E OS IMPACTOS DAS REFORMAS.....	37
3.1 Os trabalhadores pobres.....	37
3.2 População empregada.....	42
3.3 Realização educacionais da força do trabalho.....	52
3.4 Tendências do salário real na Tanzânia.....	55
3.5 Políticas do governo para a distribuição de renda e redução da pobreza na Tanzânia.....	58
3.5.1 Políticas públicas.....	59
3.6 Flexibilidade e legalização dos trabalhos não padronizados.....	71
CAAPÍTULO 4	
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	75
4.1 Conclusão.....	75
4.2 Recomendações.....	78
Bibliografia.....	82

ABREVIATURAS

ANSA	Alternativa para o neoliberalismo na África do Sul
UE	União Europeia
ELRA	Lei do emprego e da relação de trabalho
FINCA	Fundação para assistência à comunidade internacional
PIB	Produtos Interno Bruto
KILM	Indicadores-chave do mercado de trabalho
HIV/AIDS Adquirida	Vírus da Imuno Deficiência Humana/ Síndrome da Imuno Deficiência
IDH	Indicadores do desenvolvimento humano
ICEM	Trabalhadores Internacionais do metal, da energia e da química
ILFS	Pesquisa da força integrada de trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
IMF	Fundação Internacional do Metal
IUF	União Internacional de Alimentos
MKUKUTA	Mkakati wa Kupunguza Na Kupambana na Umasikini
MOH	Ministério da Saúde
ONGs	Organizações não-governamentais
OECD	Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento
PAYE	Pague quanto puder
PHDR	Relatório de Pobreza e de Desenvolvimento Humano
PPP	Paridade do Poder Aquisitivo
PRSP	Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza
PRIDE	Promoção da Iniciativa Rural e do Desenvolvimento
PSI	Serviço Público Internacional
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas do Comércio e Desenvolvimento
UNDP	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
URT	República Unida da Tanzânia
US\$	Dólar Americano

USSR	União da República Socialista Soviética
SACCOS	Sociedades Econômicas e Cooperativas de Crédito
SAP	Programas de Ajustes Estruturais
TB	Tuberculose
BM	Banco Mundial
WIEGO	Mulheres no Emprego Informal: Globalizar e Organizar
OMC	Organização Mundial do Comércio

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Trabalhadores pobres na Tanzânia 1991 e 2000/01.....	37
Tabela 2: Taxas de desemprego na Tanzânia 1990 a 2006.....	40
Tabela 3: Distribuição da população empregada por ocupação em 2000/01 e 2006.....	43
Tabela 4: Distribuição da população empregada por setor em 2006.....	46
Tabela 5: Compromisso do setor informal por indústria e sexo, 2006.....	47
Tabela 6: Distribuição da população empregada por setor em 2006.....	48
Tabela 7: Renda média real dos trabalhadores remunerados por setor de emprego (para taxa de câmbio de US \$ e Tshs) em 1990/91,2000/01 e 2006.....	49
Tabela 8: O subemprego até o emprego total, 1991, 2000 e 2006.....	51
Tabela 9: Impostos médios até taxa do PIB em 1985 a 2006.....	60
Tabela 10: O valor das despesas correntes em porcentagem 2006.....	61
Tabela 11: Gastos educacionais na Tanzânia (comparados com países subsarianos e países industrializados)	63
Tabela 12: Salário mínimo como o oferecido pela ordem salarial em vários setores na Tanzânia 2006.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tendência do crescimento do PIB na Tanzânia durante os anos de 1988 a 2007.....	32
Figura 2: Fluxo do FDI na Tanzânia em US \$ 1998 a 2007.....	33
Figura 3: Investimento estrangeiro direto em diferentes setores econômicos 2002.....	34
Figura 4: Comparação da balança do desempenho comercial ano 1998 a 2007	35
Figura 5: O número de dependentes sobre a população trabalhadora em milhões 2006.....	38
Figura 6: Distribuição da população na Tanzânia 2006.....	39
Figura 7: Índice de mortalidade masculina 1998 a 2004	41
Figura 8: Índice de mortalidade feminidade 1998 a 2004	42
Figura 9: Comparação de salário em setores de emprego entre autônomos e assalariados em US \$ (para a taxa cambial de US \$ e Tshs) 2006.....	50
Figura 10: Capacidade educacional da força de trabalho, 2003.....	53
Figura 11: Relação entre renda e educação em 2006	54
Figura 12: Salário real em diferentes setores na Tanzânia de 2000 a 2006.....	55
Figura 13: Salário mínimo urbano real (1980-1990).....	56
Figura 14: Salário real no setor de manufatura, 1992 a 1998.....	57
Figura 15: Distribuição de renda na Tanzânia 2006.....	59
Figura 16: Despesas do consumo das famílias em relação a preços atuais 1998 a 2007.....	66
Figura 17: A taxa de juros e inflação na Tanzânia 1986 ano 2008.....	67

Figura 18: Poupança e comparação de taxas de investimento 1986 a 2007.....68

INTRODUÇÃO

Prática do estudo

Os dados estatísticos atuais revelam que, antes do início da crise, mais de 1,2 bilhão de trabalhadores ao redor do mundo vivia com suas famílias na pobreza, vivia com menos de US \$ 2 por pessoa por dia, essa figura representava 46 por cento de todos os trabalhadores ao redor do mundo (OIT, 2009). Recentemente, há um debate crescent entre economistas e ativistas sociais a respeito da questão dos trabalhadores pobres no mundo. O padrão de trabalho mutante e uma polarização crescent do Mercado de trabalho entre o trabalho de baixa qualificação e o trabalho de nenhuma qualificação criaram novos riscos de pobreza entre a população empregada, esse grupo de trabalhadores é nomeado “trabalhadores pobres”. O conceito “trabalhadores pobres” se expandiu nos Estados Unidos nos anos 70 e se tornou bastante aplicável às realidades do Mercado de trabalho no mundo (Gundogan et al, 2005).

Há uma crença comum de que o emprego é a melhor maneira de combater a pobreza, recentemente, não apenas os desempregados são pobres, mas há pessoas que trabalham e ainda assim vivem na pobreza. É importante notar a diferença entre pobres e trabalhadores pobres¹. Pobres são pessoas ou indivíduos que trabalham ou não, que vivem abaixo da linha da pobreza estabelecida nacional ou internacionalmente. Por exemplo, diferentes países estabeleceram suas próprias linhas da pobreza, e, internacionalmente a OIT usa a linha da pobreza de US \$ 1 a 2 por dia, estabelecida pelo Banco Mundial. Os trabalhadores pobres são as pessoas que tem um trabalho, mas esses trabalhos não pagam o suficiente para alavancá-los da linha da pobreza; de acordo com a OIT, os trabalhadores informais, com um trabalho atípico e precário, que representa o tipo de trabalho com maior oferta na África Subsaariana. Esses trabalhadores informais têm uma probabilidade maior de serem trabalhadores pobres (OIT, 2004). Em países em desenvolvimento, a pobreza resulta menos do desemprego do que da impossibilidade dos empregados de assegurarem uma renda decente.

¹ Refere-se a definição de alguns conceitos sobre breves significados de pobres e trabalhadores pobres, na página 2 deste trabalho de pesquisa.

A era atual da globalização neoliberal, que teve início nos anos 80, levou a um crescimento positivo em alguns dos países em desenvolvimento, sendo a Tanzânia um deles, e acredita-se que esse crescimento cria alguns empregos. A criação do emprego se deve à abertura de economias, o que facilitou os movimentos de capital e o fluxo de investimentos estrangeiros diretos. Mas esses tipos de trabalhos, que são criados, devem ser questionados por serem trabalhos sem qualidade, mais mal pagos, que se caracterizam por uma alta informalidade, e por serem trabalhos atípicos e precários. A Tanzânia, como um dos países subsaarianos que adotaram as políticas do FMI e do Banco Mundial através de programas de ajustes estruturais durante meados de 80, após a adoção de tais políticas, o mercado de trabalho tem passado por reformas que impactaram negativamente a renda dos trabalhadores, reduzindo a renda real mais do que aumentando. O número de pessoas que está vivendo abaixo da linha nacional de pobreza na Tanzânia é relatado como decrescente, devido a um crescimento econômico positivo na Tanzânia durante os últimos anos, e esse crescimento, de alguma forma, criou um número de empregos, mas o índice de desemprego não está caindo, devido a um crescimento populacional maior, de 2,8 para 3 por cento anualmente, que falhou ao estar acomodado por novas políticas do neoliberalismo. Mas a maioria das pessoas que contam como empregadas ainda vive abaixo da linha da pobreza, de US \$ 1 a 2 por dia, incapazes de adquirir os itens de necessidade básicos para poderem viver confortavelmente na Tanzânia. Uma dessas mudanças é o aumento e a reprodução de um grupo da classe trabalhadora que pode ser caracterizado como dos trabalhadores pobres. Este estudo mostra como a globalização neoliberal contribuiu com a criação e com a reprodução dessa nova classe de trabalhadores pobres na Tanzânia.

Uma breve definição de alguns conceitos

Trabalhadores pobres – Nas últimas décadas antes dos 1970s, quando o termo “trabalhadores pobres” não tinha obtido sua importância, a pobreza era geralmente associada a pessoas como os sem-teto, os desempregados, deficientes ou indigentes. Na década recente, o padrão mutante de trabalho e uma polarização crescente no Mercado de trabalho entre trabalho de baixa qualificação ou nenhuma, e trabalhos com alta

qualificação, criou um novo grupo de pobres que são empregados. Como resultado dessa tendência, o conceito de “trabalhadores pobres” veio ganhar importância nos Estados Unidos nos anos 70 e se tornou bastante aplicável às realidades do mercado de trabalho no mundo (Gundogan et al, 2005). Hoje, não apenas a população desempregada que é pobre, mas também algumas pessoas que trabalham estão vivendo na pobreza, graças ao baixo nível de pagamentos ou despesas dependentes.

De acordo com a definição aceitável da OIT, os trabalhadores pobres são aquelas pessoas que trabalham e ainda permanecem famílias pobres. Essa definição envolve duas coisas que são os “indivíduos que trabalham” e “famílias”, aqui significa que um indivíduo que trabalha e ganha mais de US \$ 2 por dia não pode ser pobre, mas se ele/ela vive com um número de dependentes em uma família, a divisão da quantia que ele/ela ganha deve fazer a família viver na pobreza, uma vez que os ganhos não podem tirar a família toda da linha da pobreza de US \$ 1 a 2 por dia. Um indivíduo não pode ser pobre se ele/ela vive em uma família na qual mais alguém trabalhe e ganhe o suficiente para tirar a família da linha da pobreza. A OIT excluiu operadores do Mercado de trabalho que estão trabalhando para ganhar experiência trabalhista sem nenhuma remuneração como trabalhadores pobres (ILO, 2004).

Pobreza- A pobreza é a situação de um indivíduo que é incapaz de suprir suas necessidades básicas, como comida, moradia e roupas. Diferentes instituições criaram suas próprias definições para medir a pobreza. A UNDP mede a pobreza em termos de expectativa de vida, mortalidade infantil e maternal, nível básico de escolaridade e nível de nutrição (UNDP, 2009). O Banco Mundial estabeleceu uma nova linha da pobreza que é conhecida internacionalmente, pessoas abaixo de US \$ 1,25 a 2 por dia como nível de despesas. A OIT mede a pobreza usando os indicadores fornecidos pelo Banco Mundial, que são as pessoas abaixo de US \$ 1,25 a 2 por dia (OIT, seção KILM 20, 2006). Mas além desses indicadores há indicadores de pobreza nacionais ou do país nos quais cada país pode medir a porcentagem de pessoas que vivem abaixo das necessidades básicas de vida. Para o objetivo dessa pesquisa o autor considera as medidas usadas na Tanzânia se baseando na linha da pobreza de comida ou de renda. As linhas da pobreza de comida são da população que não consegue consumer uma dieta de calorias ou com base nutricional

calórica. A pobreza de renda é da população que não ganha o suficiente para adquirir níveis de consumo de calorrias. Uma definição inclui uma cesta de bens de consumo que é maior nas áreas urbanas do que nas rurais. Os indivíduos que caem abaixo desse nível mínimo levam dietas inadequadas, e são definidos como absolutamente pobres, diferentemente da pobreza relativa.

Neoliberalismo- É uma versão atualizada dos economistas liberais do 18º Adam Smith e seus seguidores. Geralmente usada como um rótulo dos economistas clássicos que foi cunhado em 1938, no Colloque Walter Lippmann, pelo sociólogo alemão Alexander Rostow, um dos pais da economia social de mercado. O rótulo se refere a uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias neoclássicas da economia (veja Hartwich, 2009).

A política do neoliberalismo busca transferir parte do controle da economia do setor público para o privado, sob a crença de que ele produzirá um governo mais eficiente e melhorará os indicadores econômicos da nação. A afirmação definitiva das políticas concretas defendida pelo “consenso de Washington” de John Williamson, uma lista de propostas políticas que pareceram ganhar uma aprovação consensual entre as organizações econômicas internacionais estabelecidas em Washington, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A lista de Williamson incluía os seguintes pontos(Williamson, 1990):

- Disciplina de política fiscal;
- Redirecionamento dos gastos públicos dos subsidies, “especialmente subsidies indiscriminados” em direção à prestação de uma base ampla de crescimento, de serviços aos pobres, como a educação fundamental, a saúde básica e investimentos em infraestrutura;
- Reformas fiscais – ampliar a taxa base através da adoção de taxas marginais de impostos moderadas.
- Taxas de juros que são positivas (mas moderadas) e determinadas pelo Mercado, em termos reais.
- Taxas de câmbio competitivas

- Liberalização do comércio – liberalização de importações, com ênfase particular na eliminação de restrições quantitativas (licenciamento, etc.); qualquer proteção comercial a ser legalmente fornecida e tarifas relativamente uniformes.
- Liberalização de investimentos internos diretos;
- Privatização de empresas estatais; isso ocorre não somente no sentido da transferência do setor público para o privado, mas também da conversão de direitos sociais em objetos transacionáveis;
- Desregulamentação – abolição dos regulamentos que impedem a entrada de Mercado ou restringem a competição, exceto por aquelas que se justificam pela segurança e por pisos de proteção e consumo, uma fiscalização prudente de instituições financeiras.
- Segurança legal para direitos de propriedade e financiamento de capital.

O termo neoliberalismo tem tal nome porque é o novo liberalismo quando comparado às políticas de liberalismo do *laissez-faire* que aconteceu antes das duas guerras mundiais.

Globalização- a globalização define um processo contínuo, através do qual as economias regionais, a sociedade e a cultura se integraram através de uma rede global de abrangência de comunicação e execução. O termo globalização, às vezes pode ser definido de diferentes maneiras, economistas, geógrafos e sociólogos, todos têm sua própria maneira de definir a globalização. Em termos de economia, a globalização é uma integração de economias nacionais através do comércio, do investimento estrangeiro direto, de fluxos de capital, migração e da expansão da tecnologia.

Informal – A definição recente da economia informal desenvolvida pela OIT juntamente com as “mulheres no emprego informal”: *globalizar e organizar (WIEGO)* define o emprego informal como todas as formas de emprego informal, que é o emprego sem proteção trabalhista ou social, ambos dentro e fora de empresas informais, incluindo tanto o auto-emprego em pequenas empresas sem registro quanto o emprego remunerado em trabalhos sem proteção (Chen, 2007). Para o objetivo de analisar dados neste trabalho de pesquisa, o emprego informal excluiu atividades agrícolas rurais e excluiu atividades

agrícolas urbanas, como definido pelo relatório da pesquisa de força de trabalho da Tanzânia.

Subemprego – Os indicadores KILM medem o subemprego com relação ao número de pessoas empregadas cujas horas de trabalho no referido período são insuficientes em relação a uma situação trabalhista mais desejável, na qual a pessoa quer e está disposta a se comprometer (OIT, seção KILM 12, 2006). A pesquisa da força de trabalho da Tanzânia definiu que o subemprego acontece quando o número de horas trabalhadas por uma pessoa é menor do que 40 horas por semana, essa pessoa pode ser considerada subempregada (ILFS, 2006).

Trabalhos precários – o trabalho precário é definido quando ele inclui algumas das principais questões que seguem. O grau de certeza de um trabalho contínuo: o que é observado aqui é se o trabalho é aquele com uma previsão de curta duração ou se o grau de perda do emprego é alto, esse tipo de trabalho pode ser denominado precário. Em segundo, o aspecto sobre o trabalho: o trabalho é mais inseguro quanto menos o trabalhador (individualmente ou coletivamente) controlar as condições de trabalho, o salário ou o andamento do trabalho. Em terceiro, a proteção, que é sobre até que ponto os trabalhadores estão protegidos tanto por lei quanto por organizações coletivas, ou através de práticas costumeiras, protegidos contra discriminação ou demissões injustas ou práticas de trabalho inaceitáveis, também no sentido de proteção social, um acesso notável aos benefícios do seguro social (cobertura de saúde, acidentes, pensões, seguro desemprego e outros). E em quarto lugar, considerado o aspecto mais ambíguo, é a renda; empregos de salários baixos devem ser considerados precários se eles forem associados à pobreza e à inserção na insegurança social (Rodgers, 1989).

Trabalho decente – De acordo com a OIT, o trabalho decente pode ser definido como aquele que inclui quatro elementos: o emprego justo, livre e produtivo; os direitos do trabalho como a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva; a proteção trabalhista e social e o diálogo social.

Ocupação elementar – Essa é uma ocupação que normalmente exige um tipo de trabalho que desempenhe tarefas simples e rotineiras, que principalmente exijam o uso de ferramentas portáteis, e, em alguns casos, consideráveis esforços físicos. A maioria das ocupações nesse grupo maior exige habilidades de primeiro nível.

Objetivo do estudo

O objetivo geral desse estudo é fazer descobertas sobre os impactos das reformas neoliberais sobre o aumento do número de trabalhadores pobres. Portanto, esse estudo responde à seguinte pergunta estreita e ampla:

Ampla: Qual é o papel da globalização neoliberal na criação e na reprodução dos trabalhadores pobres na Tanzânia?

Restrições: Quais são as razões para o aumento de trabalhadores pobres na Tanzânia?

Qual é a razão para o aumento de empregos não padronizados como a informalidade, o trabalho atípico e o trabalho precário na Tanzânia?

Há uma ligação entre trabalhos os não padronizados acima e os trabalhadores pobres?

Quais são as políticas do governo em relação à redução da pobreza e distribuição de renda na Tanzânia?

Qual é a ligação entre os resultados educacionais e a pobreza?

Significado do estudo: O significado desse estudo é direcionar atenção para os políticos e ativistas sociais como ONGs e sindicatos em questões relacionadas ao bem-estar da classe trabalhadora, especialmente sua renda. Isso ocorre porque durante a última década, os governos dos países em desenvolvimento sacrificaram o bem-estar do povo ao seguirem as políticas neoliberais que estão pregando as promessas de equalização do desenvolvimento social por todo o mundo, ao seguir as políticas neoliberais. De acordo com as políticas neoliberais, acredita-se que a adoção de políticas neoliberais incentivará o crescimento, e o crescimento é bom para o desenvolvimento, mas a teoria mostrou-se negativa em alguns países em desenvolvimento. Portanto, este estudo é para ajudar os ativistas sociais, em especial os sindicatos, que têm a posição de defesa do bem-estar do

trabalhador, como em debates sociais, diálogos sociais e reuniões, para discutirem como a globalização ainda fere a classe trabalhadora ao invés de melhorar o bem-estar social.

Metodologia de pesquisa

Fontes: O método de coleta de dados ou coleta de informações utilizados na realização deste estudo se deu através de dados secundários. A fonte secundária de informações utilizada inclui os livros escritos, artigos publicados ou não, incluindo os relatórios do governo, jornais, revistas locais e internacionais e jornal. A Internet e vários sites também foram vistos e usados. Esses materiais foram úteis para o estudo, uma vez que eles ajudaram a reforçar a análise apresentada posteriormente.

Os principais dados utilizados na análise deste estudo vieram da pesquisa integrada da força de trabalho da Tanzânia, que costumava ser atualizada a cada cinco anos. O último levantamento foi realizado em 2006, após dos dois anteriores, que foram feitos em 1990-1991 e 2000/01. Dados da OIT / KILM também têm sido considerados juntamente com os relatórios diferentes, como os relatórios da Organização das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento (PNUD), Relatórios sobre a pobreza do Desenvolvimento Humano (HDPR), os do Banco Mundial e os do MKUKUTA. O site nacional da Tanzânia, o Departamento Nacional de Estatísticas, bem como outros trabalhos de investigação e trabalhos que foram úteis no fornecimento de informações, ajudaram a complementar este estudo.

População, âmbito e limitações do estudo: Este trabalho é um estudo global, que abrange a classe trabalhadora na Tanzânia. Quando o autor está falando sobre trabalhadores, ele abrange o grupo da população da Tanzânia a partir de 15 anos. Para facilitar uma análise dos dados, o estudo excluiu os dados de Zanzibar da Tanzânia, porque a inclusão de Zanzibar exigiria uma análise mais profunda e uma diferenciação dos dados da Tanzânia continental e da Tanzânia Zanzibar². Além disso, as bases de dados disponíveis principalmente as da Tanzânia continental, simplesmente porque Zanzibar é reconhecido como um estado independente, que tem seu próprio recenseamento e, portanto, sua inclusão tornaria o estudo mais amplo.

²Laissez Faire em economia significa permitir que a indústria esteja livre da intervenção do estado, especialmente da restrição na forma de tarifas e monopólio dos governos. Em francês significa “vamos fazer, deixe estar ou deixe em paz”.

O estudo também chama a atenção para o estudo sobre as reformas que foi feito durante a década de 1970, e trabalhadores pobres. O estudo também considerou os prazos, que variam de acordo com a discussão nos capítulos. Na revisão da literatura, o estudo aborda o período da Segunda Guerra Mundial para dar uma análise mais profunda da origem e da evolução da globalização neoliberal, enquanto o capítulo três apresenta uma visão geral da economia da Tanzânia. O estudo não abrange os impactos da atual crise financeira global, isto devido à falta de dados atuais de um estudo de caso escolhido, uma vez que a coleta de dados é limitada até 2007.

Organização do estudo: Este estudo começa com uma introdução, que mostra o conhecimento histórico do problema, uma breve definição de alguns conceitos, o objetivo do estudo, metodologias aplicadas nesse trabalho de pesquisa, o significado do estudo, organização, bem como uma hipótese relacionada ao estudo.

O capítulo um analisa a revisão de literatura preocupada com o assunto em questão. Alguma literatura sobre a emergência do neoliberalismo é revisada, a liberalização do comércio e outras reformas associadas ao neoliberalismo também são discutidas juntamente com os argumentos sobre os impactos das reformas no trabalho.

O capítulo dois discute a economia da Tanzânia e sua integração com a economia mundial. Este estudo deu uma estreita visão da Tanzânia em diferentes épocas, como após a independência até a era neoliberal e o desempenho econômico atual da Tanzânia.

O terceiro capítulo inclui descobertas de dados que surgiram de análises de dados. Ao apresentar as descobertas, o autor apresenta dados para atender aos objetivos deste estudo.

O quarto capítulo oferece a conclusão e recomendações deste estudo. Esse capítulo discute a questão geral levantada por essa pesquisa, sugere recomendações políticas e áreas para pesquisas posteriores.

CAPÍTULO UM

REVISÃO DA LITERATURA

Esta parte oferece revisão de literatura de diversos autores que escreveram sobre a globalização neoliberal e seus impactos sobre o bem-estar da classe trabalhadora. Ela começa fornecendo uma análise do início da globalização neoliberal durante os últimos vinte e cinco anos do século vinte. Depois, examina as reformas que foram adotadas por países em desenvolvimento e na Tanzânia em particular e seus impactos para a classe trabalhadora.

1.1 Globalização neoliberal

Antes da Primeira Guerra Mundial, as sociedades em todo o mundo eram organizadas em uma forma capitalista do liberalismo. O liberalismo não é novo, pois foi organizado antes da Primeira Guerra Mundial sob políticas "laissez-faire", e chegou a ser revivido na década de 1970 para marcar o início do novo liberalismo, que é o chamado neoliberalismo³. A Primeira Guerra Mundial marcou o colapso da civilização ocidental, o chamado liberalismo e o início do socialismo logo após a Revolução de Outubro de 1917, da ex-URSS (ver Hobsbawm, 1995). A reestruturação das formas de Estado, do liberalismo para uma outra forma de controle do Estado, foi projetada para evitar a volta de condições catastróficas que tanto ameaçavam a ordem capitalista na Grande Depressão da década de 1930, e também para evitar o ressurgimento das rivalidades interestaduais que levaram à guerra. Segundo eles, tanto o capitalismo quanto o comunismo tinham fracassado. Três razões principais que foram importantes para a mudança do liberalismo para uma nova ordem de controle do Estado foram, a descrença dos mecanismos de mercado de auto-regulação do mercado, e a capacidade do mercado de alocar da melhor forma os melhores fatores de produção disponíveis, em segundo a ascensão do socialismo, naquela época, que dividia os mundos em duas grandes partes, e o terceiro é o surgimento de movimentos sociais que exigiam uma mudança e por demandas sociais a serem atendidas (Harvey, 2005; Polanyi, 1944).

Internacionalmente uma nova ordem foi construída e criada através de acordos de Breton Woods e de várias instituições como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o FMI e do Banco de Pagamentos Internacionais na Basileia, a fim de estabilizar as relações internacionais. As características comuns deste período eram o controle estatal da economia, políticas Keynesianas de políticas fiscais e monetárias foram muito utilizadas para amortecer os ciclos econômicos e garantir o pleno emprego razoável, a política redistributiva, incluindo um determinado grau de integração política da classe trabalhadora, do poder dos sindicatos e apoio à negociação coletiva, expandiram as despesas públicas e a construção do bem-estar e a relativamente elevada taxa de crescimento, (Harvey, 2005). Para a maior parte do mundo esse foi o período de crescimento econômico extraordinário, da prosperidade e da transformação social, que provavelmente mudou a sociedade humana mais profundamente do que qualquer outro período de brevidade comparável, em retrospecto, pode ser visto como uma espécie de "idade de ouro", e percebeu-se assim, quase imediatamente, que tinha chegado ao fim no início dos anos 1970 (Hobsbawm, 1995)⁴. Até este momento é conhecido no mundo inteiro que, do período pós-guerra até o início da década de 1970 está o período da "idade de ouro", que caiu após o início do novo liberalismo, no início da década de 1970. Durante a idade de ouro, a maioria das idéias, que era tão comum, é dos economistas John Maynard Keynes e Karl Polanyi. Você tem que observar que quando se refere à idade de ouro são apenas os países desenvolvidos do mundo que passaram por esta fase, como os E.U.A., o Japão, a França e países europeus. Para a maioria dos países de terceiro mundo como os países africanos não passaram pelo estágio da era de ouro, e vieram mais tarde a se envolverem com as políticas do neoliberalismo.

Até o final de 1960, a idade de ouro começou a se romper, a nível internacional e dentro das economias nacionais. A idade de ouro e a aplicação de políticas keynesianas estavam claramente esgotadas e já não estavam funcionando. Outros sinais da crise como o desemprego e inflação alta caracterizaram essa desaceleração. Um número de teorias abrangendo novos sistemas começou a se desenvolver, que levaram a um debate extensor entre aqueles que defendiam a democracia social e o planejamento central por um lado, e

³ A era de ouro é de origem grega, que se refere a uma grande era após uma sequência de eras, tais como a sequência grega de ouro, prata, bronze e ferro, ou referente a um tempo do começo da humanidade que foi concebido até melhor que o presente.

aqueles que estavam preocupados com a liberação corporativa e o poder dos negócios e restabelecer as liberdades de um mercado sobre o outro. Harvey observa que, em 1980, o último grupo tinha emergido como líder, defendendo e criando um sistema econômico mundial, que se tornaria conhecido como neoliberalismo (Harvey, 2005).

De acordo com Karl Polanyi a queda das instituições de Breton Woods, durante a Idade de Ouro foi como segue adiante: os principais mecanismos que foram feitos durante a Idade de Ouro pelas instituições de Breton Wood foi a centralidade do dólar americano, uma vez que foi usado como moeda de referência em todas as transações do mundo. Com o crescimento da economia mundial durante a Idade de Ouro, a procura por dólar também aumentou, portanto, foi dada aos Estados Unidos a tarefa de imprimir mais dólares. Mais tarde, devido a um excesso de liquidez em dólar, o valor do dólar foi posto em queda, portanto, a fim de manter sua hegemonia, os E.U. tiveram que aumentar a taxa de juros, o que levou ao “choque da taxa de juros”, o que mais tarde fez os Estados Unidos transformarem-se em um grande devedor, porque eles começaram a pegar emprestado de outros países desenvolvidos para aumentar a quantidade de dólar. Acontece que os Estados Unidos aumentaram como poder financeiro e, ao mesmo tempo, caíram como potência industrial. A entrada de dinheiro para os Estados Unidos fez deles um grande devedor, e para salvar a situação, tiveram que encontrar alternativas para aumentar o dólar e serem capazes de pagar as dívidas, é como fazer um investimento por dinheiro, e isso foi feito ao retirarem o dinheiro dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos e investi-lo em países do Terceiro Mundo, de uma maneira mais rápida e mais fácil, que é barato e instável. Isso foi centrado na abertura financeira dos outros países (Polanyi, 1944).

A partir deste período dos 1980s a política neoliberal começou a ser pregada e espalhada por todo o mundo, e o início da integração dos países Africano para abrirem suas economias para o desenvolvimento. A partir daí você pode notar que os países Africanos não foram envolvidas durante o período de maior prosperidade do período de ouro, mas logo após o fracasso das economias das “grandes potências” dos países desenvolvidos, os africanos estiveram envolvidos, a fim de abrir as suas economias para serem assistidos com capital em forma de ajudas, para exportarem seus produtos agrícolas livremente, pois não tinham indústrias para exportar produtos manufaturados. Do lado dos países

desenvolvidos, o objetivo era proteger a sua hegemonia financeira e proteger as suas indústrias, que estavam em queda, exportando ajuda e bens fabricados, em troca por lucros através do investimento de dinheiro e mercado para seus produtos industriais.

Como Reinert citou que,

“Como postulado no tempo de Joshua Gee, escritores economistas deram também o conselho sobre o que fazer se os habitantes das colônias começassem a suspeitar da ligação entre a proibição de sua indústria e sua própria pobreza. A solução foi confundilos, permitindo que exportassem seus produtos agrícolas livremente” (Reinert, 2007, pg 166).

Portanto, o objetivo principal dos países desenvolvidos era explorar o mundo em desenvolvimento, enganando-os através da teoria da vantagem comparativa de David Ricardo de se especializar em uma atividade econômica que o país fosse mais eficiente. Reinert argumenta ainda que, países em desenvolvimento não industrializados são tentados com a exportação de produtos agrícolas para a UE e para os E.U. e portanto, esquecem o seu desejo de se industrializar. E, assim, nenhum país jamais se tornaria rico através da exportação de alimentos sem também ter um setor industrial. Esta é a principal causa da pobreza da maioria dos países em desenvolvimento que nunca chegarão a se industrializar através desta forma de exportação de produtos agrícolas e importação de bens manufaturados dos países industrializados sem também ter um setor industrial.

Atualmente há um debate entre os grupos de economistas sobre os impactos do neoliberalismo sobre o emprego e sobre o crescimento. Os defensores do neoliberalismo afirmam que, se o aumento da integração econômica é feito da maneira correta e no ritmo certo, ele tem a capacidade de tornar todos os países, ricos e pobres iguais economicamente e socialmente melhores, (Reinert, 2007). Enquanto isso, os críticos responsabilizam seus hospedeiros por seus males, tais como o aumento do desemprego e a desigualdade salarial, ou o aumento da pobreza (Lee, 2005).

1.2 As reformas do mercado de trabalho sob o neoliberalismo

Falando sobre os impactos da globalização neoliberal em um país em desenvolvimento como a Tanzânia, especialmente na reformulação do Mercado de trabalho, a maioria dos estudiosos chegou à conclusão de que ela foi mais destrutiva do que construtiva, e ao invés de reduzir a pobreza, aumentou.

Nas duas décadas seguintes ao fim da segunda Guerra mundial, o pleno emprego, o aumento proveitoso de salários reais e o fortalecimento do bem-estar eram questões comuns do Mercado de trabalho de todas as economias industriais das lideranças. Como resultado da profunda insegurança que havia marcado as condições dos trabalhadores nesse período entre guerras, ela já havia ficado na memória no fim dos 1960s. Tudo isso teve um fim abruptamente com os choques de preço do óleo e com o colapso do sistema de Breton Woods no início dos anos 70, o retorno da insegurança do Mercado de trabalho levou a um aumento persistente do desemprego, um aumento desigual de salários entre trabalhadores qualificados e não qualificados, o que se tornou uma tendência dominante (UNCTAD, 2001). Na maioria dos países em desenvolvimento como a Tanzânia, as mudanças eram as mesmas, por exemplo, na Tanzânia após a independência, o país adotou um sistema de planejamento centralizado em meados dos 1960s, que sobreviveu por quase trinta anos. O sistema de planejamento centralizado, entre outras coisas, foi voltado para o bem dos trabalhadores, inclui o pagamento de bons salários, restringindo o direito dos empregadores de contratar e demitir funcionários, bem como iguala a sociedade. Levando como exemplo a remuneração, o governo da independência proporcionou salários adequados, que podiam sustentar não somente os trabalhadores, mas também as suas famílias. Tendo se curvado às condições do FMI e do Banco Mundial, o governo abandonou as políticas econômicas socialistas, que governavam o sistema centralizado no final dos anos 80. Essa mudança de políticas econômicas na Tanzânia está entre as coisas que levaram à destruição do Mercado de trabalho, e o que evidenciamos agora é que a maioria dos trabalhadores não é capaz de se sustentar com o baixo salário que ganham e vive na pobreza (Ackson, 2009).

Com a economia liberalizada, as coisas que pareciam ser um obstáculo para o capital e tiveram que ser modificadas para se adequarem ao novo sistema de globalização neoliberal. O Consenso de Washington do FMI e do Banco Mundial estabeleceu

programas de ajustes estruturais para países em desenvolvimento através de políticas e reformas econômicas. As reformas que foram estabelecidas incluem:

Liberalização do comércio, que foi acompanhada por uma reversão do estado e pela promoção do setor privado, pelo avanço tecnológico e por reformas no investimento, bem como reformas do setor público.

Liberalização dos mercados financeiros.

Mercados de trabalho flexíveis e intensificação dos processos trabalhistas.

Reformas estruturais, como políticas macroeconômicas.

1.2.1 Liberalização do comércio

A liberalização do comércio é o conceito integral da abertura de economias, que é guiada pela teoria do livre comércio. A teoria de livre comércio foi adotada do neoclássico dos primeiros economistas, que são economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo. A teoria foi primeiro defendida pelo economista Adam Smith, que é conhecido como o pai da economia de livre Mercado (Stanford, 2008). Adam Smith argumentava que a teoria de livre comércio trará o fator de igualdade de preços, isso significa que o preço do trabalho e do capital tenderá a ser o mesmo por todo o mundo (Reinert, 2007). Isso significa que mesmo os salários de um mesmo trabalho em países diferentes também serão os mesmos. Ricardo desenvolveu uma longa teoria de livre comércio conhecida como vantagem comparativa. Adiantando o que foi defendido por Adam Smith, Ricardo argumentou que para obter o fator de equalização de preços, uma nação ou país precisa se especializar na vantagem comparativa, ou seja, se especializar onde a atividade econômica é relativamente mais eficiente comparada à outra nação (Reinert p. 26; Stanford, 2008). De acordo com o economista Antonio Sera, ao criticar os argumentos da vantagem comparativa, argumentou que, ao se especializar na vantagem comparativa, um país se tornaria pobre, é melhor se especializar em atividades econômicas diferentes, todas elas sujeitas a crescentes retornos; ele apoiou seus argumentos descrevendo dois conjuntos de termos que explicam as atividades econômicas dominadas pelos países pobres e aquelas que são dominadas pelos países ricos.

Os países pobres, ao se especializarem na vantagem comparativa, são desafiados pelo que é chamado “concorrência perfeita e retornos decrescentes”, isso é comum no mercado de matérias-primas, como produtos agrícolas e mineração. Eles experimentam uma concorrência perfeita ou uma concorrência de mercadoria porque o produtor não pode influenciar os preços do que produz, portanto, ele está encontrando um mercado perfeito, e literalmente lê no jornal o quanto o mercado está pronto para pagar. A concorrência perfeita normalmente vem com uma situação chamada “retornos decrescentes”, uma vez que a produção é ampliada após um determinado ponto, mais unidades do mesmo capital de entradas ou de trabalho irão produzir uma quantidade cada vez menor de novos produtos (Reinert, 2007).

O outro impacto da vantagem comparativa sobre o trabalho é que ele leva à desigualdade de renda, especialmente entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Enquanto os fatores tecnológicos receberam uma atenção particular, se a liberalização do comércio aumentasse a mobilidade de capital, acelerasse a introdução da melhor tecnologia prática em países em desenvolvimento, e se o uso de tais tecnologias exigisse especialmente um trabalho especializado, isso poderia levar ao aumento da diferença de salários, uma vez que os não qualificados estão entre os mais mal pagos do mercado de trabalho, mesmo aqueles que são produtores fora do setor organizado, que, como os agricultores, são possivelmente excluídos dos benefícios da liberalização. Da perspectiva do mercado de trabalho, mesmo a liberalização do comércio resultará em oportunidades de emprego (no setor de trabalho de produção intensiva), analfabetos ou trabalhadores com pouca educação do setor informal rural e urbano seriam incapazes de se beneficiar dessas oportunidades. Além disso, na falta de conhecimento tecnológico, a liberalização do comércio pode congelar a vantagem comparativa em atividades de baixo retorno e reduzir o emprego (Lee, 2007; Hookman e Winter, 2005).

Reinert explicou mais tarde que nos efeitos de concorrência do livre comércio, uma vez que o comércio internacional irá reforçar a especialização de uma nação tanto no fator capital quanto no fator trabalho, quando somente o trabalho cresce, a produção intensiva de mercadoria se expande e a produção intensiva de mercadoria capital de trabalho se contrai. De acordo com Stolper-Samuelson, a demanda abundante de trabalhos não qualificados irá crescer relativamente com seus salários (Lee, 2005). No entanto, na

maioria dos países em desenvolvimento, o aumento de uma maior demanda por trabalhos sem qualificação aconteceu com a queda dos salários reais, uma vez que a demanda das firmas por custos mais baixos é maximizada.

Além disso, o outro fator mortal do livre comércio são os impactos nos termos nacionais de comércio. Isso se refere à relação entre o preço das exportações de mercadoria de um país e o preço das importações do país. Se o preço das exportações de um país aumenta com relação às importações, o país fica mais rico e, com os efeitos opostos, ele empobrece (Epstein, 1998). Os países que implementaram políticas de acordos comerciais sob a OIT que surgiram simultaneamente com o pico de aplicações de políticas SAP, incluindo países em desenvolvimento da região africana, ao invés de colher os frutos desses acordos comerciais para aumentarem sua renda, infelizmente encontraram um crescente nível de pobreza como resultado. Isso se deve ao fato de que a maioria desses países em desenvolvimento dependem a exportação de produtos primários, particularmente produtos agrícolas, portanto, muitos desses países falharam em realizar seu crescimento econômico e então, falharam em modificar sua estrutura de exportações, apertados sob conceitos de especialização, por causa da dependência contínua de receitas de produtos primários, que têm termos frágeis de comércio (Mahdi S, 2009). Países em desenvolvimento estão sofrendo com a deterioração de seus termos comerciais de longa duração, devido a uma tendência em declínio dos preços de seus produtos (UNCTAD, 2008). Referente aos acordos comerciais que exigem que os países removam barreiras comerciais em acordos específicos para liberalizarem seu comércio, os países em desenvolvimento são considerados mais vítimas desses acordos do que os países desenvolvidos, que ainda contrariam a ascensão de exportações dos países em desenvolvimento de seus mercados. Países em desenvolvimento se viram sofrendo com os subsídios para fazendas de países desenvolvidos, que jogam o fardo para fazendeiros de países em desenvolvimento (Mahdi S, 2009). Produtos alimentícios subsidiados, que são baratos, importados pelos países desenvolvidos, têm seus impactos negativos sobre fazendeiros de países em desenvolvimento e os fazem substituir seus produtos por causa da realização injusta. Isso mostra que produtos alimentícios subsidiados mais baratos de países desenvolvidos, importados com tarifas menores, e, portanto, afetavam os respectivos produtos dos países em desenvolvimento (Khor, 2006, Rahman, 2006). O

autor, (Thomas, 2006) citou um exemplo de Malawi, onde a remoção de subsídios de entradas reduziu a renda dos produtores, e então, reduziu suas aquisições de produtos, o que, conseqüentemente, reduziu a produção e substituiu alguns fazendeiros de seus produtos. É claro que os acordos comerciais não melhoraram muito a distribuição de renda em países em desenvolvimento. Como a maioria desses países ainda sofre com termos comerciais deteriorados, e muitas famílias encontram desigualdades de ganhos, isso contribui com o seu empobrecimento, uma vez que a redução de renda é uma das principais causas da pobreza.

1.2.2 Liberalização financeira

Outro problema atribuído pelo neoliberalismo é a questão do fluxo financeiro ou da livre movimentação de capital. A década recente testemunhou a economia mundial sendo influenciada pelo crescimento de instituições monetárias e mecanismos, domesticamente e internacionalmente. Geralmente, vimos um aumento drástico no grau de intermediação financeira, e o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros, desencadeado pela liberalização legal, nacional e internacional, e pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação. Esse desenvolvimento foi associado com o investimento financeiro, que é feito por instituições monetárias como Bancos Comerciais até execução de negócios financeiros, pelos empresários. Essas instituições monetárias são consideradas por economistas como ameaças, não somente à estabilidade do sistema capitalista, mas também por seus efeitos serem notados pela classe trabalhadora.

Há duas formas pelas quais a abertura financeira afeta o trabalho. Os primeiros efeitos estão no crescimento, devido aos fluxos massivos de capital, já que os países ganham recursos adicionais que podem ser investidos, também pode haver efeitos negativos indiretos no crescimento. A liberalização financeira força os países a manter uma quantia maior de reservas estrangeiras, que reduzem a renda e os potenciais de crescimento, isso seria geralmente benéfico para o trabalho, enquanto o crescimento lento é geralmente nada vantajoso para o trabalho (Rolph Van der Hoeven and Malte Lubker, 2006).

O segundo impacto dos fluxos financeiros internacionais está sobre a volatilidade e sua forma de provocar crises financeiras. Se as crises se tornam mais freqüentes, elas têm conseqüências negativas para o crescimento e levou à queda da participação do trabalho

sobre os salários. Desde o início da década de 90, muitos países em desenvolvimento experimentaram uma volatilidade econômica maior e crises financeiras. Tal volatilidade era um perigo em particular em países onde a liberalização de fluxos de capital foi solicitada pela necessidade de financiar déficits externos crescentes, como foi o caso em muitos países latino-americanos (UNCTAD, 2001). Essas crises tiveram um impacto considerável sobre o PIB e prospectos de crescimento de longo prazo, o trabalho sofreu de forma desproporcional, já que os indicadores do mercado de trabalho tipicamente retardam a recuperação econômica, com a participação do trabalho na renda nacional tipicamente erodiu por crises financeiras (Rolph Van der Hoeven and Malte Lubker, 2007).

A liberalização financeira também foi encorajada com a expectativa de que ela proporcionaria mais capital para investimento, para o crescimento econômico e para a criação de empregos em países em desenvolvimento. Esse objetivo ficou bastante desconstruído, porque fluxos financeiros têm sido altamente voláteis, e, em muitos casos, interrompia os setores produtivos desses países. De fato a volatilidade de capital deixou muitos países em desenvolvimento mais vulneráveis a crises financeiras, o que resultou em desemprego crescente, no crescimento do setor informal, em salários menores e em uma pobreza crescente. Além disso, os países em desenvolvimento experimentaram defasagens na recuperação de salários reais e de empregos após crises financeiras (Jomo KS, 2007). A saída rápida de capital e as crises financeiras, por outro lado, tendem a gerar uma superação na direção oposta. O processo de recuperação que restaura a renda agregada para o nível de pré-crise, geralmente resulta em uma configuração diferente de variáveis macroeconômicas-chave, das prevalentes antes da explosão da crise, particularmente, elas tendem a resultar em grandes mudanças na distribuição de renda e na pobreza, que são recorrigidas após muitos anos de crescimento (UNCTAD, 2001). Tipicamente, ondas de fluxo de capital para países em desenvolvimento são associados com o buraco em crescimento entre a renda doméstica e a absorção, e com os déficits externos crescentes, que frequentemente resultam dos próprios efeitos de influxos de capital. A maioria dos episódios dos países latino-americanos e a expansão da Tanzânia foram precedidos por um período de erosão significativa nos salários reais e por declínios da participação do salário no valor

agregado da indústria. O declínio dos salários e o desemprego crescent combinaram para produzir um aumento agudo da pobreza por toda a região (Ibid).

1.2.3 Flexibilização

Após as reformas neoliberais na maioria dos países em desenvolvimento, incluindo alguns dos países desenvolvidos, todo o system de relações industriais e as leis trabalhistas parecem estar incomodados com a rigidez do sistema existente, ele não se adaptou à situação existente. Em países industrializados, a flexibilidade do Mercado de trabalho era parte da estratégia proposta pela OECD em seu estudo do trabalho de 1994- que considerava uma criação maior de empregos nos E.U. em comparação com a Europa, devido a uma mior flexibilidade do anterior- e ambos FMI e Banco Mundial tiveram visões parecidas freqüentes (Rodgers, 2007). Eles argumentam que há uma distância entre eficiência econômica e justice social. As restrições do Mercado de trabalho foram prejudiciais para a criação de empregos, crescimento e inovação, e, portanto, reformas das instituições do Mercado de trabalho foram necessárias para aumentar a flexibilidade do Mercado de trabalho para fornecer incentivos para a criação de empregos, a pressão para tornar o mercado de trabalho mais flexível foi reforçada pela transferência de produção e empregos para economias emergentes (Jomo, 2007). Visões de mudanças da flexibilidadde do Mercado de trabalho podem ser interpretadas como mudanças de reflex no modelo de crescimento e desenvolvimento do mundo Keynesiano, onde a mudança técnica e a demanda agregada dirigem o crescimento, instituições do mercado de trabalho e regulação refletem um compromisso social entre atores sociais, o que estabiliza as relações econômicas. Isso levou a uma posição monetarista mais restritiva, enfatizando o controle da inflação e incentivos de oferta. Nesse mundo, a micro flexibilidade é essencial para gerar um ajuste econômico.

A maioria dos países em desenvolvimento começou a adotar uma relação de trabalho flexível para aderir às políticas do FMI e BM. Nos países em desenvolvimento, o mercado de trabalho, na realidade, é altamente flexível por causa da presença de uma ampla economia informal (Rodgers, 2007). Isso se deve ao fato de que no início da década de 80 muitas firmas formais em países desenvolvidos decidiram terceirizar trabalhadores para a produção, alguns deles estão protegidos e outros, não. A proteção

sob essa forma de segmentação do mercado de trabalho acontece em países em desenvolvimento, onde os custos de trabalho são baixos e não há ameaças reais de aumento nos salários por causa da legislação ou da sindicalização. Muitas firmas formais preferem relações de emprego informais, seguindo os interesses de uma produção especializada flexível, da competição global ou de custos de trabalho reduzidos (Chen, 2007). Um bom exemplo é a Tanzânia, que antes da adoção das políticas do FMI e do Banco Mundial tinha um bom sistema regulador, que restringia os direitos de contratar e demitir, bem como oferecia um bom esquema de salários, que podia sustentar a vida dos trabalhadores (Shivji, 1986), anos depois da adaptação do consenso de Washington do FMI e do BM, as leis trabalhistas foram modificadas, simplesmente porque eram vistas como detentoras de muitas restrições.

1.2.4 Políticas macroeconômicas

Na economia global há visões diferentes relacionadas à intervenção do Mercado de trabalho através da intervenção do governo. Os proponentes do livre mercado informam que o papel do estado deveria ser mantido sob um controle mínimo, para atrair mais investimentos e para acelerar o crescimento da economia. A intervenção do Mercado de trabalho está entre as restrições que são impostas aos governos; isso porque a intervenção do governo através de políticas ativas do mercado de trabalho é pretendida para mitigar os efeitos dolorosos das falhas do mercado. Mas os críticos do livre Mercado argumentavam que a intervenção do mercado de trabalho é importante se pretende-se atingir a eficiência. O papel da intervenção do governo pode ser percebido na aplicação de políticas macroeconômicas, como políticas monetárias e fiscais. Para combater o problema do desemprego, do subemprego e da pobreza, há uma necessidade de centralizar um objetivo de pleno emprego produtivo em planejamento macroeconômico. Planejadores políticos e a comunidade acadêmica confiam que a geração de emprego e a redução da pobreza estavam extremamente relacionadas com o crescimento acelerado, o alto nível persistente de desemprego, de subemprego e de pobreza acoplaram com a falta de um crescimento sustentado, e oferecem o necessário lógico para repensar o objetivo da política macroeconômica (Muqtada, 2003). No entanto, houve uma mudança maior dentre as políticas macroeconômicas durante as duas últimas décadas, ou com relativa importância dada aos termos teóricos e políticos para a política monetária e fiscal com o

anterior, ganhando considerável importância e o último sendo raramente mencionado. A política monetária se concentrou em estabelecer taxas de juros como instrumentos políticos-chave, também tem havido uma mudança geral para o uso da política monetária para atingir a inflação (Arestis, 2003). Desde a década de 80, o FMI e o Banco Mundial predicaram o foco em seu núcleo político macro, e condicionaram seu programa de empréstimos ao controle de inflação e redução fiscal e ao atual déficit de contas (Muqtada, 2003). Estavam incluídos entre os seguintes instrumentos políticos (Bird, 2001):

Disciplina monetária e fiscal

Reformas de impostos

Controle rígido dos gastos públicos

Liberalização financeira designada para encorajar a economia doméstica

A eliminação da taxa de câmbio supervalorizada

A liberalização designada com o objetivo de aumentar a eficiência da economia doméstica e explorar a vantagem comparativa.

Desde que acreditou-se que uma pré-condição crítica para o crescimento econômico é um ambiente econômico e político permissivo, isso encoraja tanto investidores domésticos quanto estrangeiros e facilita o acúmulo de capital de longo prazo e o desenvolvimento empresarial, e a estabilidade macroeconômica é o elemento crucial para estabelecer tal elemento. A partir de meados da década de 80, países em desenvolvimento, um após o outro, adotaram e experimentaram várias medidas de estabilização para reduzir déficits fiscais e de contas atuais similares (Muqtada, 2003).

Governos são compelidos a reduzir gastos fiscais para manter a inflação baixa e manter os investidores estrangeiros. Políticas foram sintonizadas para serem deflacionárias, incitando a redução de consumos e dificultando a criação de empregos (Jomo KS, 2007). O foco das políticas macroeconômicas está na estabilidade de preços e em manter baixo o déficit fiscal. O governo impede o desempenho econômico e sacrifica o investimento e empregos ao elevar os índices de juros para reduzir a inflação. Um número de restrições foi imposto aos governos da maioria dos países em desenvolvimento e eles eram forçados

a aderir tais condições com a expectativa e a crença de atingir o desenvolvimento. A globalização neoliberal impactou a posição das mulheres nas famílias por causa do corte de gastos sociais do governo, o bem-estar de toda a família é reduzido quando o governo reduz os gastos sociais e as mulheres são afetadas mais negativamente porque elas têm que dispor de um tempo maior em trabalhos não remunerados domésticos como resultado dos cortes de gastos sociais.

Ao rever as reformas analisadas acima, você chegará à conclusão de que há mudanças que são associadas ao processo de reforma, como segue:

O corte dos gastos do governo, especialmente em serviços sociais como educação e saúde, reduziu a participação de renda dos trabalhadores devido ao aumento do custo de vida (Seeraj, 2007).

Demissões em massa e o direito de contratar e demitir, bem como a legalização de contratos curtos e sazonais levam ao aumento de empregos não-padronizados, informais, subempregos e tipos atípicos de trabalho, essas categorias de trabalhadores não têm segurança social e segurança trabalhista, que é um fator para a distribuição de renda (Wolff, 2009).

A mudança tecnológica que é trazida pela globalização levou à pobreza de renda e desigualdade de renda entre qualificados e não-qualificados, e os trabalhadores qualificados são menos pagos no que se refere à sua incapacidade de se sustentarem, com o corte de seus salários reais.

Volatilidade e crises, que são trazidos pelo fluxo de capital financeiro, estão reduzindo a participação de renda do trabalho durante os períodos de ajustes econômicos.

Acordos comerciais injustos entre países em desenvolvimento e desenvolvidos impactaram agricultores reduzindo sua renda, e assim, a maioria deles é forçada pelo ambiente a migrarem das áreas rurais para as urbanas, para que possam encontrar trabalhos em outros setores, como indústrias e setores de services, como resultado eles terminam ocupando empregos de menor status que não são estáveis e com uma renda nada decente.

A globalização neoliberal, como o autor relatou na discussão acima, não é um fenômeno novo; ela foi aplicada mesmo antes das duas guerras mundiais, pelos países desenvolvidos do mundo através da política de laissez-faire. As forças movidas para a mudança das políticas econômicas foram influenciadas pela falha de políticas econômicas nos países desenvolvidos. Os capitalistas são os que sempre propõem mudanças nas políticas econômicas onde há sinais de declínio de suas economias. Geralmente observam o declínio de países poderosos e não o declínio de países pobres. Os países ricos se esqueceram que enriqueceram através da exploração de recursos naturais dos países pobres durante o período colonial. Os países africanos começaram a ganhar sua independência perdida durante a década de 40, quando Gana foi o primeiro país a obter sua independência em 1945, sob a liderança de Kwame Nkrumah, que era conhecido como um líder africano desde que ajudou na luta pela independência de outros países africanos. A partir desse período é quando a maioria dos países africanos começou a desenvolver suas economias e a se liberarem totalmente dos capitalistas. Para eles se desenvolverem, eles precisam usar boas políticas que assegurassem o crescimento junto com o desenvolvimento sustentável. Mas o desenvolvimento sustentável não seria alcançado porque os países desenvolvidos estão propondo políticas aos países em desenvolvimento como pré-condições para receberem ajudas. O que precisa ser questionado é se esses países africanos são verdadeiramente independentes, ou se ainda estão sob as asas dos capitalistas. Por exemplo, o Brasil teve sua independência em 1822, mas o país começou a se industrializar mais de 100 anos depois, na década de 1950. O mesmo deveria ser aplicado nos países africanos, para deixá-los dirigir suas economias, ao escolherem políticas que são apropriadas para suas economias, uma vez que ainda estão nos estágios iniciais de industrialização, não podem utilizar as mesmas políticas que os países industrializados.

No próximo capítulo, o autor discute uma visão estreita da economia da Tanzânia, e como ela se integrou às economias mundiais. O autor concluiu mostrando o atual desempenho econômico após a adoção de políticas neoliberais.

CAPÍTULO DOIS

A ECONOMIA DA TANZÂNIA E SUA INTEGRAÇÃO NA ECONOMIA GLOBAL

2.1 Uma visão geral da Tanzânia

A República Unida da Tanzânia está localizada no Leste africano, entre a longitude 29° e 41° ao leste, latitude 1° e 12° ao sul. A República Unida da Tanzânia foi formada da união de dois estados soberanos chamados Tanganyika e Zanzibar. Tanganyika se tornou um estado soberano em 9 de dezembro de 1963, as duas repúblicas soberanas formaram a República Unida da Tanzânia em 26 de abril de 1964. No entanto, o governo da República Unida da Tanzânia é uma república unitária constituída da união dos governos entre a Tanzânia continental e o governo revolucionário de Zanzibar.

De acordo com o departamento nacional de estatísticas (NBS), estima-se que a Tanzânia tinha uma densidade populacional de 41 milhões no ano de 2009, devido ao crescimento anual de 2,8. O ultimo censo foi feito em 2002 e a população era de 34,5 milhões. De acordo com a pesquisa de orçamento familiar (2000/01), 87 por cento da população vivem ena Tanzânia rural e dependem da agricultura como atividade econômica. A principal atividade econômica na Tanzânia é a agricultura, que compõe 45 por cento do PIB nacional de 2007.

A Tanzânia foi primeiro país colonizado pelos alemães nos 1880s até a segunda Guerra mundial em 1945, quando o território foi confiscado pelos britânicos¹. A Tanzânia, desde o period colonial alemão até a “era de ouro do capitalismo” foi integrada na economia mundial como central e periférica, como os principais exportadores de matéria-prima e importadores de produtos manufaturados. Com a expansão do comércio durante a época dourada do capitalismo, as exportações da colônia também expandiram, de 1961 a 1970, a Tanzânia tinha o maior índice de produção de alimentos domésticos, que crescia 7% ao ano. Do final da primeira guerra mundial até o fim dos anos 60, a Tanzania teve um crescimento nos setores agrícola e de saúde. A produção de safras para exportação cresceu de 3,5% em 1930 para 6% até o final dos anos 60. Tanganyika fornecia entre

80000 e 100000 tropas para as forças aliadas e se beneficiou muito economicamente. Com a produção de comida sem nenhum empecilho e com o aumento do preço internacional dos alimentos, a renda commercial de Tanganyika aumentou seis vezes entre 1939 e 1949. (Veja Nsaganzila, 2009; Lupogo, 2001).

2.2 A Tanzânia desde a independência até a era neoliberal (1961-1986)

Essa é a primeira época logo depois da independência, de 1961 até 1967. Sob esse period, o governo da Tanzânia sob a liderança de Mwalimu Nyerere, herdou a economia colonial, que foi ignorada pelos colonialistas britânicos no final dos anos 50, isso porque o governo colonial retirou uma enorme quantia de capital investido no país (Nsaganzila, 2009). Durante esse period, o governo da Tanzânia foi influenciado por mudanças políticas, tentando encontrar políticas melhores que transformassem a sociedade. Logo após a independência, a Tanzânia, com uma economia de Mercado centralizada que foi herdada da regra colonial britânica como a grande parcela da economia que ainda estava sob o controle dos britânicos e asiáticos. Os esforços do governo durante esse tempo visavam construir uma nação independente, especialmente das ajudas estrangeiras (Ngowi, 2007, Assens et al 2003). O governo da Tanzânia começou com um plano de desenvolvimento de três anos de 1961 a 1963, esse period experimentou um desenvolvimento econômico e social menor, o governo se adiantou em anunciar o plano de desenvolvimento de 5 anos, de 1964 a 1969. O maior alvo era expandir os serviços sociais, como o padrão de vida e a educação, acelerar a modernização e aumentar a expansão do setor agrícola. Para atingir esse objetivo, o governo encorajou o investimento estrangeiro direto nos setores agrícola e industrial e deu as boas vindas à ajuda de investimentos estrangeiros diretos. Geralmente, de 1961 a 1967, a economia era de alguma forma agradável, pois o PIB geral era de 6,30% e de 3,7% per capita (Sarris, 1993).

De acordo com o governo da Tanzânia, o desenvolvimento econômico após o plano de 5 anos não foi encorajador, porque não produziu os resultados esperados que haviam sido traçados. Embora o país tenha aberto sua economia para trazer capital e investimentos estrangeiros, os mesmos não foram encorajadores como planejado. Isso foi seguido pela mudança do governo com suas políticas, de uma economia de Mercado centralizada para

o socialismo, em 1967. Sob as políticas socialistas, a Tanzânia declarou seguir a política Ujamaa, que se baseava na vida comum com igualdade social e controle comum da propriedade, como a terra, portanto, fazendas individuais foram substituídas por uma rede de comunidades em vilarejos, nas quais a terra era mantida coletivamente². A intenção de Nyerere ao colocar camponeses juntos era mobilizar pessoas e recursos domésticos, tais como infraestrutura, escolas e hospitais, sem depender de ajuda estrangeira, bem como obter as melhorias do sistema agrícola (Nsaganzila, 2009; Lupogo, 2001). Entre os maiores feitos do governo durante o socialismo estava a nacionalização de todos os maiores meios de produção (indústrias, plantação, comércio e minas, etc.) e colocá-los sob propriedade do governo. O setor privado capitalista, o mercado, levou a economia que era herdada pelo poder colonial na independência e foi substituído por uma economia estatal, centralmente planejada e controlada. Portanto, o estado se tornou o controlador e o gerente das empresas estatais (SOEs) (Ngowi, 2007). Cooperativas agrícolas tradicionais, que haviam sido encorajadas desde a independência, receberam direitos que as permitiram substituir os comerciantes privados. No entanto, as cooperativas foram esboçadas sob o controle do estado, e, em 1975, foram substituídas por paraestatais de comércio de safras. Em 1967, a cooperação entre estado-comércio foi criada para monopolizar o comércio internacional, e, mais tarde, nos 1970s, lojas privadas do vilarejo foram fechadas para serem substituídas por outras de uso comum (Sarris, 1993).

Em 1974 a Tanzânia estava marcada por uma série de crises. O primeiro choque do óleo, que aconteceu em 1973, a crise financeira e o envolvimento na Guerra com a Uganda foram as principais causas das crises. Durante o período de crise, o desempenho econômico caiu, o PIB caiu a metade, de 6,30% para 3,31% e o PIB per capita caiu de 3,70 para 0,07 desde a última época antes do socialismo. O crescimento anual em cada setor estava abaixo comparado com o período inicial. Foi nesse estágio que mais crédito foi solicitado do FMI, e pela primeira vez, maiores controvérsias internas surgiram em relação a reformas políticas específicas que o FMI exigiu. O governo da Tanzânia não estava pronto para mudar suas políticas macroeconômicas, isso fez com que o país entrasse em conflito com os doadores. O governo da Tanzânia recusou as recomendações políticas propostas pelos doadores e decidiu implementar um ajuste interno. As implementações desse programa sem os doadores pioraram a situação econômica na

Tanzânia, e, em 1986, ela decidiu adotar as políticas neoliberais. (Nsaganzila, 2009; Sarris, 1993).

2.3 A Tanzânia durante a era neoliberal

2.3.1 As políticas macroeconômicas e mudanças institucionais

A Tanzânia adotou as políticas neoliberais sob as pressões do FMI e do Banco Mundial quando o país estava em crise. Durante esse tempo, a Tanzânia não tinha o que fazer além de aceitar as condições propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial para que o governo se recuperasse da situação econômica. A Tanzânia adotou dois programas de recuperação econômica (ERP) I e depois ERP II, mas dessa vez com a ajuda dos doadores (Ndulu, 2002). Os programas de recuperação econômica visavam reformar as medidas de estabilização macroeconômica com políticas monetárias e fiscais, com a inflação e a taxa cambial, bem como com mudanças institucionais.

A estratégia do governo para reduzir a inflação na Tanzânia desde 1986 focou uma política monetária apertada e aumentou a produção. Isso porque a inflação na Tanzânia foi um fenômeno estrutural e monetário. Embora a tarefa de reduzir a inflação provou-se difícil durante o ERP I e II no começo dos 1990s, o governo teve sucesso em reduzir a inflação levemente, de 32,3 antes da reforma, para 31,1 durante o ERP I, para 28,8% durante o ERP II e para 29% de 1993 a 1995. A Tanzânia teve um bom desempenho na queda da inflação, já que ela caiu de 21% em 1996 para 3,5% em 2003, antes de subir para 8% em 2006. O sucesso dessa redução se deu devido ao controle de despesas do governo e à melhora na coleta da receita, assim, estreitando a brecha entre os dois. As despesas, em porcentagem do PIB, caíram de 24,8 em 1985 para 15,3 em 1991, enquanto a receita aumentou de 9,9% em 1988 para 13,6% em 1991. Com relação ao déficit fiscal, em porcentagem do PIB, caiu de 8,9% (antes das subvenções) para 1,7% (antes das subvenções) e teve alta de 0,9% (depois das subvenções) em 1992 (Ndulu, 2002).

Sob o ERP II em 1992, houve uma ligeira queda na receita, de 13,6 em 1991 para 10,2% do PIB, antes de subir novamente para 11,8% em 1994, e um aumento das despesas do governo do ano anterior de 15,2 do PIB para 19% em 1992, antes de subir novamente para 17,5 do PIB em 1994. Mudanças nessa época eram associadas ao abandono do

governo com seus compromissos de implementar as políticas macroeconômicas, por medo de que elas afetassem os pobres de forma desproporcional (Ibid).

Mudanças no nível dos preços tiveram um impacto no nível de juros, com o declínio da inflação, tornando o índice de juros positivo ou menos negativo. Antes do programa de reforma, o índice real de juros era substancialmente negativo. Em 1985, a média do índice real de juros era de -22,3% para poupanças e -18,8 para empréstimos. Os índices de juros vieram a ser liberalizados em 1991, quando a lei bancária e institucional foi estabelecida, em 1993, notas do tesouro e um desconto mais ativo do Banco da Tanzânia foram introduzidos, tornando os mercados de crédito mais flexíveis. A liberalização da taxa de juros, no entanto, levou à queda das taxas de depósitos, mesmo quando a inflação estava subindo. Como consequência, a média real da poupança foi negativa em termos reais desde 1990, com exceção de 1992-93, quando a inflação caiu (Ibid).

Reformas institucionais no setor financeiro foram feitas progressivamente, incluindo o papel de supervisão do Banco da Tanzânia de gerenciar políticas monetárias e mais poder na supervisão de outros bancos. Outras medidas incluíam o licenciamento de instituições financeiras privadas locais e estrangeiras (como bancos, departamento de mudanças, estoque, câmbio e seguro) e reestruturação de instituições públicas do setor, por exemplo, a cooperativa e o Banco de Desenvolvimento Rural (CRDB), o Banco Postal, o Banco de Habitação da Tanzânia, o Banco Nacional do Comércio (NBC) 1997, e logo em 1997 o Banco Nacional de Microfinanças NMB (Ndulu, 2002).

Com o objetivo de fortalecer a administração de impostos, o governo estabeleceu, através de uma lei parlamentar, a autoridade da receita dos autônomos da Tanzânia (TRA) em 1996. O imposto sobre valor agregado (VAT) foi introduzido e entrou em vigor em 1998.

Em 1992, o governo estabeleceu a Comissão de Reforma do Setor Paraestatal, o que compôs uma enormidade de firmas estatais e companhias com uma influência dominante na economia. Algumas medidas que foram tomadas durante esse processo incluem a privatização, que podia ser integral ou parcial, ou a dissolução das paraestatais não consideradas úteis, particularmente aquelas que se tornaram ineficientes e uma canalização maior dos recursos públicos. Essas medidas pretendiam reduzir o domínio do

setor público nas atividades econômicas e pavimentar o caminho para o desenvolvimento do setor público (Ibid).

Uma reforma institucional no setor agrícola foi principalmente focado em três aspectos, racionalizar a comercialização de safras, racionalizar a distribuição de entradas agrícolas e reestruturar as uniões cooperativas. As medidas tomadas incluem o seguinte:

Restrições para os fazendeiros venderem seus produtos através de canais de marketing específicos foram eliminados progressivamente. Os fazendeiros não tinham mais limite para venderem seus produtos através de cooperativas.

O monopólio de empresas estatais na distribuição de entradas agrícolas (como a companhia de fertilização e a de sementes da Tanzânia) foi eliminado, uma vez que elas eram financiadas por cooperativas.

A lei das cooperativas de 1991 foi adotada. A lei redefiniu os critérios para a adesão, exigiu igualdade, o controle e o gerenciamento de cooperativas. Subsequentemente, a viabilidade comercial para as cooperativas se tornou suprema para sua sustentabilidade, com o resultado que apenas os sindicatos fortes e bem organizados sobreviveram (Ibid).

O governo, por sua vez, teve que fazer reformas estruturais. Isso incluiu a diminuição do número de seus funcionários e de suas operações para aliviar as pressões excessivas no orçamento do governo, bem como aumentar sua eficiência. Enquanto o número de funcionários foi reduzido consideravelmente (77.000 trabalhadores foram reduzidos entre 1992 e 1998, reduzindo a força de trabalho para quase 270.000) (Ibid).

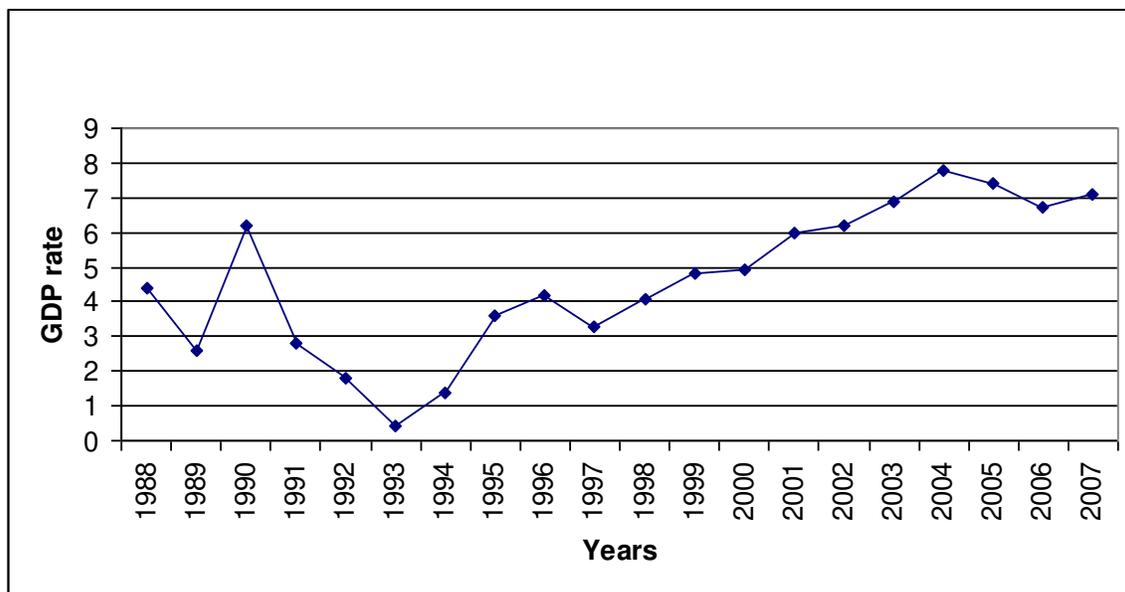
O desempenho geral durante o ERP I e II incluiu o seguinte: um número de reformas de Mercado foi implementado, como a liberalização do comércio de alimentos e safras à vista, a liberalização da distribuição das entradas agrícolas, a desregularização de preços, taxas cambiais, salários e taxas de juros, a racionalização da estrutura tarifária, a adoção de uma política de investimento nacional para proteger e promover o investimento privado, iniciar reformas monetárias e fiscais, a reforma da reforma do serviço civil visando redimensionar o governo, a reestruturação das paraestatais e a permissão de bancos privados. A principal ênfase das reformas era a necessidade de uma maior

confiança nas instituições e forças de Mercado e a necessidade de uma participação maior do setor privado no processo de desenvolvimento.

2.3.2 O atual desempenho econômico

As últimas figuras oficiais da República Unida da Tanzânia em 2007 mostram que o crescimento real do PIB é de 7,1%, o PIB real per capita é de 1,8% por ano, enquanto o índice de crescimento populacional é de 2,04% por ano, esses dados categorizam a Tanzânia entre os países de renda média, excluída dos países de baixa renda, Segundo a UNDP. A Tanzânia mostrou algumas melhoras em termos de crescimento desde os últimos 21 anos do começo das reformas, desde que o índice de crescimento do PIB caumentou, de 3,3% durante o período da crise, embora ele tenha caído para 0,4% durante 1993, posteriormente ele cresceu para 6 e 7 por cento durante o período atual. Em termos de renda per capita, os dados mostram algumas quedas no índice de crescimento, que era de 3,7 por cento por ano antes do período socialista em 1967, caiu muito durante o período socialista para 0,07 e, recentemente, é de 1,8% por ano.

Figura 1: Tendência do crescimento do PIB na Tanzânia durante os anos de 1988 a 2007

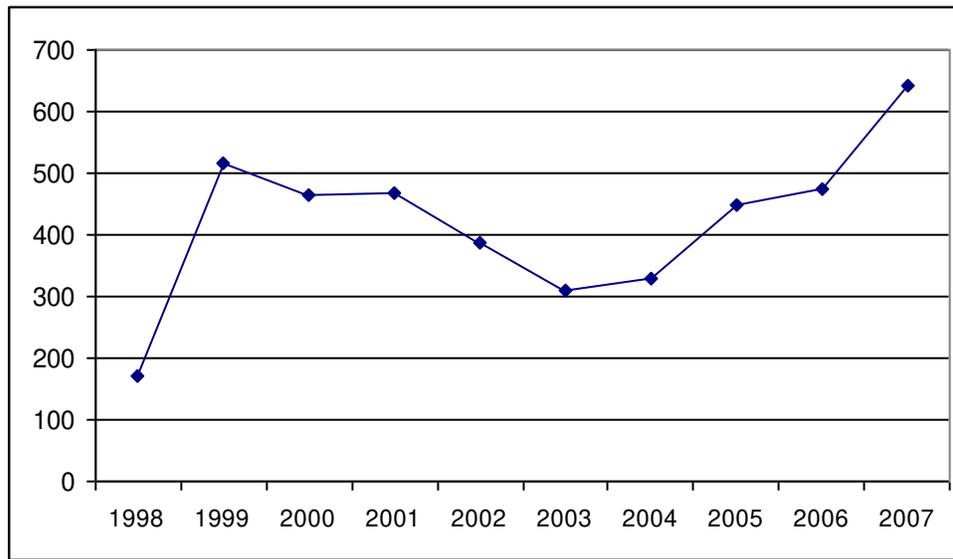


Fonte: Site Nacional da Tanzânia: estruturas de política macroeconômica em <http://www.tanzania.go.tz/macroeconomicpolicef.html/2008>

Na Tanzânia, a política de fazer de um setor privado um motor de crescimento tem sido carro-chefe desde o período da reforma. Esse fluxo de recursos para o setor público foi substituído pelo fluxo de recursos para o setor privado, e em um país em desenvolvimento, como a Tanzânia, fazer de um sector privado um motor de crescimento gera uma necessidade de criação de projetos de investimento maciço, especialmente para o investimento estrangeiro privado na forma de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), bem como de maciços investimentos domésticos. A Tanzânia tem se esforçado para atrair investimentos estrangeiros, com o objetivo de alcançar o crescimento com desenvolvimento sustentável. O esforço feito pelo governo da Tanzânia inclui a liberalização econômica voltada para uma economia baseada no mercado, a restauração da estabilidade macroeconômica e a implementação de várias reformas institucionais, todas já discutidas acima.

Atualmente, a tendência do IED na Tanzânia está aumentando, embora durante o início das reformas de 1986 até o início da década de 1990, o crescimento tenha sido lento, porque a inflação era alta. Só no segundo semestre de 1990, quando a situação econômica melhorou, é que as reformas orientadas para o mercado atingiram a massa crítica e base sólida para promover o quadro para os IDE, que form postos no lugar. De 1986 a 1991 na Tanzânia recebia E.U. \$ 2 milhões de IED, a partir de 1992 as entradas aumentaram para E.U. \$ 12 milhões, e, a partir daí, eles começaram a subir rapidamente para E.U. \$ 50 milhões em 1994 e mais de 150 milhões em 1995. Depois disso, a quantia aumentou para E.U. \$ 1 bilhão durante 1995 e 2000. Em 1996, os IED se estabilizaram em um nível maior, atingindo E.U. \$190 milhões em 2000.

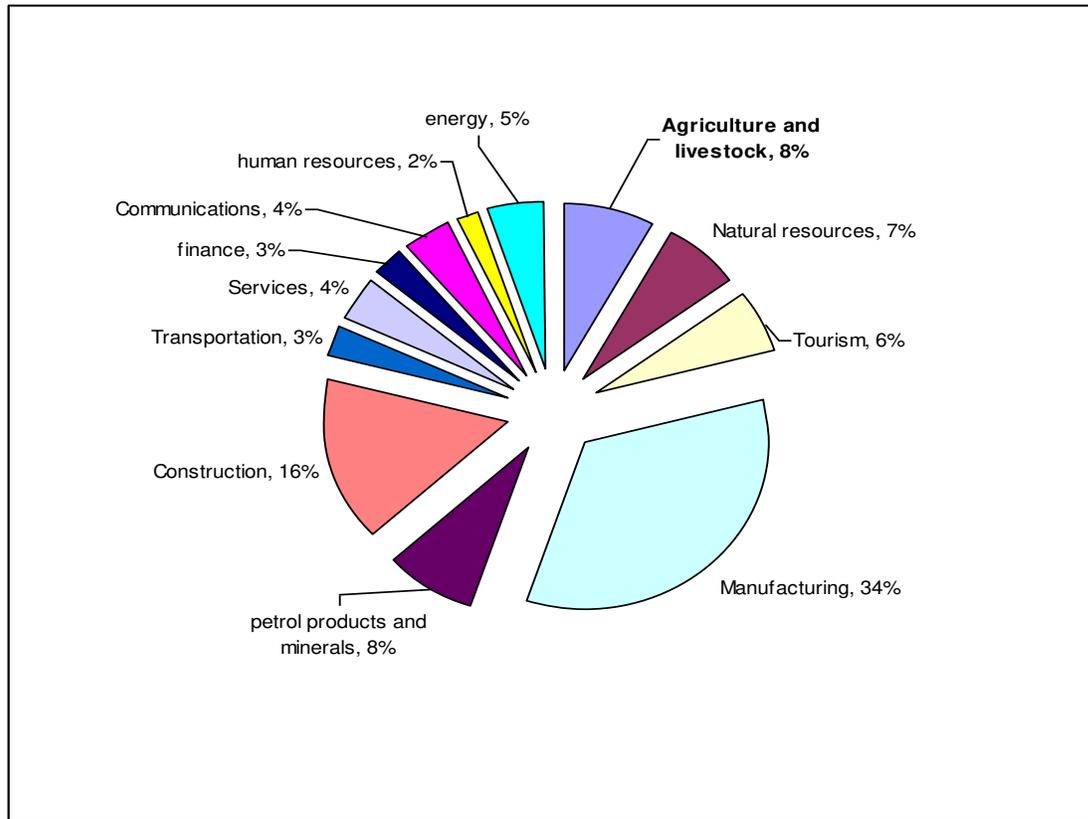
Figura 2: Fluxo de IED para a Tanzânia em EU \$ 1998 a 2007



Fonte: Site nacional da Tanzânia: Pesquisas econômicas nacionais em <http://www.tanzania.go.tz/economicsurveysf.html/2007>

Uma grande parte dos IDE, como mostrado na figura abaixo, está fluindo no setor manufatureiro, enquanto a construção é o segundo na recepção de IDEs, em comparação com todos os outros setores. O setor agrícola, que está empregando a maior parte da população, está recebendo uma pequena parte, e isso mostra como o fluxo de IED para a Tanzânia é preconceituoso, porque eles se concentram em investir nas áreas urbanas, mais do que nas áreas rurais, onde um grande número de agricultores está trabalhando. Esforços precisam ser feitos para o investimento no setor agrícola, porque a melhoria da agricultura vai facilitar e incentivar outros setores como o da indústria.

Figura 3: Investimento Estrangeiro Direto em diferentes setores 2002



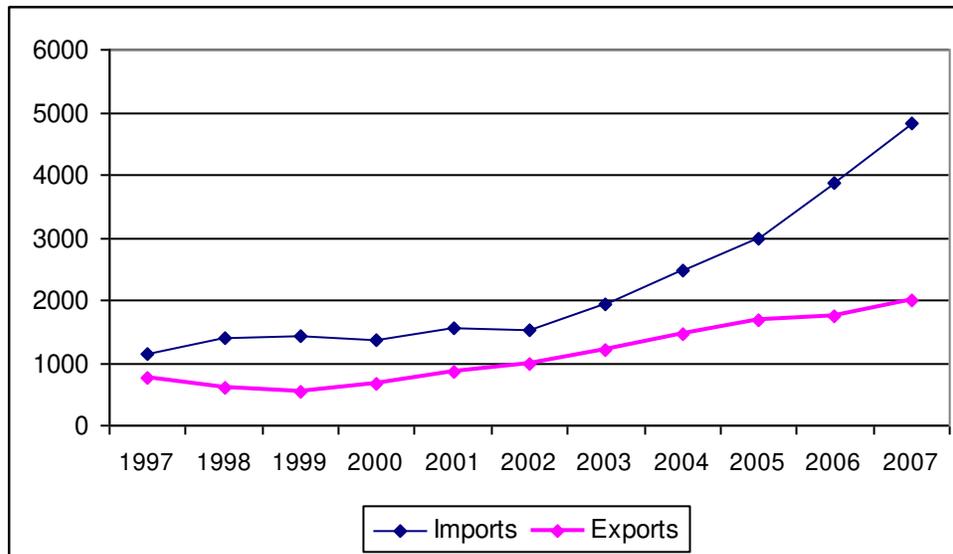
Fonte: URT, Setor de investimento, adaptado de Msambachika, 2006; pg 283.

O desempenho econômico da Tanzânia começou a mostrar um crescimento positivo depois de 15 anos de reformas. O índice de crescimento do PIB, a queda da inflação e IED mostram um resultado positivo a partir do ano de 2000. O crescimento positivo no desempenho econômico da Tanzânia se deve do resultado da abertura das economias, e conforme a UNDP, ela dá uma medida composta de três índices, que são a taxa de alfabetizados, o índice de educação e a taxa de expectativa de vida, assim a Tanzânia foi promovida de um dos países de menor renda para um país de renda média, e ocupa o 151º, ao invés de 159º nos anos 90. No entanto, a Tanzânia não melhorou muito em outro setor da economia, por exemplo, olhando para a balança de pagamentos do déficit fiscal do país, como porcentagem do PIB (após as subvenções) aumentou de -1,1% em 2001/02 para -5,5% em 2005/06 (UNDP, 2007). E isto porque o orçamento do país está dependendo demais de ajudas, à medida que mais de 75% do orçamento de

desenvolvimento depende de fontes externas e mais de 25% do orçamento total é financiado externamente (Nsaganzila, 2009).

Além disso, outro setor que não é encorajador está na balança do desempenho comercial. Desde o período da reforma a balança comercial mostra que as importações são maiores do que as exportações para mais da metade das exportações. Isso remete à teoria do vencedor matando os efeitos do livre comércio de Reinert, que argumentou que os preços das importações devem aumentar relativamente com os preços das exportações, do contrário, o país fica mais pobre.

Figura 4: Comparação da balança do desempenho comercial, anos 1998 a 2007



Fonte: Site nacional da Tanzânia: Quadro macroeconômico em <http://www.tanzania.go.tz/macroeconomicf.html/2008>

Outro grande desafio para o desempenho econômico na Tanzânia é um elo perdido entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Esta é uma das razões para a criação de uma classe de trabalhadores pobres na Tanzânia, porque o aumento do crescimento econômico era esperado para melhorar a vida dos trabalhadores, uma vez que são os produtores do aumento da produção.

O próximo capítulo discute as conclusões deste estudo sobre os impactos das reformas neoliberais na diminuição da renda da classe trabalhadora na Tanzânia. Ele é dividido em partes que apresentam os trabalhadores pobres, a população empregada, o nível de

escolaridade da força de trabalho, tendências do salário real na Tanzânia, as políticas do governo para a distribuição de renda e para a redução da pobreza na Tanzânia e a flexibilidade e a legalização de empregos não padronizados.

CAPÍTULO TRÊS

CLASSE TRABALHADORA E O IMPACTO DAS REFORMAS

3.1 Trabalhadores pobres

Em geral espera-se que o crescimento perspectivo de uma economia reduza o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Isso porque o crescimento, principalmente o do PIB, aumenta o desenvolvimento humano com despesas das famílias, governo e organizações, como ONGs. Com o aumento do crescimento econômico, as famílias e indivíduos irão aumentar as despesas com o aumento de renda, o desenvolvimento humano ao mesmo tempo, haverá criação de empregos, devido à existência de mais atividades econômicas (Ranis et al, 2000). Por causa disso, a maioria dos governos de países em desenvolvimento como a Tanzânia tem lutado para atingir um crescimento maior, já que assim podem reduzir a pobreza.

A Tanzânia, a partir de 1986 decidiu sacrificar o bem-estar do povo pelo crescimento, o autor chama de sacrifício do bem-estar porque em 1990 o governo descobriu que as políticas macroeconômicas adotadas estavam atingindo os pobres e decidiu reduzir a implementação dessas políticas. Mas os resultados foram a queda do PIB para 0,4 em 1993, logo depois o governo decidiu sacrificar o bem de seu povo para atingir um crescimento maior que reduziria a pobreza. Como resultado, o número de pessoas que trabalham mas vivem na pobreza está aumentando. Isso significa que o número de pessoas que ganham menos de US \$ 2 por dia e aquelas que ganham mais que isso e não têm um bom padrão de vida pelo número de dependentes em casa está aumentando com o passar dos anos.

Tabela 1: Trabalhadores pobres na Tanzânia, 1991 e 2000/01

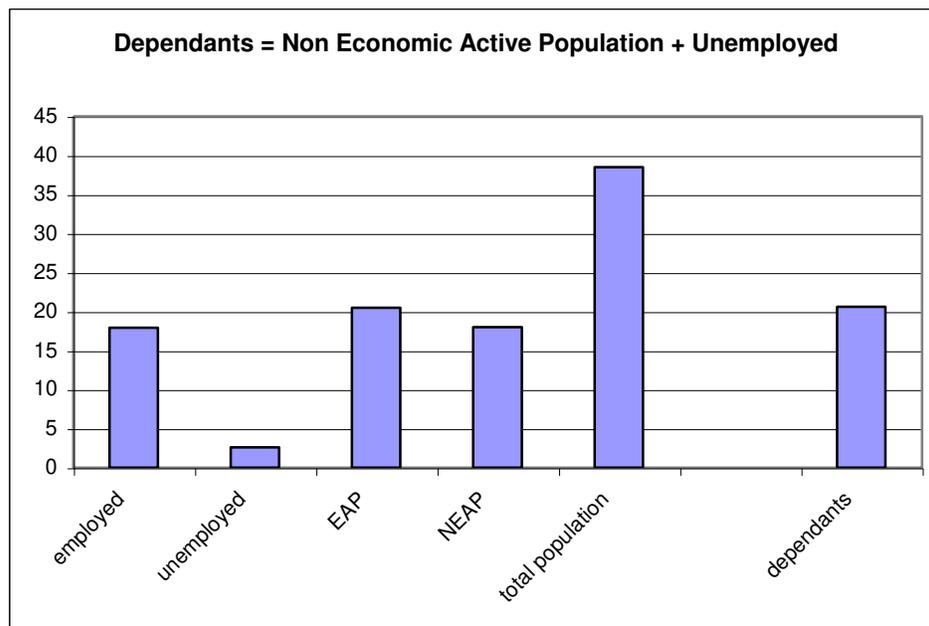
Ano	1991/92	2000/01
Abaixo de 1.25 US\$	72.6	88.5
Abaixo de 2 US\$	91.3	96.6

Fonte de dados: O Banco Mundial. *Indicadores de Desenvolvimento Mundial*; Dados da pobreza, um suplemento para os indicadores de desenvolvimento mundial, 2008, pg.19.

De acordo com dados KILM, a Tanzânia é um dos países onde grande parte da sua população trabalhadora vive em pobreza extrema (com uma renda inferior a 2 E.U. dólar por dia) e pobreza moderada (população abaixo de 1 E.U. dólar por dia), o número de trabalhadores pobres é responsável por 96,6 por cento que vivem com menos de 2 dólares por dia E.U. e 88,5 vivendo abaixo de E.U. \$ 1,25 por dia a partir de 2000.

Em 2006, a Tanzânia tinha uma população de 38,5 milhões, entre os quais 20,5 milhões eram economicamente ativos. Entre a PEA, 17,9 milhões estavam empregados e 2,6 milhões estavam desempregados. Além disso, 18 milhões de pessoas que compõem o grupo da população economicamente inativa mais a população desempregada criam um grande grupo de dependentes na Tanzânia, que representam 20,6 milhões, todos em função da população empregada, que representa apenas 20,5 milhões. A figura abaixo mostra o número de dependentes da população empregada.

Figura 5: O número de dependentes da população empregada em milhões, 2006

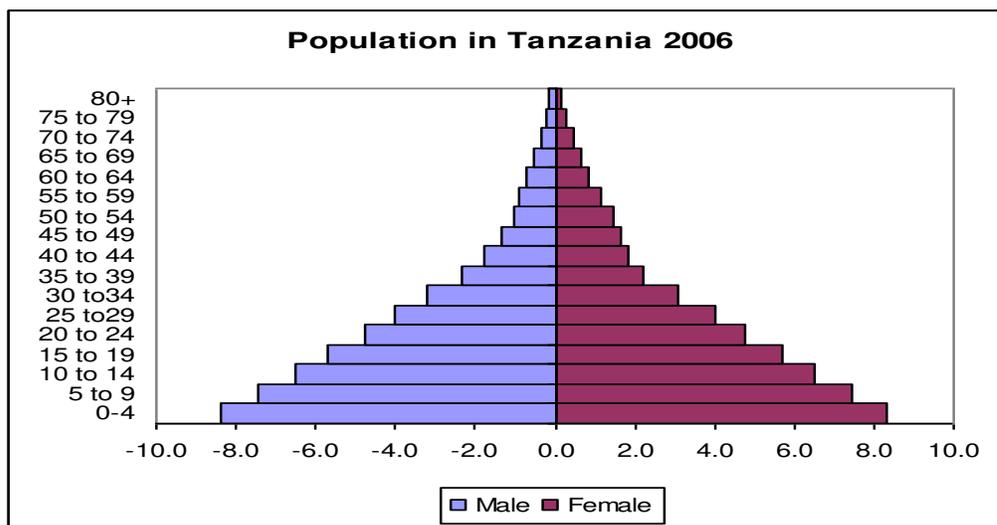


Nota: PEA(EAP)= População Economicamente Ativa, PEI(NEAP)= População Economicamente Inativa

Fonte: OIT. Livro anual de estatísticas do trabalho. <http://www.laboursta.ilo.org/Tanzania>, 2008.

Aqui, portanto, nós achamos que, um dos fatores que criam um grande grupo de trabalhadores pobres é ter um grupo grande de dependentes, que inclui aqueles que são incapazes de trabalhar devido à idade avançada ou por problemas de saúde e os que freqüentam a escola. A porcentagem mais elevada da taxa de inatividade é de alunos, que respondem por 65 por cento da taxa de inatividade total, seguido pelas pessoas doentes, que representam 11,6 por cento, a velhice representando 7,1 por cento, há aqueles que não estão trabalhando com a finalidade de realizar tarefas domésticas como buscar madeiras para fazer fogo nas áreas rurais e outras atividades, que contam 6,9 por cento, deficientes somam 2,2 por cento e outros somam 7,2 por cento. A porcentagem de estudantes é a maior e às vezes é um dos fatores que contribuem porque alguns estudantes gastam seu tempo na escola para evitar o problema do desemprego, especialmente os que não podem pagar por instituições de ensino superior (Manacorda et al, 2008). Aqui, o autor argumenta que ter uma grande população, que é caracterizada pela população mais jovem é um grande desafio, na Tanzânia, uma vez que 69 por cento de sua população pertencem ao grupo etário abaixo dos 29 anos. A maioria desse grupo está na escola ou está desempregada, e para o caso da situação do mercado de trabalho na Tanzânia, a maioria dos desempregados é dos jovens (ILFS, 2006). A figura abaixo mostra a distribuição da população na Tanzânia, o valor diminui à medida que ele vai para cima, e cria a maior porcentagem da população mais jovem do que adulta.

Figura 6: Distribuição da população na Tanzânia, 2006.



Fonte: Departamento Nacional de Estatísticas da Tanzânia.

http://www.nbs.go.tz/tbl_7_2003-2012.pdf

Dois desafios principais que são atribuídos pelas políticas neoliberais desperam no presente caso. O primeiro é o da taxa de desemprego, e o segundo, uma menor expectativa de vida, que está causando a característica da população mais jovem na Tanzânia. Para começar com a taxa de desemprego, que vem aumentando, especialmente desde os primeiros anos da reforma até 1990, o desemprego atingiu os 5,1 por cento, e de lá até 2006, apesar de existirem pequenas quedas em 2000/01 a taxa ainda é maior por ser de 11 por cento, e a maioria dos desempregados é jovem.

Tabela 2: Índices de desemprego na Tanzânia, 1990 a 2006

Ano	1990	2000/01	2006
Índice	5.1	12.9	11

Fonte: Departamento Nacional de estatísticas. Encontra-se em

http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical_2000_and_2006.pdf.

O desemprego atual na Tanzânia se dá, em grande parte, à falta de demanda suficiente para o trabalho em relação à oferta agregada, este foi um grande resultado das reformas econômicas de 1986, que colocaram o país no caminho para a disciplina fiscal e para as medidas de estabilização macroeconômica, e levaram à privatização extensa e a reformas do setor público, afetando desproporcionalmente aqueles que tentam entrar no mercado de trabalho pela primeira vez (Marnacorda et al, 2008). O governo não está mais empregando muitos trabalhadores, uma vez que estava empregando cinco por cento dos empregados, atualmente está utilizando apenas 2 por cento da força de trabalho. O governo deixou o setor privado desempenhar-se como um motor do crescimento, e o setor privado se mostrou incapaz de absorver a maioria dos trabalhadores, empregando por fim, menos de 10 por cento da força de trabalho. Enquanto políticas monetárias mais tensas estão restringindo a poupança e a criação de investimentos.⁵

⁵ Maiores explicações sobre políticas monetárias tensas serão dadas na última parte sobre políticas públicas sob políticas monetárias

O sistema de saúde também foi deteriorado quando o governo cortou os gastos do governo nos serviços de saúde como uma das implementações das condições para as políticas neoliberais⁶. A redução de gastos do governo no sistema de saúde tem provocado uma deterioração do sistema de saúde também. O afluxo de HIV / Aids, malária e tuberculose (TB), Cólera e óbitos maternos das mulheres estão atacando a classe trabalhadora na Tanzânia. A figura abaixo mostra as tendências das taxas de mortalidade de adultos homens e mulheres ao longo dos anos de 1998 a 2004.

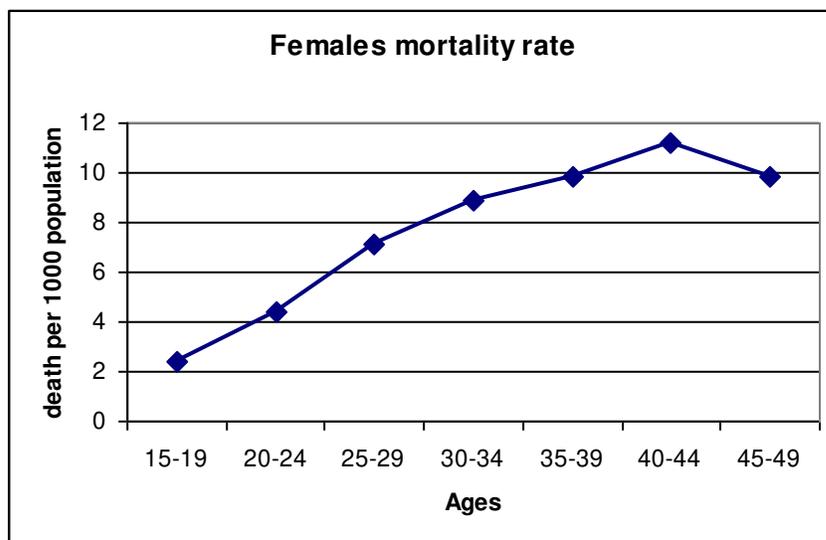
Figura 7: Índice de mortalidade masculina, 1998 a 2004



Fonte: Departamento Nacional de estatísticas; Mortes na Tanzânia e pesquisa da saúde, 2004 em http://www.nbs.go.tz/tdhs_2004.pdf

⁶ Mais explicações sobre o corte de gastos do governo é são dadas na última parte sobre políticas públicas sob políticas fiscais

Figura 8: Índice de mortalidade feminina, 1998 a 2004



Fonte: Departamento Nacional de estatísticas; Mortes na Tanzânia e pesquisa de saúde, 2004 em http://www.nbs.go.tz/tdhs_2004.pdf

Os dados mostram que no período de 1998 a 2004, as mortes são menores em jovens entre 15 e 19 anos, que são de 2,4 para mulheres e 1,7 para homens a cada 1000, e o número de mortes cresce para um índice maior de 9,8 para mulheres e 13,2 para homens a cada 1000 pessoas. Conseqüentemente, as mortes parecem ser maiores em mulheres entre 25 e 34 anos do que para homens, enquanto as mortes de homens são maiores nas idades entre 40 e 49 anos do que para mulheres na mesma idade.

3.2 População empregada

Ao analisar a distribuição da população empregada na Tanzânia, há alguns desafios que caracterizam o mercado de trabalho. O primeiro e mais importante desafio de todos é que a agricultura é o principal empregador na Tanzânia, em todas as categorias de emprego. Segundo os dados da força de trabalho, durante um longo período a agricultura tem dominado a força de trabalho. Três pesquisas foram conduzidas na força de trabalho no ano anterior à reforma, em 1990/91, 2000/01 e 2006, e em todas as pesquisas o setor agrícola está dominando por empregar a maioria da população, embora esteja em

declínio, o declínio é muito lento, na medida em que, até 2006, 70 ou mais por cento da população estão empregados neste setor. No entanto, o declínio do setor agrícola não significa que o setor formal está ganhando importância, mas é substituído pelo crescente setor informal, especialmente por serviços e lojas ou trabalhadores de pequenas empresas. Isso mostra como há uma estagnação no mercado de trabalho, especialmente do crescimento de empregos de boa qualidade. Na Tabela 3 abaixo, é mostrada a distribuição da população empregada por profissão, a agricultura mostra ser o principal empregador, empregando a maioria da população desde 1990, embora antes mesmo da reforma agrária ser o maior empregador na Tanzânia, devido às políticas do socialismo e da aldeia ujamaa de 1967 até o início da década de 1980, que era voltada para a expansão do setor agrícola.

Tabela 3: Distribuição da população empregada por ocupação em 2000/01 e 2006

Ocupação	2000/01 % População	2006 % População
Legisladores, administradores e gerentes	2.2	0.3
Profissionais	0.3	0.9
Professores associados	2.0	2.2
Empregados de escritório	0.4	0.4
Lojas de serviços	4.3	10.0
Agricultura e fazendas próprias	79.0	70.2
Artesanatos e empregados relacionados	2.5	6.8
Operadores de máquinas e planta	0.7	2.5
Ocupação elementar	8.6	6.6
Total	100.0	100.0

Fonte: Departamento Nacional de estatísticas, encontra-se em

http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,2000_and_2006.pdf

Em 2006, a agricultura e fazendas próprias empregaram o total de 70,2 por cento do total de ocupações na Tanzânia. Elas passaram de 79 em 2000/01, entre estas a maioria foi empregada nas áreas rurais, que representa aproximadamente 84,7 por cento e em áreas urbanas apenas 11,2 por cento até 2006.

A principal razão que pode explicar que a agricultura seja o principal empregador na Tanzânia é devido à natureza da atividade econômica que tem sido a agricultura há um longo período de tempo, ela foi expandida pelos colonizadores devido à integração na economia mundial como produtores de matérias-primas materiais. A adoção do socialismo alguns anos após a independência, em 1967, também fez mais pessoas se concentrarem em atividades agrícolas. A lentidão na queda do sector agrícola mostra que após 25 anos de reformas o governo não conseguiu criar outros tipos de empregos por causa da especialização em vantagem comparativa. O fato não se dá apenas porque a agricultura é o principal empregador, mas também porque a maioria dos trabalhadores agrícolas está produzindo para subsistência e não para vender e as exportar. O estudo do Banco Mundial concluiu que a Tanzânia tem 3,5 milhões de famílias de agricultores que cultivam cerca de 3,1 milhões de hectares. 87 por cento dos 3,5 milhões de famílias de agricultores cultivam menos de 1,5 hectares e cultivam 13 por cento de 60 por cento de 3,1 milhões de hectares. Isto mostra como um grande número do que chamamos de trabalhadores agrícolas possui menos porcentagem da terra cultivada na Tanzânia. O estudo foi mais longe, ao discutir que a maioria dessas 3,5 milhões de famílias fazendeiras pode ser classificada como pequenos proprietários. Há também um acréscimo de dois milhões de hectares; 46 por cento dessas fazendas que cobrem 78 por cento da área total das grandes fazendas pertencem a paraestatais (Banco Mundial, 1994). Uma pesquisa feita pela MKUKUTA, em 2007, constatou que mais de 75 por cento dos agricultores queixaram-se por uma disponibilidade de insumos agrícolas e de créditos como um desafio para melhorar e aumentar a terra e a produtividade (PHDR, 2007:80).

Às vezes, esses trabalhadores agrícolas nas áreas rurais não podem ser capazes de vender suas safras e acabam as consumindo, uma vez que não podem transportá-las devido a infra-estrutura de transporte deficiente. A pesquisa de MKUKUTA descobriu que 70 por cento dos agricultores reclamaram das condições das estradas como um grande problema para chegarem aos mercados e serviços de acesso nas cidades (PHDR, 2007:79). É

surpreendente para um país agrícola como a Tanzânia, que está empregando um número tão grande de trabalhadores para importar alimentos, isso costumava ser feito pelo governo da Tanzânia, e as importações aumentaram a partir de 2000, devido a outros fatores como a indisponibilidade de chuva. Embora a construção seja o segundo setor com maiores porcentagens de investimento na Tanzânia depois da manufatura, mais esforços têm que ser feitos para distribuir as atividades de construção para a Tanzânia rural para ajudar nas atividades econômicas.

O segundo desafio do mercado de trabalho da Tanzânia é o deslocamento da classe trabalhadora do setor agrícola para outros setores, mas a mudança é para empregos de status inferior, como trabalhadores de lojas e em outros tipos de postos de trabalho informais e não formais, movendo-se para empregos de maior status. O declínio da agricultura e a ascensão dos setores acima mencionados são devido à migração rural-urbana para procurar um emprego melhor. A maioria dos jovens que está migrando para a cidade não tem o ensino superior para fazê-los adquirir empregos qualificados, pois eles acabam se tornando pequenos comerciantes, vendedores de rua e vendedores ambulantes. Desde que a agricultura está empregando as maiorias nas zonas rurais mais do que nas áreas urbanas, nas áreas urbanas a ocupação que tem o número maior de trabalhadores é o de serviços e de trabalhadores de lojas, que são 33 por cento em comparação a 4,1 por cento nas zonas rurais, e são seguidos por artesãos e trabalhadores relacionados, que representam 20,7 por cento em comparação a 3,4 por cento nas zonas rurais, e operadores de máquinas e instalações, que são 10,6 por cento em comparação a 0,7 por cento nas zonas rurais (ILFS, 2006, 2000). Alguns são capazes de encontrar empregos nos setores industriais, mas a maioria deles encontra o trabalho não qualificado, que são tipos de trabalho informais. Os trabalhadores informais estão trabalhando sem segurança social e sem qualquer proteção do emprego, e como uma questão de fato a lei não os cobre. Vamos nos referir à questão do emprego por setor na tabela abaixo, entre os seis setores estão apenas os funcionários públicos 2,6 por cento, 0,4 por cento das organizações paraestatais e algumas das privadas, entre 8,6 por cento, que são a certeza de segurança e proteção do emprego, mas a maior porcentagem restante não tem nenhuma segurança, provavelmente, os que mal fazem qualquer coisa, mulheres e homens, que não são mais do que 10 por cento.

Tabela 4: Distribuição da população empregada por setor na Tanzânia: 2006.

Setor	% População
Governo central/ local	2.6
Organizações paraestatais	0.4
Agricultura	75.1
Informal	10.1
Outros privados	8.6
Atividades econômicas domésticas	3.1
Total	100.0

Fonte: Departamento Nacional de estatísticas. Encontrado em

http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,2000_and_2006.pdf

Portanto, 75 por cento ou mais da classe trabalhadora na Tanzânia estão trabalhando sem segurança social. Podemos dizer que a criação de postos de trabalho na Tanzânia é dos setores não-protegidos para o mesmo tipo de setores não-protegidos, e é inseguro trabalhar sem proteção social e trabalhista.

As atividades do setor informal doméstico na Tanzânia passaram de 42 por cento em 1991 para 61 por cento em 2000 nas áreas urbanas e de 21 por cento em 1991 para 33 por cento em 2006, no total de atividades do setor informal. Os dados também mostram que o setor informal é composto por uma parcela maior das famílias nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. As principais atividades que são feitas por esses trabalhadores informais, incluindo o atacado e varejo, são de 57,5 por cento, fabricas correspondentes a 14,4 por cento e hotéis e restaurantes, dispendo de 12,9 por cento. Essas atividades são maiores nas áreas urbanas do que nas áreas rurais (ILFS, 2001).

Tabela 5: Engajamento do setor informal por indústria e sexo na Tanzânia: 2006.

Indústria	Homens	Mulheres	Total
Agricultura, Caça e silvicultura	1.4	0.8	1.2
Mineração e pedreiras	4.3	1.0	2.8
Fábricas	14.4	14.5	14.4
Construção	5.5	0.1	3.0
Atacado e varejo	58.1	56.8	57.5
Hotéis e restaurantes	5.0	22.6	12.9
Outras comunidades e serviços pessoais	2.8	2.3	2.6
Outros	8.5	2.0	5.6
Total	100.0	100.0	100.0

Fonte: Departamento Nacional de estatísticas. Encontrado em

[http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical, 2006 pdf](http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,2006.pdf)

A faixa etária que é altamente envolvida em setores da economia informal em ambas as áreas é de 25-34 e 35-64, embora existam pequenas diferenças de gênero entre eles. Com relação ao nível de escolaridade, 67 por cento de todo o setor concluiu apenas o nível básico e 11 por cento nunca frequentou qualquer escola. Isto leva-nos à educação como um dos principais determinantes da qualidade do emprego, mas isto é discutido na parte posterior sobre o nível de escolaridade da força de trabalho.

O terceiro desafio é a diminuição de alguns tipos de trabalho formais, como legisladores, gerentes e trabalhos elementares, enquanto aqueles que estão pelo menos ganhando importância são os operadores de máquinas e instalações, artesãos e formas relacionadas de trabalhadores, como serviços e trabalhadores da loja, bem como os do setor privado. Na Tabela 6 abaixo, trabalhadores da administração central e local diminuíram de 5 por cento em 1990/91 para 2,6 em 2006, o mesmo aconteceu com os trabalhadores estatais, que caíram de 1,7-0,4 em 2006.

Tabela 6: Distribuição da população empregada por setor na Tanzânia: 2006.

Setor	1990/91	2000/01	2006
Governo central/ local	5.0	2.5	2.6
Organizações Paraestatais	1.7	0.5	0.4
Agricultura	84.0	81.0	75.1
Informal	8.3	8.8	10.1
Outros privados	3.0	5.0	8.6
Atividades econômicas domésticas	2.0	2.9	3.1
Total	100.0	100.0	100.0

Fonte: Departamento Nacional de estatísticas. Encontrado em

[http://: www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical, 2006 pdf](http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,2006.pdf)

A explicação para isso é a mudança institucional em 1986, que teve o perfil das reformas do setor privado e das privatizações de muitas instituições públicas. A maioria dos trabalhadores dessas ocupações era acomodada no setor privado, como você pode notar o aumento do setor privado de 3 por cento em 1990 para 8,6 por cento em 2006.

O quarto desafio é o fato que o maior empregador na Tanzânia, a agricultura, é o que menos paga em termos de renda, enquanto o menor empregador são as organizações paraestatais e o governo local e centra, e são os que pagam mais, e sua renda está aumentando muito rapidamente comparado com outros setores. Um exemplo é mostrado na tabela 7 abaixo, para uma maior análise da renda dessas ocupações.

Tabela 7: Renda real de empregados assalariados por setor de emprego

(para índice atual de câmbio de EU \$ e Tshs)⁷

Setor	1990/91		2000/01		2006	
	% População	Renda em EU\$	% População	Renda em EU\$	% População	Renda em EU\$
Governo central/local	5.0	-	2.5	68	2.6	96
Organizações paraestatais	1.7	-	0.5	113	0.4	144
Agricultura	84.0	-	81.0	12	75.1	10
Informal	8.3	-	8.8	20	10.1	19
Outros privados	3.0	-	5.0	42	8.6	39
Atividades econômicas domésticas	2.0	-	2.9	10	3.1	7
Total	100.0	-	100.0	44	100.0	58

Fonte: Departamento Nacional de estatísticas. Encontrado em

[http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,1990,2000 e 2006 pdf](http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,1990,2000_e_2006.pdf)

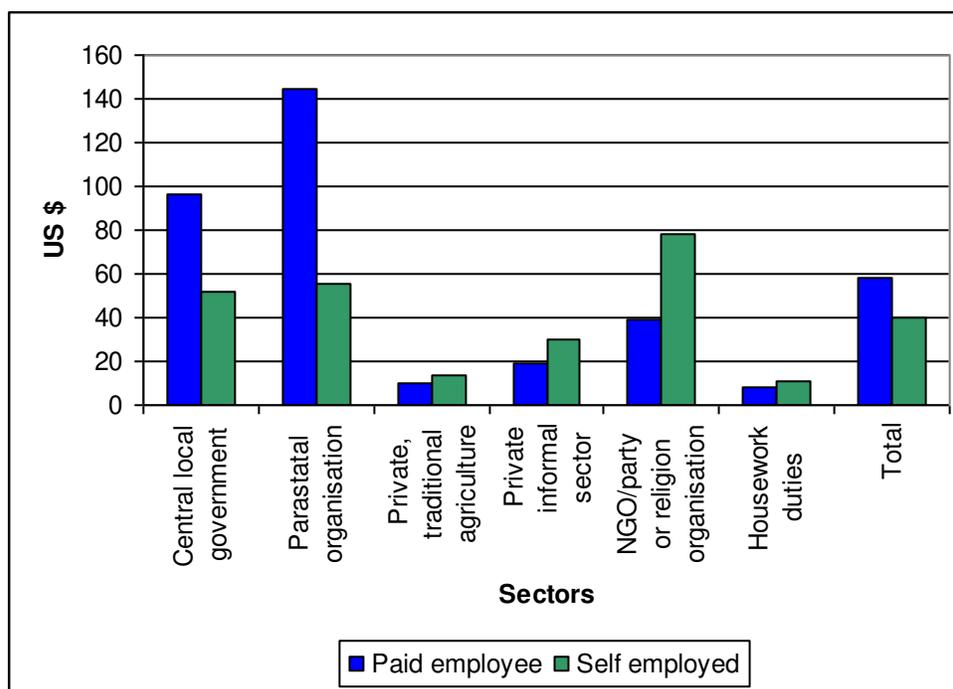
A renda real dos trabalhadores que pertencem ao governo central e local e às organizações paraestatais está aumentando, mas a renda real de outros setores como a agricultura, o informal e setores privados (inclui ONGs e companhias estrangeiras), e atividades econômicas domésticas estão caindo.

O quinto desafio é que os setores formais estão recebendo um salário maior comparado com os setores informais como os dados estão mostrando na figura 9 abaixo, que o

⁷ (a). Note que os dados referentes ao salário foram retirados de uma amostra aleatória feita pela pesquisa da Força Integrada de Trabalho daqueles anos, isso inclui a renda recebida de atividades primárias e secundárias de um indivíduo (b). 1 EU\$ é equivalente a 1300 a 1400 Xelins da Tanzânia

salário real total dos funcionários pagos é maior comparado ao dos autônomos. Embora há, em diferentes setores, diferenças mínimas. Um exemplo é dos funcionários do governo local e central, onde funcionários pagos estão ganhando mais do que os autônomos, enquanto no setor agrícola, o setor informal privado e ONGs privadas ou organizações religiosas, o salário real dos autônomos parece ser maior do que dos empregados pagos.

Figura 9: Comparação do salário real em setores de emprego entre autônomos e assalariados em EU \$ (para a atual taxa cambial de EU \$ e Tshs) em 2006



Fonte: Departamento nacional de estatísticas. Encontrado em

[http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical, 2006 pdf](http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,2006.pdf)

O sexto desafio do Mercado de trabalho é o aumento do subemprego. O subemprego está se tornando um problema comum do Mercado de trabalho da Tanzânia, que compreende não apenas as pessoas não qualificadas, mas mesmo as qualificadas e os profissionais. Desde o período da reforma, a taxa de subemprego foi subindo, em 1991 a taxa de subemprego foi de 4,3 por cento, mas em 2006, subiu para 13,1 por cento.

Tabela 8: Pessoa no subemprego até pleno emprego

Tanzânia: 1991, 2000 e 2006

Ano	Urbano	Rural	Total
2006	11.6	13.6	13.1
2001	12.1	11.0	11.2
1991	6.2	3.9	4.3

Fonte: Departamento nacional de estatísticas. Encontrado em

[http://: www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical](http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical), 1990, 2000 e 2006 pdf

Nos dois anos de pesquisas 1990/91 e 2000/01, o subemprego urbano foi maior do que o subemprego rural, mas no ano de 2006, o último levantamento mostra que o subemprego rural tornou-se maior do que o subemprego urbano. Esta é outra área que precisa ter uma preocupação política sobre o mercado de trabalho. Mais de 84 por cento do total de subempregados estão no setor agrícola, e são seguidos pelo setor informal. O subemprego, entre os assalariados, aumentou muito rapidamente ao longo da década recente, dos dez anos de 1991-2001, e foi seguido pelos trabalhadores familiares não remunerados.

As forças por trás do aumento de empregos não-padronizados, como trabalhadores informais e subempregos, dos quais a maioria inclui empregos de meio-período e empregos temporários e estão ligados e associados à deterioração do mercado de trabalho na Tanzânia, cuja fundação ainda está ligada às políticas neoliberais. Fatores comprovados, que são todos discutidos na parte posterior, incluem a falta de capital para desenvolver o setor agrícola, diferenciais urbano-rurais em investimentos, os produtos não competitivos que competem com produtos subsidiados dos países desenvolvidos e com uma educação pobre para melhorar os recursos humanos. Além dessa abordagem keynesiana, argumentou que, se o desemprego aumentou, os salários caíram. Quando os salários caíram, empregadores contrataram mais pessoas e o emprego voltou ao nível normal (Keynes, 1973). Isto é o que está acontecendo agora na Tanzânia, porque quando o desemprego é cada vez maior, ele vai de mãos dadas com o aumento de empregos não-

padronizados, isto porque as pessoas acabam aceitando o empregos de status inferior e com remuneração inferior que o mercado de trabalho oferece aos que permanecem desempregados.

Há uma ligação fraca entre os que trabalham em empregos não-padronizados e a pobreza, mas como os dados revelam que a maioria das pessoas que estão trabalhando em empregos não-padronizados são os que ganham menos do que aqueles que trabalham em setores formais. O mesmo é o que se aplica à comparação entre autônomos e assalariados, assalariados parecem ganhar mais do que os autônomos. Portanto, a possibilidade de trabalhar em uma situação de pobreza é maior nos emprego não-padronizados em vez de empregos formais. Isso ocorre porque o setor está muito inseguro devido à falta de segurança social. A falta de segurança social fez a maioria que está trabalhando fora do negócio, devido a alguns problemas ou perdas, falhar ao retornar à sua posição original.

3.3. O nível de educação da força de trabalho

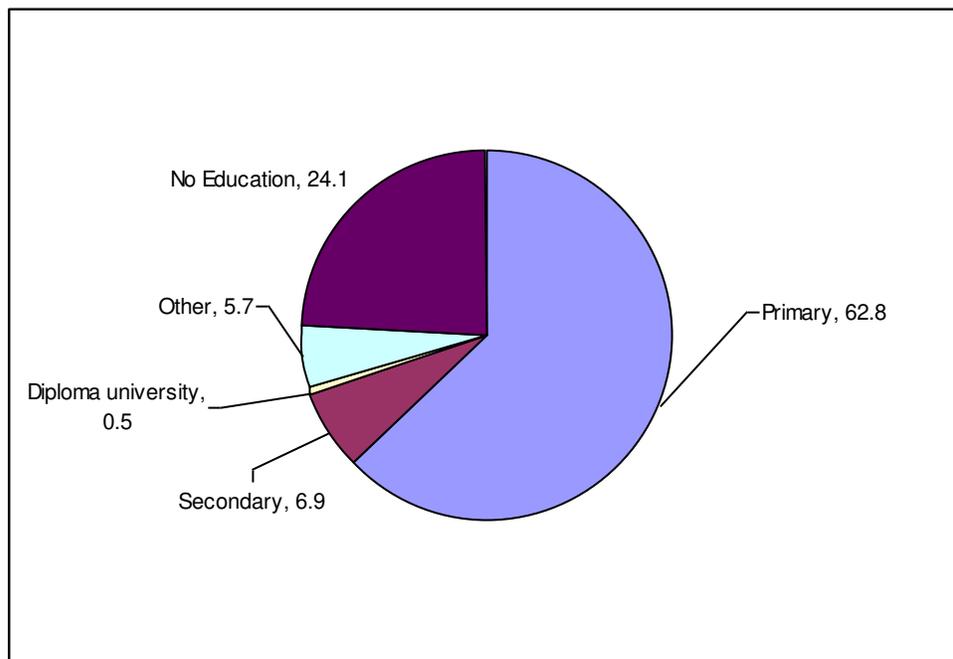
A educação é a chave para qualquer desenvolvimento social de um país. Se o sistema educacional não melhora, ele pode dificultar os fatores sociais, como a renda e outros. Isto se dá devido ao fato de que mesmo as tecnologias importadas precisam de um bom ambiente em termos de ensino para que as pessoas possam ser capazes de aprender e aplicar essas tecnologias. Se um país não tem pessoal qualificado, os investidores podem ter uma razão para importar seu próprio pessoal qualificado para a sua produtividade. O Banco Mundial (1996a: 82) argumentou no que diz respeito à Tanzânia, "A educação é um dos principais determinantes da renda familiar e do bem-estar, e a escolaridade adicional de homens e mulheres tem efeitos significativos sobre o bem-estar", esta evidência é nitidamente corroborada por estudos sobre o rendimento do investimento em educação, considerado benéfico mais do que investir em outros setores, como no caso da Coreia do Sul, Cingapura e Tailândia. (See Gallagher et al, 2007).

Observando os dados sobre o nível educacional da força de trabalho, eles mostram que a maior porcentagem da população tem apenas o ensino primário, enquanto a minoria foi para um ensino superior, como o ensino médio, para uma formação profissional, como faculdades e universidades. Durante os primeiros anos do período de reforma, a partir de

1986, o sistema de ensino era pobre porque a índice de matrículas para o ensino fundamental foi de 68 por cento, e as matrículas para o ensino médio foram de 10,5 por cento, mais recentemente, houve algumas melhorias no registro para o ensino fundamental, que subiram para 96,1 por cento, e não há dados sobre o ensino superior. A situação mostra que a maioria das crianças está matriculada no ensino fundamental, mas elas não são capazes de ir para a educação superior, já que as famílias pobres não podem pagar por um sistema de educação.

Até 2003, os dados disponíveis revelam que, no âmbito da atual força de trabalho, 62,8 por cento completaram apenas o ensino fundamental, o segundo maior grupo é de 24,1 por cento, que não participaram de qualquer nível de ensino, e a minoria são aqueles com diploma de ensino universitário. Isso mostra o sistema pobre de educação não melhorou ao longo dos últimos anos 20 anos de reformas.

Figura 10: Nível de escolaridade da Força de Trabalho, 2003

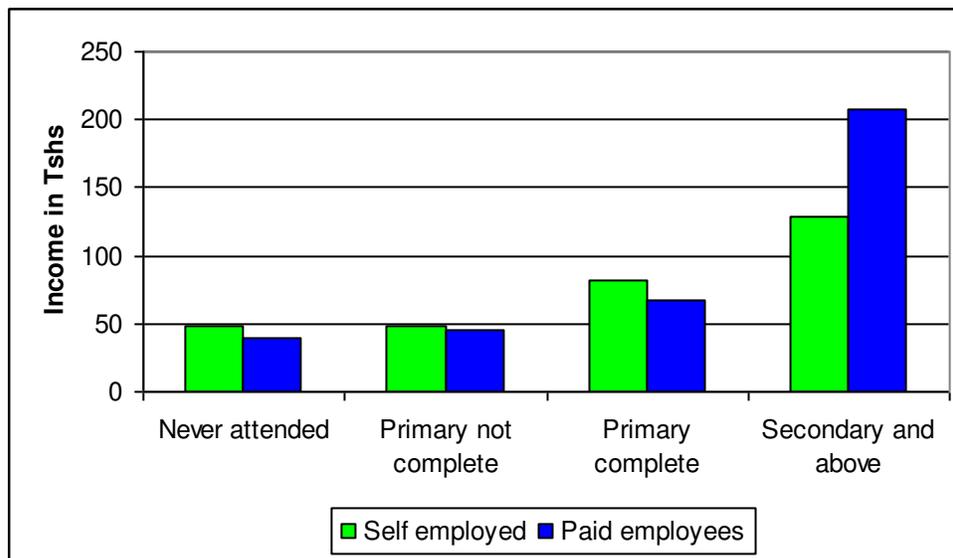


Fonte: URT, Estatísticas Básicas de educação, 2003. Adaptado de Ngowi, 2005, pg. 220.

A Tanzânia está entre os países que precisam de mais investimentos em educação, ao invés de o governo ter aceitado as condições do FMI e do BM de não intervenções, como resultado o bem social está marginalizado. A Tanzânia perdeu seu plano de educação

desde a década de 80, quando o país tinha planos e não havia fundos disponíveis para implementação, porque os doadores se recusaram a financiar o país por ele ser incapaz de seguir as pré-condições para os fundos. Hoje não há reações de interesse de doadores ou intervenções, mais do que um processo pró-ativo de planejar como certos compromissos podem ser alcançados. O processo de planejamento para a educação sugere que deveria haver uma relação próxima entre as dinâmicas da população e o desenvolvimento da educação. Na Tanzânia, com o índice anual de crescimento populacional de 2.8 por cento e 3 por cento, comparado com o índice de investimento em educação superior, ele esteve flutuante ou estagnado da melhor forma (Ngowi D. Y. K, 1997).

Figura 11: Relação entre renda e educação em 2006



Fonte: Departamento nacional de estatísticas. Encontrado em

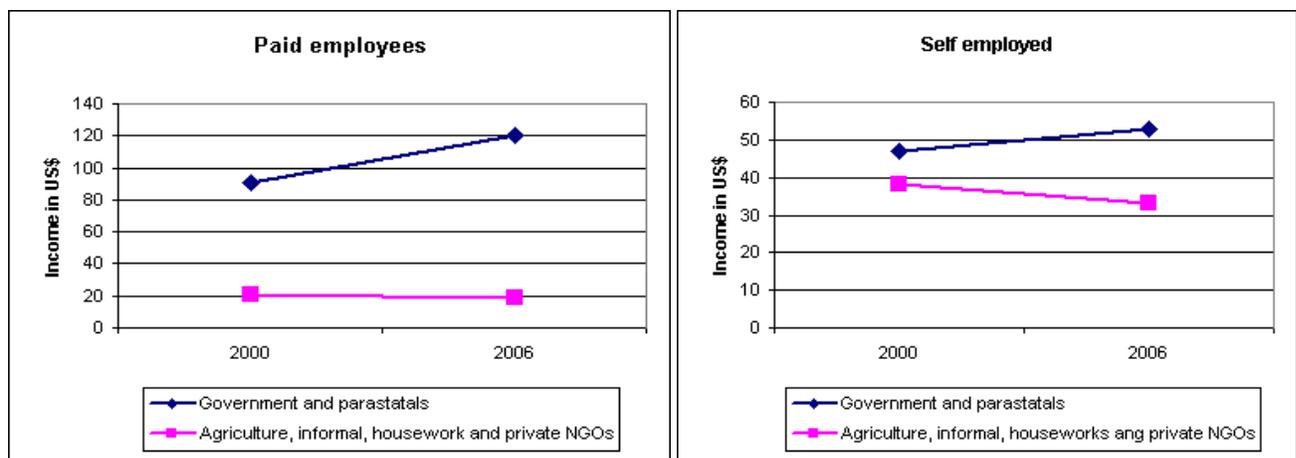
http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical, 2006 pdf pg 79

É difícil encontrar pessoas com ensino médio ou mais no segment pore da sociedade, e a educação fundamental não parece melhorar a pobreza, como postulado por (Je Peng e Mingat, 1992), que a educação pós fundamental é particularmente crucial para exportações, tecnologia de informação, gerenciamento e empreendedorismo, finanças, marketing, contabilidade, direito, inovações adaptativas e redução da pobreza, como evidenciado na Ásia. A população da Tanzânia é bastante caracterizada pelas pessoas com nível fundamental de educação, mais do que pelo nível de ensino médio ou além.

3.4 Tendências do salário real na Tanzânia

A tendência atual do salário real na Tanzânia está mostrando uma tendência crescente, especialmente a partir de 2000. Mas devido às diferenças de renda, há algumas diferenças na tendência do salário real sobre os setores. Por exemplo, o salário real total para empregados remunerados subiu de 44 para 58 em 2000 e 2006, e o salário real total para os autônomos caiu de 41 para 40 em 2000 e 2006. Observando os setores de emprego, há também algumas diferenças porque aqueles que pertencem ao setor do governo experimentam um aumento do salário real, enquanto aqueles que pertencem ao setor informal, à aricultura, aos serviços domésticos e ONGs privadas, experimentam uma queda do salário real, como mostrado na figura abaixo.

Figura 12: Salário Real em diferentes setores na Tanzânia, de 2000 a 2006



Fonte: Departamento Nacional de estatísticas. Encontrado em

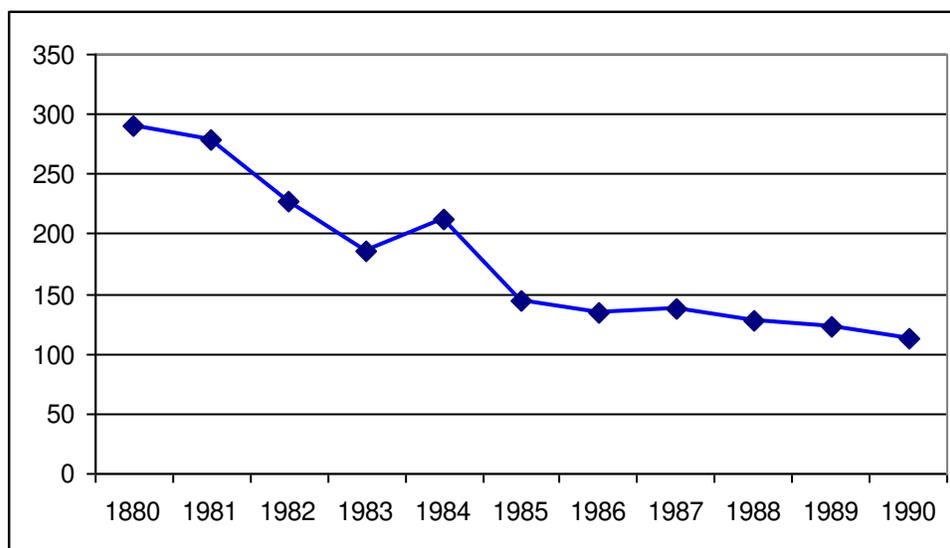
[http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical, 2000 and 2006.pdf](http://www.nbs.go/intergrated_labour_force_survey/analytical,2000and2006.pdf)

A tendência mostra que aqueles que estão em empregos remunerados do governo e paraestatais experimentam um rápido aumento comparado com aqueles que pertencem aos mesmos setores dos autônomos. Os que pertencem à agricultura, ao setor informal, aos services domésticos e ao setor privado, incluindo ONGs, experimentam um declínio menor do salário real comparado aos que pertencem aos autônomos do mesmo setor, apesar do fato de que a renda dos empregados remunerados desse grupo de trabalhadores é pouca, comparada à dos autônomos do mesmo grupo.

Para fazer uma comparação com o período socialista e o atual, a diferença notável é que no período atual o salário real estava caindo. Há disparidades, especialmente na distribuição de renda no período atual, desde que a maioria experimenta uma queda no salário real, e a minoria que experimenta um aumento no salário real faz com que todo o país veja que o salário real está subindo. Vejamos o período do socialismo até o período da crise de 1974.

Antes e durante o socialismo, os trabalhadores na Tanzânia recebiam bons salários, já que o governo tinha um número de instituições públicas que empregavam um bom número de pessoas, e elas recebiam bons salários que eram suficientes para satisfazer as necessidades delas e de suas famílias (Ackson, 2009, pg. 2). Na Tanzânia o salário real começou a cair logo quando a Tanzânia enfrentou a crise econômica em 1974.

Figura 13: Salário mínimo urbano (1980-1990)

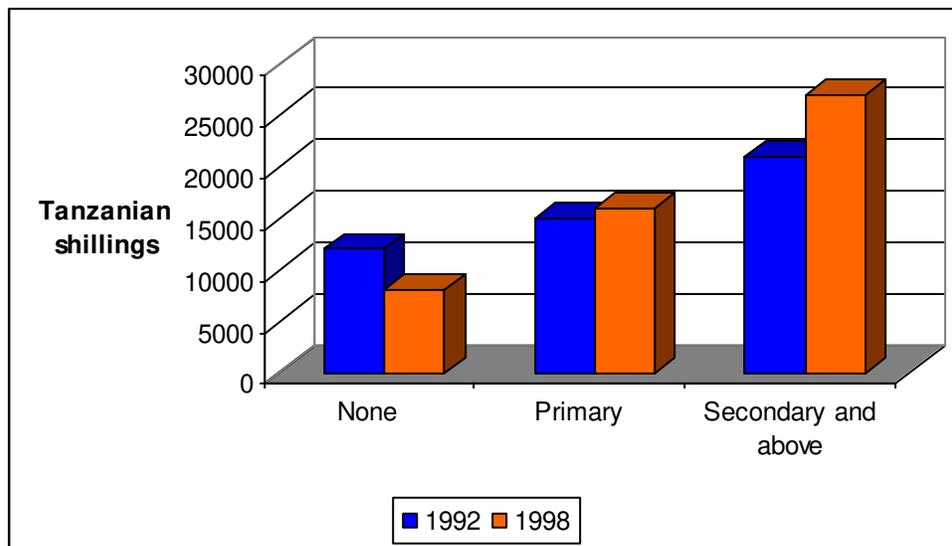


Fonte: Departamento nacional de estatísticas da Tanzânia. Adaptado de Moshi, 1997, pg. 119. Veja [http://: ccb.colorado.edu/ijas/tazadj2.html](http://ccb.colorado.edu/ijas/tazadj2.html), Table 1.

Como os dados mostram, o salário mínimo urbano na Tanzânia de 1980 a 1990, a queda dos salários reais foi intensa no início da década de 80, e logo após a reforma a queda continuou lentamente, isso mostra que não houve recuperação mesmo após os primeiros anos da reforma. Em 1990, cinco anos após a reforma, o salário pareceu se recuperar, mas a recuperação não é igual, uma vez que há algumas disparidades em termos de ganhos. As diferenças de ganhos estão entre as mudanças notáveis que começaram a ser experimentadas na era neoliberal. O aumento e a queda do salário real diferem em termos

de realizações educacionais e setores de emprego. Aqueles que tem pouca ou nenhuma educação experimentam uma queda do salário real, enquanto aqueles que tem uma escolaridade maior experimentam um aumento do salário real. Um exemplo é do setor de manufatura, onde os funcionários que tinham escolaridade de ensino médio ou além eram mais bem pagos, comparados com os que tinham apenas o ensino fundamental ou nenhuma escolaridade. E apenas aqueles com ensino médio ou mais experimentam um aumento maior do salário real enquanto os com formação fundamental experimentam um aumento pequeno, e os sem escolaridade nenhuma experimentam uma queda no salário real.

Figura 14: Salário Real no setor de manufatura, 1992 a 1998



Fonte: Pesquisa da força de trabalho. Adaptado de Mkenda, 2005, pg. 9.

Portanto, todo o período das reformas neoliberais é um tipo de disparidade de ganhos e salário real. Apenas um pequeno grupo da classe trabalhadora está tendo um aumento no salário real, e grandes grupos que têm pouca ou nenhuma escolaridade em alguns setores da economia como o da agricultura, o informal e o de manufatura estão experimentando uma queda do salário real.

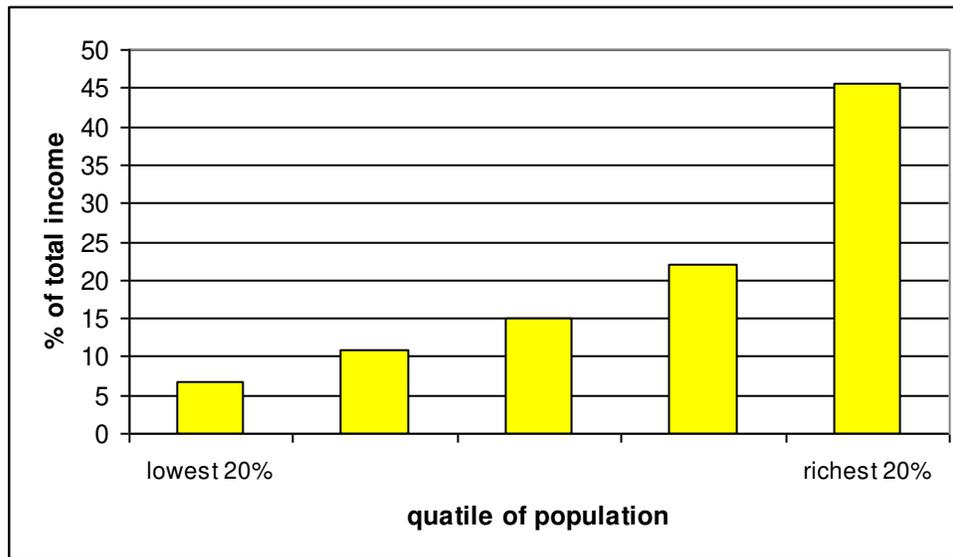
3.5 Políticas do governo para a distribuição de renda e redução da pobreza na Tanzânia

O governo da Tanzânia usa dois canais principais através dos quais a política pública opera para reduzir a pobreza, o primeiro é através da promoção do crescimento

econômico e o segundo é através da redistribuição de riquezas. O governo da Tanzânia acredita que um maior crescimento seria alcançado e seria capaz de reduzir a pobreza. Desde 1986, o governo da Tanzânia adotou políticas de promoção do crescimento, o foco dessas políticas ficou concentrado na melhora do ambiente macroeconômico, na confiança no Mercado, mais do que no controle administrativo da alocação de recursos e promoção do setor privado, mais do que do estado na produção de produtos privados e serviços. O desempenho de crescimento na Tanzânia após o período da reforma foi estável, um bom desempenho começou a ser alcançado no início de 1997 com um crescimento positivo do PIB. O crescimento foi de um índice de crescimento anual de 3 por cento para 5 por cento em 2000 e 7.8 por cento em 2004, antes de cair, em 2007, para 7.1 por cento. Apesar do bom desempenho do PIB, o desempenho do PIB per capita é ainda muito baixo. Até 2007, o crescimento do PIB per capita anual foi de 1.8 por cento, que ainda é muito baixo comparado ao índice de crescimento anual antes da crise da década de 70, que era de 3.7 por cento. Com o índice de crescimento, que era estimado em 2.8 a 3, a Tanzânia está se tornando populosa, ao ponto que o crescimento econômico falhou em melhorar a renda da população. Nossa discussão nos traz às políticas aplicadas para distribuir a renda para a população da Tanzânia.

O estudo revela que o crescimento econômico falhou em seguir com a melhoria da renda para a grande porcentagem da população por causa das políticas pobres que foram aplicadas na distribuição de renda ou riqueza para a população. Embora a Tanzânia tenha menos desigualdades comparada a outros países, como o Quênia e Uganda, onde o índice Gini é maior comparado à Tanzânia, com 42,5 por cento e 45,7 por cento, respectivamente, mas na Tanzânia, como revelado na figura 15 abaixo, onde 80 por cento da população está ganhando metade da renda dos 20 por cento mais ricos da população.

Figura 15: Distribuição de renda na Tanzânia 2006



Fonte: Tendências da terra. [http://: earthtrends.wri.org/countryprofiles/tanzania](http://earthtrends.wri.org/countryprofiles/tanzania)

Isso também é atribuído ao fato de que 75 por cento da população vivem em áreas rurais, onde há provisões pobres de serviços sociais, e eles são bastante negligenciados pelo governo

Políticas monetárias e comerciais são os principais instrumentos para promover o crescimento e a redistribuição de riquezas (Semboja et al, 1997). Uma vez que esses três instrumentos são os principais meios de distribuição de renda em um país, portanto, o que é importante é a escolha de políticas pelo governo e como essas três políticas são implementadas para o propósito da distribuição de renda.

3.5.1 Políticas públicas

O período da reforma foi seguido pela mudança de políticas pelo governo. Antes da reforma, muita ênfase foi posta no papel da política fiscal, mais do que no da política monetária, mas durante a década recente, muita ênfase teve que ser posta na política monetária e a fiscal teve que ser reduzida. A política fiscal opera através de orçamentos e canais de despesas, e as políticas monetárias operam através do alvejamento da inflação. As políticas macroeconômicas adotadas foram movidas para a redistribuição de renda para o povo. Após 25 anos da reforma, essas políticas falharam em melhorar a renda dos

trabalhadores, e até 2007, as pessoas ainda reclamavam que a vida se tornava mais difícil que nos anos anteriores. A pesquisa por MKUKUTA descobriu que em todos os grupos de renda, inclusive os menos pobres, mais pessoas sofreram quedas de padrões, masi do que melhoras deles, e a maioria dos fazendeiros, pastores e Pescadores consideram que eles, virtualmente, não recebem apoio do estado, e a maioria reclama dos custos de vida, principalmente dos custos da comida. As políticas do governo em direção à redução da pobreza no país são direcionadas para alcançar um maior índice de crescimento, de 7 a 8 por cento, para facilitar a redução da pobreza (PHDR, 2007). Escolher apenas um alvo de índice de crescimento sem políticas apropriadas que não atingissem a comunidade não seriam úteis para a redução da pobreza.

Políticas fiscais

Na Tanzânia as fontes de recursos são três, que são orçamentos de impostos, orçamentos que não são de impostos, ajudas e subvenções. Orçamentos domésticos incluem os impostos, orçamentos não dos impostos e empréstimos domésticos, enquanto o último inclui empréstimos externos. A taxação recolhida conta com 90% dos orçamentos domésticos. Isso pode recair sobre impostos diretos ou indiretos.

Tabela 9: Impostos médios para porcentagem do PIB, 1985 a 2006

Ano	% impostos
1985-1995	18.0
1995-2000	13.6
2000-2006	13.3

Fonte: Departamento nacional de estatísticas; contas nacionais da Tanzânia continental;

<http://www.nbs.go.tz/nationalaccountsoftanzania/2007> pdf

A partir do estudo de Bol, ele argumentou que maiores impostos deveriam coincidir com um crescimento econômico alto (Semboja et al, 1997). Mais esforços feitos pelo governo da Tanzânia sobre a taxação é para o propósito de alcançar um crescimento maior. Embora a taxação começou a cair em 1995, um crescimento positivo também começou a

ser experimentado nos mesmos anos. Portanto, isso significa que há uma relação fraca sobre a taxa e o crescimento econômico. O grande desafio da Tanzânia ainda está sobre a distribuição de renda através da política de taxa e para quem o fardo da taxa fica. De acordo com os documentos oficiais do governo, as principais fontes de impostos na Tanzânia vêm de vendas, e impostos juntamente com as taxas de impostos, todos contam com 88% do orçamento.

Para a taxa de juros, a carga recai diretamente para os pagadores de impostos, e é um imposto direto. Pagador de impostos é toda pessoa que recebe uma renda na Tanzânia, e é calculado por uma fórmula na qual cada detentor de renda paga o quanto ganha (PAYE). No entanto, às vezes é facilmente implementada sobre pessoas com uma renda maior. Para os impostos sobre vendas e impostos alfandegários, a carga recai sobre o consumidor, que são impostos indiretos. É mais fácil para um indivíduo evitar um imposto direto, como a taxa de juros para trabalhadores informais, como vendedores de rua, mas não é possível para um indivíduo evitar impostos indiretos, porque cada indivíduo é um consumidor de uma forma ou de outra. De acordo com Semboja, no início o maior contribuinte de impostos era o setor de cooperação, que contava por pelo menos 60%, no entanto, a maioria dos impostos de cooperação eram gerados de empresas privadas. Como um resultado das reformas em andamento, as cooperações estão aumentando com os gastos das cooperações públicas. Portanto, tendências de orçamento recentes sugerem que a participação na carga da taxa de juros mudou para indivíduos (Semboja et al 1997).

Tabela 10: Valor das despesas recorrentes em porcentagem 2006

Despesas	% do total de despesas
Despesas recorrentes (pagamento de juros, rendas e salários)	66
Bens e outros serviços	34
Total	100

Fonte: Website nacional da Tanzânia, políticas macroeconômicas. Em [http://:www.tanzania.go.tz](http://www.tanzania.go.tz) , 2008

Por parte das despesas, o governo é aconselhado a reduzir suas despesas com alguns serviços sociais e se concentrar nos itens recorrentes. Os itens recorrentes escolhidos pelo governo da Tanzânia incluem salários e dívidas públicas. Essas duas coisas são compromissos que o governo teve que honrar. A partir do período da reforma os dois compromissos respondiam a 60% do orçamento recorrente. Por exemplo, entre 1985 a 1993 os dois compromissos correspondiam a 61% do orçamento recorrente. Dos quais 25% eram para salários e rendas e 36% foram para dívidas públicas (Semboja et al, 1997). A figura às vezes muda e a indicação é que ela aumenta de 2.3% anualmente durante os anos desde o período de reforma. Em 2006 os dois compromissos subiram para 66% das despesas recorrentes totais. Portanto, o governo da Tanzânia tem estado a serviço de grandes dívidas durante um longo período de tempo, enquanto, outras despesas têm servido com menores quantias. Esse é um truque dos países desenvolvidos com relação aos países em desenvolvimento, que contribuem com os países em desenvolvimento, auxiliando com as dívidas sempre, enquanto os países desenvolvidos estão aumentando seus lucros financeiros. Por outro lado, o orçamento alocado para todos os outros serviços, como mostrado na figura acima, 34% estão inadequados para financiar as operações e manter as atividades, especialmente desde que eles incluam todos os outros serviços como educação, saúde, e subsídios de ajuda para os fazendeiros. Isso levou à falta de fundos e à subutilização de equipamentos essenciais. Portanto, os impactos notados sobre os trabalhadores pobres são através da prestação inadequada dos serviços sociais e de infra-estrutura, tais como os setores de saúde, educação, água e estrada. A redução do número de trabalhadores pobres pode acontecer através de uma distribuição equitativa dos recursos, como infra-estrutura e serviços sociais como saúde, educação e assistência do governo com subsídios agrícolas para produtores rurais, uma vez que é muito cedo para privatizar os serviços de melhorias antes de melhorar a renda da maioria da população.

No que diz respeito aos serviços de educação, antes das reformas, o sistema de ensino era gratuito em todos os níveis de escolaridade, como o fundamental, o médio e o superior.

Mas, depois da reforma, o financiamento do sistema de ensino foi alterado. No início das reformas, o pagamento foi feito para o ensino fundamental e médio, o ensino universitário foi fornecido gratuitamente, mas poucos conseguiram ser escolhidos para irem para o ensino universitário, isso por causa do mau desempenho em um nível menor, devido à falta de recursos adequados para um bom desempenho, como o número de professores do ensino fundamental nas zonas rurais não foi suficiente para satisfazer as necessidades dos alunos de um bom desempenho. Em 2000, muitas escolas primárias foram construídas em áreas rurais, mas os recursos ainda eram um desafio, porque o governo não tem preparado um bom ambiente profissional para professores viverem nas zonas rurais, o que se tornou um desafio no setor da educação e, por vezes, outros decidiram largar as profissões de ensino para exercerem outros tipos de empregos no setor informal, como pesquisas mostram que um número de professores deixou seus empregos para serem autônomos. No mesmo período de 2000, quando a escola primária foi oferecida gratuitamente, os pagamentos para o ensino médio aumentaram e os impostos foram introduzidos em nível universitário, o que significa que todo mundo que vai para o ensino superior terá que contribuir com o governo com uma certa quantidade de dinheiro, dependendo dos rendimentos da família.

Tabela 11: Gastos educacionais na Tanzânia comparados com países Subsarianos e países industrializados 2003.

Países	% PIB
Tanzânia	2.5
Países Subsarianos	3.7
Países recentemente industrializados	6.0

Fonte: Estatísticas básicas URT da Education, 2003. Adaptado de Ngowi, 2005, pg. 219.
 Nota: Países recentemente industrializados referents à: Singapura, Tailândia e Malasia

O setor da educação tem afetado a classe trabalhadora de duas formas. A primeira é a diminuição do rendimento das famílias, uma vez que precisam gastar o pouco dinheiro que recebem para o provisionamento de educação. A segunda é que a educação é tida como uma chave para a aquisição de bons empregos, status e rendimentos mais elevados,

pois quanto menor a educação, menor a renda e vice-versa. O estudo do Banco Mundial revelou que na atribuição da Tanzânia, a educação e a saúde não têm sido igualmente distribuídas entre os beneficiários, já que o grupo com maior renda tem mais benefícios através de programas de ensino secundário e superior que favorecem os centros urbanos e pessoas com rendimentos elevados. Só as despesas com o ensino primário tem sido sensível à forma (World Bank, 1996: 44-48). A falta de recursos está contribuindo com a pobre educação primária das áreas rurais, uma vez que não produz os resultados esperados porque os formados do ensino fundamental nas zonas rurais não podem ser selecionados para os níveis de ensino secundários devido a maus resultados, não só isso, mas às vezes alguns deles podem ser selecionados para continuar no ensino médio, mas por causa do pobre rendimento não podem pagar por um ensino de nível superior, devido aos altos custos. O governo da Tanzânia tem gastado 2,5% do seu PIB em serviços de educação nos últimos 20 anos; desde 1990, este valor é muito baixo para melhorar o sistema educacional da Tanzânia.

Para o setor de saúde, o financiamento do governo de 1977/79 sobre as despesas de saúde foi de 7,5% do PIB, que caiu para 3,5 entre 1984/85, quando a Tanzânia estava implementando o primeiro Programa de Ajustes Estruturais, sem financiamento de doadores logo após as crises. A razão para seu declínio inclui maiores gastos governamentais durante esse tempo por causa das crises, o que levou à queda dos gastos sociais. De 1999/2000, a despesa orçamental total dos serviços de saúde foi de 0,81 por cento do PIB, que aumentou para 1,3 por cento em 2000/01 (NHP, 2001). Estas tendências refletem uma queda drástica do financiamento dos serviços de saúde. Um grande desafio continua a ser a distribuição de serviços através do orçamento previsto para as massas da população, especialmente nas áreas rurais. Estatísticas mostram que as áreas urbanas são mais favorecidas através das despesas das zonas rurais. 50% do orçamento de 1997-1998 do orçamento do governo com saúde foram atribuídos aos hospitais em zonas urbanas, enquanto a população rural é maior, estima-se que são 75% da população da Tanzânia, como pode esse montante ser igual a toda a população (PNH, 2001).

Custos com educação, bem como com os sistemas de saúde são alguns dos fatores que aumentam o custo de vida para a classe trabalhadora. Isto se dá porque a maioria não pode pagar por sua própria saúde e educação, devido aos baixos salários que recebem. Um exemplo de um produtor rural que obteve um rendimento real médio de 10 E.U. \$ em 2006, como pode com uma renda baixa dessa prover sua educação, saúde, bem como as despesas de alimentação. Não só isso, mas mesmo um morador urbano, que está trabalhando como um trabalhador informal ou no setor privado, ganhou 19 e 39 E.U. \$, respectivamente, como podem essas rendas suprirem serviços de educação, sistema de saúde, moradia e alimentação.

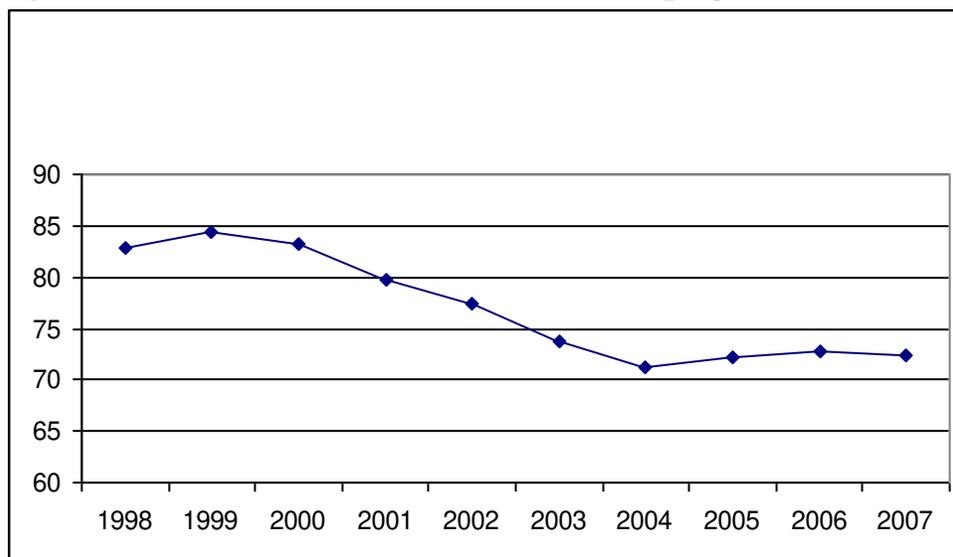
Políticas Monetárias

Os objetivos gerais da política monetária são controlar o nível da inflação, garantindo a estabilidade dos preços e controlar a quantidade de oferta de moeda na economia. Estas três coisas são inter-relacionadas que é por isso que temos a política da política monetária. Segundo a teoria neoclássica, se a oferta de dinheiro é grande, significa que o preço vai cair pela perda da estabilidade, bem como a inflação vai cair. A conclusão neoclássica é que a inflação é causada principalmente pela criação excessiva de dinheiro na economia, a fim de alcançar a estabilidade de preços, portanto, influência tem sido dada ao Banco Central em virtude de sua capacidade de exercer influência sobre o processo de oferta de moeda e de regular a quantidade de dinheiro em circulação e de crédito fornecido, que é o que veio a chamar de condução das políticas monetárias.

A criação contínua de um grupo de trabalhadores pobres na Tanzânia, também está associada com políticas monetárias contracionárias adotadas pelo governo após a reforma. As políticas monetárias contracionárias adotadas são o que segue a proposição neoclássica, opostas à política monetária expansionista keynesiana de criação de emprego para aumentar o consumo e reduzir a pobreza (Muqtada, 2003). A política monetária contracionária se dá porque o governo está segurando o dinheiro para a finalidade de reduzir a inflação. Keynes propõe que políticas monetárias expansionistas são boas porque aumentariam o montante de dinheiro na economia e aumentaria a renda das pessoas, e a renda iria aumentar os consumos, já que não é tanto quanto o montante da

renda, porque as pessoas iriam começar a economizar e a aumentar o investimento, o investimento criaria mais empregos porque a demanda seria maior. Contra os neoclássicos, que estão aconselhando os governos a manterem uma quantidade de dinheiro para conter a inflação, as coisas vão na direção oposta, como a renda cai, caem os consumos, reduzem a poupança e o investimento não pode ser criado. As políticas monetárias contracionárias na Tanzânia afetaram as famílias de duas formas, em primeiro lugar, o emprego não pode ser criado para satisfazer as necessidades da crescente população, que passou de 2,8 para 3 por cento ao ano e levou ao aumento do desemprego e do subemprego. O desemprego e o subemprego dificultam o consumo das famílias, e como resultado, aumentam o número de trabalhadores pobres.

Figura 16: Gastos com consumos domésticos sob preços atuais (1998 a 2007)



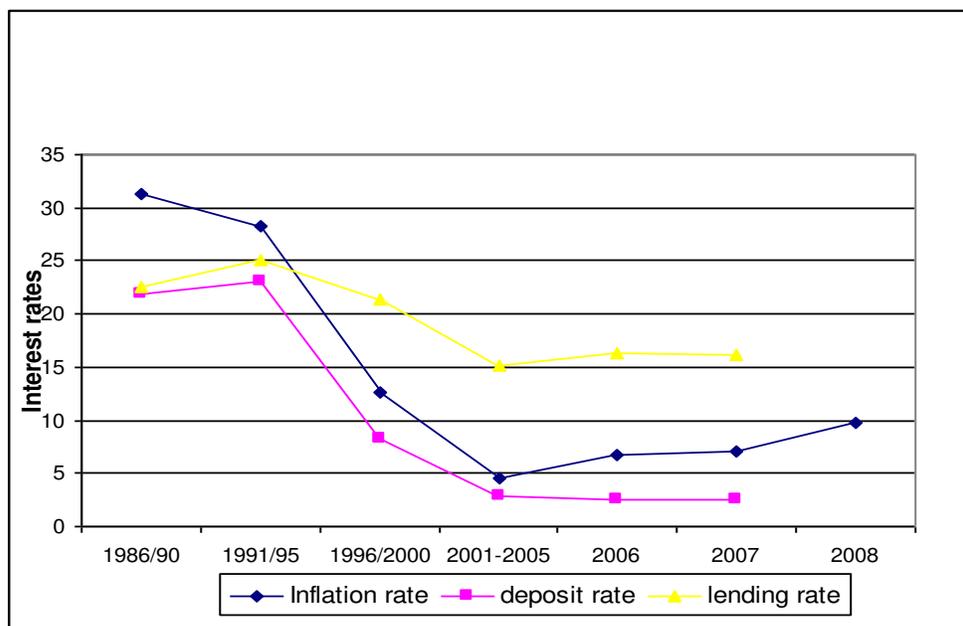
Fonte: Website Nacional da Tanzânia: Quadro de políticas macroeconômicas. Em: <http://www.tanzania.go.tz/macroeconomicpolicif/2008.pdf>.

Em segundo lugar, a renda das famílias é afetada pelas altas taxas de juros fixadas pelo governo, freqüentemente no controle da inflação, especialmente as taxas de empréstimo, o que leva as famílias a terem dívidas por um longo período de tempo com essas altas taxas de juros. Segurar dinheiro também dificulta a criação de créditos para a população. Se o governo vai promover o setor privado a ser um motor de crescimento, então como

seria possível o governo está segurando o dinheiro e tornar a disponibilidade de créditos tão difícil?

Na Tanzânia, antes da reforma, os preços e a alocação do crédito eram determinados administrativamente, as taxas de juros eram mantidas artificialmente baixas (abaixo da taxa de inflação), como mostrado na figura 17, e mais créditos foram canalizados para instituições públicas e para cooperativas, mesmo quando eram indignas de crédito e inadimplentes (Semboja et al, 1997). Esse processo ajudou os pobres trabalhadores, agricultores em especial, a terem créditos atribuídos, por exemplo, a Cooperativa e o Banco de desenvolvimento Rural foram formulados especialmente para fornecer créditos a agricultores rurais.

Figura 17: O índice de níveis de juros e inflação



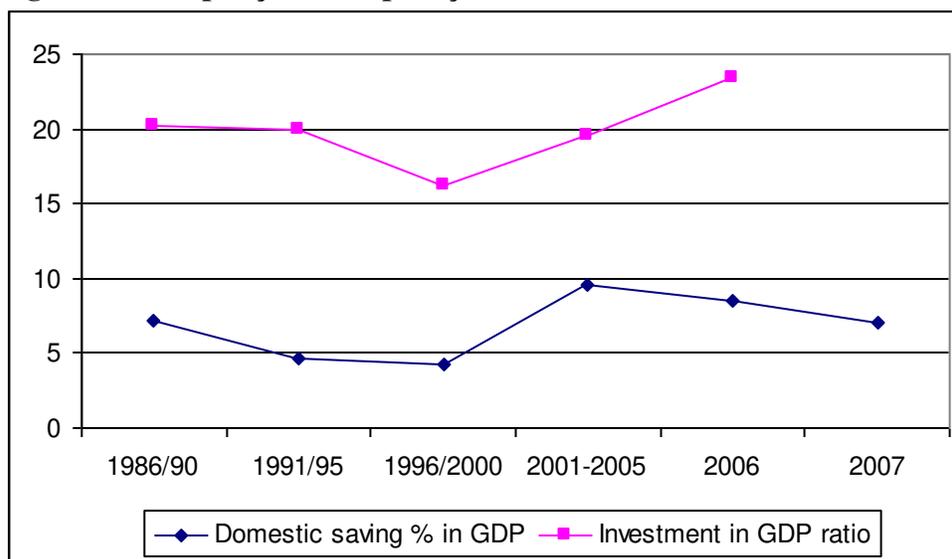
Fonte: Website nacional da Tanzânia: quadro de políticas macroeconômicas. Em: <http://www.tanzania.go.tz/macroeconomicpolicif/2008.pdf>.

Após a reforma, a fim de tornar o setor privado um motor de crescimento, todos os créditos são dados individualmente pelos bancos privados. As taxas de juros do mercado tornaram-se determinadas e a taxa de depósito passou de 10% em 1985 para 21,8% no período de 1986-1990. Embora a taxa de depósito tenha caído para 2% em 2000, a taxa

de juros foi mantida mais elevada e se tornou um fardo para as famílias pobres que necessitam de créditos para fazer negócios, melhorar de vida ou precisam de financiamento para atividades agrícolas. Isso levou às famílias a serem indignas de crédito, especialmente se um indivíduo não tem hipotecas ou um negócio estável como garantias.

O governo da Tanzânia está incentivando as pessoas a investirem em auto investimentos a fim de facilitar o setor privado como motor do crescimento, e esperar que mais empregos sejam criados através do auto-emprego, mas o ambiente de auto-emprego na Tanzânia não é animador, se as famílias não são capazes de economizar para o fim de investimentos. A Figura 18 mostra as tendências da poupança e dos investimentos nacionais ao longo dos anos desde a reforma, ambas as taxas não são animadoras, porque não há nenhuma melhoria e a taxa de poupança interna está em declínio desde 2001.

Figura 18: Poupanças e comparação de níveis de investimento 1986 a 2007



Fonte: Website nacional da Tanzânia: quadro de políticas macroeconômicas em: <http://www.tanzania.go.tz/macroeconomicpolicif/2008.pdf>.

Políticas de Comércio e os Efeitos sobre o Setor Agrícola

As reformas que foram feitas no setor agrícola incluem a liberalização dos mercados, reduzindo as intervenções do governo, a privatização de empresas estatais e a promoção do setor privado como um motor do crescimento (especialmente aquelas que estavam

lidando com o processo de marketing), a redução de gastos do governo com subsídios aos agricultores, eliminando os impostos de exportação legais, reduzindo o número e a dispersão dos impostos de importação.

O capital é muito importante para o objetivo de financiar o setor agrícola, especialmente para financiar implementos de trabalho, como tratores, arados de boi, extirpadores intermediários e insumos agrícolas, como sementes, fertilizantes e agroquímicos. Na Tanzânia, um grande número de agricultores é de pobres das zonas rurais, e a maioria deles é confrontada com o problema de capital para gerar a terra de modo que obtenha maior produtividade. As informações disponíveis indicam que 65% das necessidades de financiamento de um agricultor são cobertas por fundos próprios e 18% através de empréstimos de amigos e parentes, 12% por crédito do sistema bancário e de 5% por empréstimos de agiotas (Semboja et al, 1997) . Antes do período da reforma, houve a existência de instituições públicas e cooperativas para canais de créditos para os agricultores que eram membros dessas cooperativas. As coisas mudaram depois da reforma, com as alternativas para transformar o mercado da economia planificada para uma economia de mercado planejada, por onde as instituições públicas e cooperativas desmoronaram, e seus lugares foram tomados por instituições públicas, que têm procedimentos e condições morosos para um agricultor pobre da Tanzânia obter crédito para a produtividade da terra. Há influência dos bancos privados, juntamente com a iniciativa privada, como as sociedades cooperativas de poupança e as Sociedades Cooperativas de crédito, SACCOS, PRIDE e FINCA, que estão ajudando na canalização de créditos para indivíduos. O desafio permanece sobre a capacidade dos agricultores pobres cumprirem as condições associadas aos empréstimos (taxas de juros e exigências de garantia), que estão fora do alcance da maioria dos agricultores pobres.

Na execução das políticas fiscais, como o autor explicou acima, uma das despesas fiscais, que foi reduzida pelo governo, é a concessão de subsídios aos agricultores pobres. Por isso os agricultores estão sujeitos a sofrer elevados custos de produção, que aumentam os preços dos produtos. Isso se torna um desafio para os agricultores por causa da abertura das economias e da alta competição no mercado, bem como o princípio do mercado aberto é deixar o mercado determinar o preço dos produtos agrícolas, o que levou a um mau desempenho e à perda. Por exemplo, na Tanzânia, atualmente, não há a importação

de arroz da Ásia, que é vendido a um preço mais barato (Tshs 700), comparado com o produzido localmente, que custa para as pessoas Tshs 1400, portanto, era melhor e muito mais barato do que o caro arroz local.

Além do capital, a determinação dos preços dos produtos agrícolas é um fator que contribui para o declínio do rendimento dos trabalhadores agrícolas. Antes do início da reforma, havia um número de sociedades cooperativas que ajudava na compra de produtos agrícolas dos agricultores, e os preços eram fixados pelo governo. Após a reforma, com a demanda das condicionalidades dos doadores, os preços devem ser determinados pelo mercado, uma vez que foi postulado por Antonio Sera que, eles só leem nos jornais o que o mercado está pronto para pagar em um dia específico (Reinert, 2007). Por exemplo, os preços dos rendimentos de produtos na Tanzânia caíram drasticamente. No Kilimanjaro, por exemplo, um quilo de café foi vendido por 1.400 xelins tanzanianos em 1995, mas em 2002, foi vendido a 400 Xelins da Tanzânia, os preços caíram 60 por cento em termos absolutos durante esses sete anos. Com castanhas em Mtwara, a tendência é a mesma, castanhas foram vendidas por 800 Xelins da Tanzânia em 1996, mas em 2002 os preços caíram para 400, antes de aumentar novamente para 600 e cair durante a crise para 400 Tshs (Kiwara, 2005). Os cultivos dos agricultores são vendidos por cooperativas privadas nas áreas rurais por preços baixos e as cooperativas estão vendendo a preços muito mais elevados nas zonas urbanas. Por exemplo, recentemente, um quilo de castanha de caju é vendido nas áreas rurais por 600 Tshs, o preço de um quilo de castanha de caju nas áreas urbanas é vendido por 4000 Tshs antes de processado e 8000 Tshs após processado, um preço que não é justo para o agricultores rurais.

O rendimento dos tanzanianos não pode ser melhorado se a globalização neoliberal, que é acompanhada pelo desenvolvimento tecnológico e pela expansão do capital humano, não for expandida para o setor agrícola. Na Tanzânia, embora a agricultura seja o maior empregador, tem um fluxo de investimento estrangeiro direto que não têm sido capaz de beneficiar os agricultores, pois observando os dados atuais a partir de 1995 até 2002, a taxa de investimento no setor agrícola cresce muito lentamente, de 3,6% para 8,2%, respectivamente. A maior taxa de investimento foi canalizada para o setor da indústria transformadora, que está empregando o menor número de pessoas.

Embora a imagem dos programas de investimento mostre que a agricultura é o terceiro setor em recebimento de investimentos, satisfatório para as áreas rurais ainda não é bom o suficiente, já que os investimentos são canalizados para Dar es Salaam e para as grandes cidades urbanas como Mbeya, Mwanza, Moshi e Arusha, onde há, de alguma forma, um sistema desenvolvido de infra-estrutura. Uma expansão de IED em áreas rurais é um alicerce fundamental para a melhoria de outros setores, como o das indústrias transformadoras.

3.6 Flexibilidade e Legalização de empregos não-padronizados

Embora as reformas removam restrições do mercado de trabalho, elas começaram há muitos anos e já afetaram o mercado de trabalho, a nova legislação trabalhista, tal como na Tanzânia, veio para cumprir o propósito de destruição, uma vez que ela veio com a legalização do que já foi denominado como ruim para o mercado de trabalho. Segundo o Ministério do trabalho, do desenvolvimento da juventude e dos desportos, o primeiro relatório do grupo de trabalho sobre o trabalho da Reforma Legislativa de junho de 2003, a nova legislação trabalhista foi baseada na premissa de que a lei deve prever um mínimo de proteção do emprego, com a máxima flexibilidade. As duas leis, que são a do Emprego e a das Relações do Trabalho, n° 6 de 2004 e a Lei Institucional do Trabalho n° 7 de 2004 foram formadas depois que revogaram a sete leis que foram vistas como ultrapassadas e não propícias para a atração de investimentos, também foi alegado que havia muitas leis trabalhistas fragmentadas, o que tornava difícil lidar com questões trabalhistas.

O ELRA facilitou a criação de empregos atípicos, como trabalhos temporários, trabalhos de meio-período, trabalhos sazonais, bem como os informais. A antiga portaria de leis trabalhistas estava permitindo a existência da informalidade, mas a nova lei diz aboli-la, mas ela ainda existe de outra maneira. A Seção 14 do ELRA está oferecendo três tipos de contratos que são: contrato por um período indeterminado de tempo, um contrato para um período de tempo específico para profissionais e quadros de gestão, e um contrato para uma tarefa específica (ELRA, 2004). Sob esses três tipos de contratos, empregadores têm substituído a informalidade por um contrato de tarefa específica, no qual uma pessoa recebe uma tarefa por dia e é paga no mesmo dia, após a conclusão da tarefa. Portanto, a

legalização do que podemos chamar de empregos não-padronizados é um resultado do influxo destes empregos não-padronizados na Tanzânia como trabalhadores informais. Um grande número de indústrias na Tanzânia está empregando este tipo de trabalhadores, com salários mais baixos e que não são abrangidos pela segurança social.

Na Tanzânia, a concorrência e a produtividade se encarregaram do mercado de trabalho. Com o fato de que os salários têm que ter em conta os custos reais de vida e, portanto, oferecer garantia de renda para os trabalhadores. Na Tanzânia, a justiça social tem sido suprimida em favor da concorrência e da produtividade, resultando em trabalhadores que estão recebendo salários muito baixos, que são desproporcionais com relação aos custos reais de vida (Ackson, 2009). Por exemplo, o salário mínimo legal atual é de E.U. \$ 50. No entanto, as estimativas para o salário mínimo em 2004 eram de 92 dólares a E.U. \$ 138, e em 2007 foram Tshs 242. Como, então, espera-se que um empregado sobreviva em 2009 com um salário de E.U. \$ 50?⁸

Tabela 12: Salário mínimo como previsto pela ordem salarial em vários setores na Tanzânia 2006

Setor	Salário em E.U. \$
Setor do Governo	61
Agricultura	50
Indústrias	61
Transporte e comunicação	215
Serviços domésticos	50
Segurança privada	61

Fonte: A interpretação do Ato de Leis, Cap 1 Ordem feita sob a seção 26 da notificação do governo No. 222 publicado em 16/11/2007.

Este novo salário mínimo que passou a ser aplicável em 2007 foi alterado a partir de um salário mínimo que foi passado de 30 para 34 dólares americanos por mês, que era demasiado baixo para um trabalhador sobreviver. Agora, o novo salário está em vigor,

⁸ Nota: Tshs = Xelins da Tanzânia e 1 EU \$ é equivalente a 1300 a 1400 Xelins da Tanzânia.

mas ainda é demasiado baixo para cobrir o custo de vida atual. Enquanto Sindicatos queixam-se que os novos salários sejam baixos para os trabalhadores, os empregadores também estão reclamando que o salário é muito alto para a sua sobrevivência. Mas porque a "Lei do Emprego e das Relações do Trabalho" de 2004, preveu que o ministro responsável pelas questões de trabalho pode isentar alguns empregadores e, assim, locais de trabalho de um número de condições de trabalho, incluindo a remuneração. Também a seção 39 (3) da Lei das Instituições de Trabalho de 2004 prevê que a Ordem de salários "pode ser aplicada a todos ou a alguns dos empregadores e dos trabalhadores do setor e da área envolvidos". Esta flexibilidade existe principalmente para proteger os empregadores contra as forças do mercado concorrentes no mundo globalizado. Tomando o exemplo da aplicação do salário mínimo vigente, apesar de estarem bem longe do custo de vida atual, com exceção dos setores de mineração, transportes e comunicações, nos quais os empregados têm direito a um salário mensal de E.U. \$ 242, os empregadores são da opinião que os salários mínimos definidos são altos e, portanto, não são economicamente eficientes e contraproducentes. Em virtude da seção 100 da Lei do Emprego e das Relações do Trabalho de 2004, alguns empregadores do setor privado na Tanzânia pediram ao Ministro a isenção da aplicação da Ordem dos salários. Em particular, a Tanzânia e a China Friendship Textile Company Ltd requereram a isenção da aplicação da Ordem dos salários aos empregados. O ministro, na qualidade de detentor poderes isentou os empregadores das normas de trabalho determinadas, emitidas pela Lei do Emprego e das Relações do Trabalho n.º 6 de 2004, isenção do Ministro (feita sob a seção 100 (1)). A ordem de isenção do ministro afirmou que os empregadores no setor secundário de produção, especialmente das indústrias, estavam isentos do "pagamento de uma remuneração e, em particular do pagamento da taxa mínima de E.U. \$ 115 por mês, que era fornecido pelas grandes indústrias, que não podiam pagar menos de E.U. \$ 61 por mês. O principal argumento apresentado pelo governo sobre a questão da redução do salário mínimo para alguns empregadores era "temores genuínos de perder mercados externos para os concorrentes se as exportações [da Tanzânia] se tornassem muito caros", entre outras razões. Os poderes conferidos ao ministro por lei de isentar alguns empregadores da aplicação das normas trabalhistas, especialmente daquelas relativas à remuneração, às horas de trabalho e à flexibilidade para os trabalhadores com

responsabilidades familiares são supérfluas e a lei deve ser alterada. Afinal, não faria sentido dispensar alguns empregadores do pagamento do salário mínimo legal, enquanto outros empregadores pagariam o salário mínimo legalmente estabelecido, assim isso seria uma desvantagem para o empregador e o empregado. Quanto aos trabalhadores do setor isento, eles estariam desmoralizados a trabalharem duro por causa dos baixos salários, embora o empregador possa enfrentar a baixa produtividade, os trabalhadores não se comprometem a trabalhar.

Empregadores e suas respectivas organizações na Tanzânia tem a opinião que o salário mínimo colocaria a Tanzânia em uma posição de desvantagem em relação a países concorrentes, porque os investidores que se deslocam para países com salários mais razoáveis, neste caso, os salários mais baixos do que a Tanzânia, acabariam por paralisar a economia, uma vez que levaria à perda de empregos, as indústrias transformadoras seriam inviáveis e poderiam conduzir a um desinvestimento e a uma deslocalização dos investidores para outros países custos mais concorrenciais, tais como a Índia, onde o salário mínimo é de USD68, a Nigéria USD45, Madagascar USD28 , USD27 Nepal, Sri Lanka USD37.33, Vietnã USD44, Paquistão e Bangladesh USD49.50 USD41. Este argumento não é surpreendente, pois está de acordo com o argumento do Banco Mundial de que padrões de trabalho onerosos e irreais tendem a minar os objetivos altamente honrosos da reforma do mercado de trabalho, ao detrimento de salários, padrões de locais de trabalho, criação de empregos e segurança, além do avanço de oportunidades iguais (Ackson, 2009).

CAPÍTULO QUATRO

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1 Conclusão

De volta aos objetivos desse estudo, ele foi conduzido para descobrir a dinâmica da globalização neoliberal através de políticas sobre a criação e reprodução da classe dos trabalhadores pobres na Tanzânia. Através da combinação de dados secundários que foram revistos da classe trabalhadora na Tanzânia, que foram adquiridos de uma pesquisa anterior, relatórios e pesquisas, esse estudo se beneficiou e é rico em descobertas que surgem com a conclusão seguinte.

O início das políticas neoliberais foi seguido pela inserção de programas de recuperação econômica do FMI e do Banco Mundial, que além do ajuste econômico teve um objetivo global de redução da pobreza. O primeiro programa de 1986, o Programa de Ajuste Estrutural (SAP) falhou e seguiram com a adoção de outro programa em 1999, os Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSP). A inserção desses programas vai de mão em mão com as pré-condições para o recebimento de ajudas, as quais exigiam que os países seguissem a reestruturação macroeconômica, do planejamento central ao planejamento de mercado, e falham ao seguir as pré-condições, seguido pela retirada de doadores ao financiar um país. Portanto, para um país em desenvolvimento como a Tanzânia, que depende de ajudas e fundos para complementar seu orçamento, é necessário seguir as condições, na expectativa de alcançar um maior crescimento.

A Tanzânia, desde a adoção de reformas neoliberais até a falha do SAP e a inserção do PRSP em 1999, teve seu governo aplicando políticas neoliberais de deixar o mercado promover o crescimento, a distribuição de renda e a redução da pobreza. O governo parou de intervir no mercado, privatizando os serviços sociais dos cidadãos como educação, saúde, subsídios para fazendeiros e crédito bancário aos cidadãos. Além disso, a criação de empregos também deixou as forças de mercado, tornando o setor privado um mecanismo de crescimento. Essa abordagem macroeconômica está criando e reproduzindo uma classe de trabalhadores pobres.

Esse estudo descobriu que a política fiscal adotada, que encoraja o aumento da tributação e da redução dos gastos públicos, é positiva para o crescimento, mas não para uma melhora de renda. Na tributação a carga é transferida individualmente através de impostos de renda, impostos sobre vendas, e taxas alfandegárias sobre importações. E recentemente, a carga de tributação é transferida de cooperativas para indivíduos. Com relação às despesas, o governo reduziu os gastos sociais e de atividades de desenvolvimento e se concentrou em gastos recorrentes, que são salários e pagamentos de dívidas públicas. Aqui, isso significa que as dívidas públicas levaram vantagem sobre os serviços sociais para o povo. Como resultado, a educação e os serviços de saúde estão deteriorados, os fazendeiros não recebem mais subsídios do governo, e os serviços de desenvolvimento como infraestrutura estão cerceados. A deterioração dos serviços de saúde é um fator contribuinte para uma expectativa de vida menor, que reduz o número de adultos sobre o número de jovens e cria um grande número de dependentes.

O estudo também descobriu que as políticas monetárias adotadas, na forma de políticas monetárias contracionárias para atingir a inflação, estão reduzindo o fornecimento de dinheiro para a economia, que posteriormente reduz os gastos de consumo e reduz poupanças e investimentos. A redução de investimentos tem um impacto na criação de empregos. O desemprego e a formação de pobres, bem como de trabalhos não-padronizados são um resultado dessa tendência. O estudo descobriu que o desemprego está criando um grupo maior de dependentes e a deterioração do Mercado de trabalho com trabalhos não-padronizados, que não oferecem segurança social; isso pode fazer uma pessoa empregada cair para o grupo de desempregados a qualquer hora, e assim segue o ciclo, devido a trabalhos flexíveis e frágeis do mercado de trabalho. A redução no fornecimento de dinheiro na economia, junto com os altos índices de juros (taxas de empréstimos) está dificultando a disponibilidade de créditos, uma vez que os indivíduos que precisam de crédito para investir nos setores privados têm que pagar altas taxas de juros, o que os leva a ter dívidas por um longo período de tempo. O princípio do governo de tornar o setor privado um motor de crescimento não pode ser bem sucedido se essa política, que está encurtando o dinheiro na economia, mais do que expandindo e continuará a ser utilizado.

De volta aos tipos de trabalho que caracterizam o mercado de trabalho da Tanzânia, esse estudo descobriu que o Mercado de trabalho não é produtivo porque é caracterizado pela criação de pobres e de mais tipos de trabalho precários do que formais, produtivos e decentes. Mais de 70 por cento da população ainda estão empregados no setor agrícola e são informais, sem proteção social e trabalhista, e assim, produzem para sua subsistência. A maioria dos que estão se transferindo do setor agrícola estão empregados em setores informais, como trabalhos domésticos, lojas, ou são operadores de máquinas e instalações. Tipos de trabalho produtivos e formais, como administradores, profissionais e legisladores estão em queda, e, ao invest deles, os informais estão ganhando espaço. Além disso, esse estudo descobriu que há uma relação fraca entre os trabalhos não-padronizados e a pobreza, porque a baixa renda que caracteriza esses tipos de trabalho está fazendo com que a maioria trabalhe na pobreza, uma vez que os setores não são produtivos e não têm segurança social para torná-los mais frágeis e torna mais difícil de se recuperarem em caso de queda dos negócios. Embora trabalhar nesses tipos de trabalhos não necessariamente torna um indivíduo pobre.

Observando as realizações educacionais da força de trabalho, o estudo descobriu que há uma estagnação das melhorias educacionais na Tanzânia. Isso porque até 2003, os dados disponíveis mostram que a maioria (62,8%) da força de trabalho completou apenas a educação fundamental, e a minoria (0,5%) se formou e foi para universidades. Observando a relação entre as realizações educacionais da força de trabalho e a renda, observa-se que a maior renda é obtida pelos que foram para o ensino médio ou além, e aqueles que cursaram o ensino fundamental ou menos terminaram ganhando um quarto ou menos da renda dos que cursaram o ensino médio ou mais. Portanto, a redução da pobreza se dá ao adquirir-se um bom trabalho, o que está associado a uma educação boa e de qualidade.

A flexibilização das leis trabalhistas, como foram revogadas em 2004 e substituídas pelas novas, veio com o que o autor chama de ilusão, porque o que é ditto como flexível está afetando a classe trabalhadora ao criarem empregos flexíveis através do direito de contratar e demitir, de empregos não-padronizados como a informalidade, o trabalho sazonal e tipos atípicos de trabalho sendo legalizados pelo ELRA. Apesar disso, o novo salário mínimo (que foi introduzido com a lei em 2004), e entrou em vigor a partir de

2007, é de E.U. \$ 50 por mês, que está abaixo do salário para a sobrevivência, de E.U.\$ 242. Ainda pior é o poder do ministro de isentar qualquer funcionário da aplicabilidade de qualquer provisão da lei, e o ministro usa esse poder de isentar alguns dos empregados de pagar o salário mínimo. Esse é outro motive que está diminuendo a renda da classe trabalhadora, especialmente os empregados pagos para quem o salário mínimo é aplicável.¹

Finalmente até 2010 a Tanzânia terá 25 anos de reformas, e não há nenhum desenvolvimento em termos de renda dos trabalhadores do país, e os trabalhadores pobres estão aumentando. A principal coisa que o governo deveria fazer é intervir, especialmente na provisão de services sociais. Aumentar os gastos com serviços de saúde e água ajudaria a combater doenças como a malária, TB, cólera e HIV/Aids, que são raras em países desenvolvidos. Aumentar os gastos com educação, especialmente o provisionamento de uma educação maior irá melhorar as habilidades da classe trabalhadora e os investidores irão pagar salários maiores, já que vimos nesse estudo que uma melhor educação aumenta o pagamento. Gastar com a provisão de subsidies dos fazendeiros rurais ajudaria a aumentar o capital para desenvolvimento da terra nas atividades agrícolas e mais fazendeiros deixariam a subsistência para se tornarem produtores competitivos.

4.2 Recomendações

Após a independência, o governo da Tanzânia foi despolitizado e desmobilizado pelos agents da globalização. Os agentes da globalização como o FMI, Banco Mundial e doadores surgiram com o SAP no início da década de 80 e recentemente com o PRSP; eles estão usando esses programas de ajuste e programas de redução da pobreza impondo suas próprias vontades sobre novos governos através de conselheiros, empréstimos e condicionalidades. Exemplo é o governo da Tanzânia, que ao tentar reduzir as condicionalidades do FMI e do BM, os doadores ameaçaram retirar os fundos e pagamentos de débitos. Portanto, uma vez que o governo é aprisionado por essas condicionalidades, é um desafio modificar essas políticas porque ficam sem o poder de desafiar. Para ter uma sociedade transformadora e reduzir o grupo de trabalhadores

pobres, o governo tem que mudar suas políticas macroeconômicas e aderir à provisão de serviços sociais para o povo. Para atingir essa solidariedade das comunidades regionais como a SADC e a EAC, que podem também ajudar a mudar a sociedade, especialmente propondo políticas que são do maior interesse do povo. O que é importante agora para os países em desenvolvimento é um suporte coerente das organizações regionais e sub-regionais para trabalhar e tomar decisões em solidariedade. Um bom passo será articular um desenvolvimento pró-ativo, melhor que confiar em IED e adotar e implementar as políticas do norte. O que é preciso fazer é desenhar suas próprias políticas para o desenvolvimento que irão promover um desenvolvimento sustentável. Organizações regionais precisam expandir a solidariedade, simplesmente porque ficaram divididas por um longo tempo, e às vezes falharam em fornecer um suporte comum para si, que seria para melhorar suas sociedades. Um exemplo de fragmentação na comunidade regional SADC foi visto no caso de Malawi, com a desvalorização de Kwacha, onde o presidente recusou a desvalorização da moeda quando descobriu que ela afetaria a posição econômica de Malawi, e a questão de Mugabe, que estava protegendo a terra para os cidadãos e recusou a oferecê-la aos brancos, com essas questões que são para o bem dos cidadãos, alguns dos líderes africanos as desafiaram. A divisão de líderes africanos se dá porque eles querem proteger seus interesses e continuar a receber o apoio dos doadores. O que é exigido agora é que se observe a história econômica para adotar e implementar o que é viável para eles sem seguir as políticas do norte, que também são orientadas para lucros privados.

Para a Tanzânia criar mais empregos através do setor privado, especialmente os decentes, a economia doméstica deve ser melhorada, mais do que depender de investimentos estrangeiros. Para obter sucesso com isso, o governo precisa reduzir políticas monetárias contracionistas e aplicassem políticas monetárias expansionárias, aumentar a quantidade de dinheiro em circulação para que as pessoas possam economizar e investir. O governo também deveria se assegurar de que aquelas das áreas rurais são favorecidas em termos de crédito e recebam treinamento para gerenciamento de crédito e investimentos. A expansão de instituições que podem ajudar os trabalhadores rurais a obterem créditos como SACCOS, PRIDE e FINCA, dos quais a maioria são projetos em áreas urbanas que

deveriam também ser repassados para as áreas rurais. Isso porque a maioria dos pobres rurais não consegue empréstimos através de bancos privados devido à falta de hipotecas que agem como colaterais para um grande empréstimo. Mas instituições como a SACCOS, PRIDE e FINCA são boas porque elas são a formação de grupos pequenos que podem contribuir lentamente e fazer empréstimos passo-a-passo, conforme a quantidade de contribuições e retornos. Essas instituições também devem se assegurar que as pré-condições para receber empréstimos não são pesadas para os rurais pobres. Canais de crédito dos setores privados sozinhos nas áreas rurais não seriam suficientes se a infraestrutura não for melhorada. O governo deveria se assegurar que as condições de infraestrutura são boas, para facilitar o transporte de produtos agrícolas das áreas rurais. O desenvolvimento da infraestrutura deveria ainda motivar outros investidores a investirem nas áreas rurais e o fluxo de IED ao setor agrícola também. A boa estratégia a ser adotada pelo governo para se assegurar de que o fluxo de investimentos vá para o setor agrícola é fazer restrições aos investidores estrangeiros sobre os setores a serem investidos. O autor não recomenda muito o encorajamento de investimento estrangeiro direto, mas deveria ser feito sobre o investimento doméstico, porque os investidores estrangeiros irão exigir um ambiente macroeconômico útil para investimento, o que geralmente é muito ruim para os Tanzanianos: as políticas monetárias apertadas para a estabilização de preços e diminuição da inflação, a desregulação de salários e os procedimentos legais, especialmente para ocupações de terras.

Uma das melhores alternativas propostas pela ANSA e que o autor achou melhor adotar é a abordagem de direitos humanos para o desenvolvimento. Os direitos humanos agem com justiça e igualdade, o autor aqui está argumentando em termos de distribuição de recursos de todos os níveis, se nacionalmente deve-se alcançar as áreas rurais tanto quanto o que é distribuído nas áreas urbanas, isso é melhor para um país que tem uma grande população rural, como a Tanzânia. A ANSA argumenta que a provisão de serviços sociais como água, energia, saúde e educação não pode ser garantida igualmente para todos se estão deixados para as forças de mercado. Serviços sociais não são itens a serem privatizados, já que são parte básica dos direitos humanos, e os estados têm a responsabilidade de assegurá-los todos e igualmente para o povo (ANSA, 2007). As

pessoas também tem o direito de receberem services sociais, segurança social (segurança trabalhista e fundos de pensão). Se o governo deixasse as redes de provisão de segurança social para investidores privados, que estão lá por lucros, não deveríamos esperar mudanças. Como isso poderia ser feito? Na Tanzânia há algumas organizações que tratam de questões dos direitos humanos, como o Centro de Direitos Humanos e Legais (LHRC) e a Comissão pelos Direitos Humanos e Boa Governança, que é uma agência do governo, e muitas outras organizações, que de uma forma ou de outra, tratam de questões dos direitos humanos e deveriam parar com a violação desses direitos. Os sindicatos ainda podem agir sob pressão e defender o desafio e a reversão da privatização desses direitos sociais. Um exemplo do convênio entre os direitos sociais e econômicos é dado quando os services de educação devem ser assegurados gratuitamente aos cidadãos em todos os níveis, de instituições de ensino básico a superior⁹. Outro exemplo é encontrado em Gana e na África do Sul, onde organizações comunitárias estão travando batalhas contra a privatização da água.

Outra saída possível é o uso de atores sociais, como sindicatos e ONGs. Isso pode ser feito melhor se os atores sociais construírem uma forte solidariedade e construírem um movimento da base. Da base significa que precisarão mobilizar os trabalhadores desde a raiz, o que inclui os setores que, por um longo período, foram difíceis de organizar, como agricultores, especialmente os autônomos e os trabalhadores informais. Educação e treinamentos podem ser melhor usados como instrumentos para mobilizar as massas que ainda não estão cientes do que está acontecendo na atual era globalizada. Se a maioria da classe trabalhadora recebesse conhecimento e compreensão da atual era globalizada e sobre como as políticas do governo os estão afetando, isso ajudaria a construir um movimento forte, no qual os sindicatos receberão um grande apoio e influência da sociedade. Para fazer com que o estado se responsabilize e aja pelo interesse do povo trabalhador, mais instrumentos como lobbying e advocacia seriam úteis para ajudar a receber a atenção do estado. Embora tenha se provado difícil para um sindicato individual agir e pressionar os estados, a solidariedade iniciada pelas Federações Globais de Sindicatos como FMI, IUF, ICEM e PSI deve ser continuada descobrir mais alternativas

⁹Artigo 13 do Convênio Internacional de direitos econômicos, sociais e culturais, Adotado e aberto para assinatura pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia geral de 16 de dezembro, 1966

e estratégias especialmente em formas de organizar os setores desorganizados. A maioria dos sindicatos está com falta do hábito de conduzir pesquisas, conduzir mais pesquisas no campo dos trabalhadores e sindicatos sera um bom instrumento para compreender as áreas que precisam ser trabalhadas e melhor sugeriria formas de combatê-las, especialmente começando com estratégias de mobilizar as massas dos setores desorganizados.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ACKSON, T. *Regulating Working Conditions in the Globalised World: recent trends in Tanzania*. Tanzania: University of Dar es Salaam, Faculty of Law, 2009.

ANSA. *Alternative to Neoliberalism in Southern Africa: towards a people-driven development agenda*. Harare Zimbabwe: ANSA Secretariat, 2007.

ASSENS, J. & JENSEN, K. *Profile of The Labour Market and Trade Union In Tanzania*, Denmark: LOFTF Council, Project No. 036/002/01, April 2003.

ARESTIS, P. *On the Effectiveness of Monetary Policy and Fiscal Policy*. Working Paper No 369. New York: Levy Economics Institute of Bard College, January 2003.

BIRD, G. What happened to the Washington Consensus. *World Economics*, Vol 2, No. 4, 2001.

CHEN, M. A. Rethinking the Informal Economy: linkages with the formal economy and the formal regulatory environment. In Ocampo, J.A. and Jomo, K.S. (ed.) *Towards Full and Decent Employment*. New York, USA: Orient Longman, Zed Books and TWN in association with the United Nations, 2007.

ELRA. *Employment and Labour Relation Act*, No. 4 of 2004.

EPSTEIN S. A. *GATT - the Uruguay Round Agreement and Developing Countries*, National Law Centre of Inter American Free Trade, 1998. Available on <http://www.natlaw.com/pubs/gatt.htm>.

GALLAGHER and ZARSKY. The Promise of FDI for Sustainable Development in Gallagher and Lyuba Zarsky, *The Enclave Economy. Foreign Investment and Sustainable Development in Mexico's Silicon Valley*. MIT Press, Cambridge, 2007.

GUNDOGAN, N. BICERLI. K, M. and AYDIN. The Working Poor: a comparative analysis. MPRA paper by Ufuk Anadolu University, 2005. Online at [http://Mpra.ub.uni-muenchen.de/5096/MPRA paper](http://Mpra.ub.uni-muenchen.de/5096/MPRA%20paper).

HARVEY, D. *A brief History of Neo liberalism*. New York, Oxford University Press Inc 2005.

HARTWICH, O. M. Neoliberalism: the Genesis of Political Swearword. The Center For Independent Studies, *CIS Occasional Paper* 114, 21 may 2009. Also found in http://www.cis.org.au/temp/op114_neoliberalism.pdf

HOBSBAWM, E. *The Age of Extremes: a history of the World, 1914-1991*. New York: Pantheon Books, 1995.

HOEKMAN, B.; WINTERS L, A. Trade and Employment: Stylized facts and research findings. *Policy Research Working Papers* 3676. Washington DC: World Bank, 2005.

ICESR. *The International Covenant of Economic, Social Rights and Cultural Rights*. Adopted and opened for signature by the General Assembly resolution 2200A (XXI) of 16 December 1966.

ILO. *Global Employment Trends*. Geneva: International Labour Office, January 2009.

ILO. *Key Indicators of Labour Market*. 6th Edition. Geneva: International Labour Office, 2006.

ILO, *World Employment Report 2004-2005: Employment, Productivity and Poverty Reduction*. Geneva: ILO, 2005.

ILFS. *Analytical Report for the Integrated Labour Force Survey*, 2006. Found in <http://www.nbs.go.tz-intergrated-labour-force-survey-analytical-2006.pdf>

ILFS. *Analytical Report For the Integrated Labour Force Survey*, 2000. Also found in <http://www.nbs.go.tz-intergrated-labour-force-survey-analytical-2000.pdf>

JE PENG, T. & MINGAT, A. *Education in Asia: a comparative study of cost and financing*. Washington DC: The World Bank, 1992.

JOMO, K.S. Towards Full Employment and Decent Work: an introduction. In: OCAMPO J. A. and JOMO, K.S. (ed.) *Towards Full and Decent Employment*. New York, USA: Zed Books; United Nations Publications, 2007.

KAISER, P. J. Structural Adjustment and Fragile Nation: the Demise of Social Unity in Tanzania, *The Journal of Modern African Studies*, Vol 34, No. 2, 1996.

KEYNES, J. M. *General Theory of Employment Interest and Money*. Cambridge-UK: Cambridge Press, 1973.

KHOR, M. *The Impact of Globalization and liberalization on Agricultural and Small farmers in Developing Countries: the experience of Ghana*. Third World Network, 2006. Available on <http://www.twinside.org.sg/pos.htm>

KIWARA, A, D. Globalization: Challenges and Opportunity for Health care Sector in Tanzania. In: Msambachika, L. A.; Mwamba, N. E. and Mashindano, O. J. (Ed). *Globalization and Challenges for Development in Tanzania*. Dar es Salaam-Tanzania: University Press, 2005.

LEE, E. Trade Liberalization and Employment, Desa Working paper No 5, ST/ESA/DWP/5, October, 2005.

LUPOGO, H. Civil-military relation and Political Stability, *Africa Security Review*, Vol 10; No. 1, also found on <http://www.empereur.com/tanzania.html>

MANACORDA, M. & KONDYLIS, F. Youth in the Labour market and Transition from School to Work in Tanzania. In GARCIA, M. and FARES, J. (Ed.) *Youth in Africa Labour Market*. Washington DC, USA: The World Bank, 2008.

MAHDI, S, T. Trade Liberalization and Poverty Reduction in Developing Countries: The case of Africa. A paper presented on the third Conference of Institute of Human Rights, Indiana University Fort Wayne, Indiana, September 18-20, 2009.

MKENDA, K. B. The Impact of Globalization on Tanzania's Labour Market: Evidence from the Manufacturing Sector. A paper prepared for a policy dialogue for Accelerating Growth and Poverty Reduction in Tanzania, ESRF, on July, 2005. Found in: <http://www.tzonline.org/pdf/theimpactofglobalisationontanzaniaslabourmarket.pdf>

MSAMBACHIKA, L, A. Agriculture in Tanzania: performance and key factors to competitiveness. In: Msambachika, L.A.; Mwamba, N.E; Mashindano, O.J (Ed) *Globalization and Challenges for Development in Tanzania*. Tanzania: DUP, 2006.

MOSHI, H, P, B. Recent development in the second economy. In Biermann, W.; Moshi, H. P. B. (Ed). *Contextualizing for Poverty in Tanzania: historical origins, policy failures and recent trends*. Dar Es Salaam-Tanzania: DUP, 1997.

MUQTADA, M. Macroeconomic Stability, Growth and Employment, Issues and Consideration beyond the Washington Consensus. *Employment Paper 48*, Geneva, ILO, Employment Sector, 2003.

NDULU, B, J & Mutalemwa, K. C. *Tanzania at the Turn of the Century*: background papers and statistics. Washington DC: World Bank, 2002.

NGOWI, D. Y. K. Towards Education Reform in a Globalised Environment: the case of Tanzania. In: Msambachika, L. A.; Mwamba, N. E. and Mashindano, O. J. (Ed), *Globalization and Challenges for Development in Tanzania*. Tanzania: Dar es Salaam University Press, 2005.

NGOWI, P, H. Economic Development and Change in Tanzania since Independence: the Political Leadership Factor. A Paper presented at 29th AAPAM Annual Roundtable Conference, Mbabane Swaziland 3-7th September 2007.

NSAGANZILA, S. *Labour Market Situation and The Future of Trade Union In Tanzania*. Research submitted for the partial fulfillment of the Master in Social Economy and Labour. Brazil: The State University of Campinas, 2009.

NYERERE, J. *The Arusha Declaration*. Tanganyika African National Union - TANU, 1967. Also found in <http://www.marxists.org/subject/africa/nyerere/1967/arusha-declaration.htm>

NYONI, T. S. Implication of the 2007/08 Budget in the development of the agricultural sector. A paper presented on policy dialogue seminar on Post Budget (2007/08) Discussion Forum, 19th June 2007. ESRF, also available on http://www.sarpn.org.za/documents/d0002672/tanzania_agriculture_june2007.pdf

POLANYI, Karl. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*, Boston, and Beacon Press, 1944.

PHDR. *Poverty and Human Development Report*, 2007. Found in http://www.povertymonitoring.go.tz/documents/phdr_frontpage.pdf

RAHMAN, S. *Liberalization and Interaction with the Market: A survey of some experience of Rural Producers in Developing Countries*, Third World Network 2006. On http://www.twinside.org.sg/tittle2/parmeena/paper_for_ifad_on_liberalization_farmers_final_27march06.doc

RANIS, G. STEWART, F. RAMIREZ, A. *Economic Growth and Human Development*. USA: Yale University, New Heaven Connecticut, 2000.

REINERT, E. S. *How rich Countries Got Rich... And Why Poor Countries Stay Poor*. London: Constable and Robinson Ltd, 2007.

RODGERS, G. Labour Market Flexibility and Decent Work. In Ocampo, A.J. and Jomo, K.S. (Ed). *Towards Full and Decent Employment*. New York, USA: Zed Books: United Nations Publications, 2007.

ROGERS, G. Precarious Work in Western Europe: The State of the Debate. In: Gerry and Janine Rogers (Ed). *Precarious Jobs in Labour market Regulations: the growth of atypical employment in Western Europe*. ILO, ISS, 1989.

SARRIS, A. H. & VAN DE BRINK, R. *Economic Policy and Household Welfare During Crises and Adjustment in Tanzania*. London: New York University Press, 1993.

SEERAJ, M. Economic Policy, Globalization and the Labour Movement: changes in the global economy from the golden age to neo liberal era. *Global Labour University Working Papers*, No. 1, Feb 2008.

SEMBOJA, J. and BOL, D. Public Policy and Poverty reduction in Tanzania. In: Bol, D.; Luvanga, N. and Shitundu, J. (Ed). *Economic Management in Tanzania*. Dar es salaam, Tanzania: Tema Publishers, 1997.

SHIVJI, I. G. *Law, State and the Working Class in Tanzania*. London: James Currey LTD, 1986.

STANFORD, J. *Economics for Everyone: a short guide to the economics of capitalism*. Canada: Fernwood Publishing, 2008.

STEIN, H. Theories of The State in Tanzania: a critical assessment, *The Journal of Modern African Studies*, Vol 23, No 1, 1985.

The Interpretation of Laws Act, cap 1, order made under section 26 of the Government Notice No. 222 published on 16/11/2007.

THE WORLD BANK. *The East Asian Miracle: economic growth and public policy*, Washington DC, The World Bank, 1993.

THE WORLD BANK. *Tanzania Agricultural Sector Study*. Tanzania: WB and Ministry of Agriculture and Cooperatives, 1994.

THE WORLD BANK. *Tanzania - the challenges of reform: growth, income and welfare*. Vol II Washington: World Bank, 1996.

THOMAS, H. *Trade Reforms and Food security: countries case studies and synthesis*. ROME: FAO, 2006. Available on <http://www.fao.org/docrep/009/a0581e/a0581e00.htm>.

UNCTAD. *Globalization and the Labour Market*. Paper prepared by the UNCTAD Secretariat for the meeting of the ILO working party on the social dimension of globalization, 12 Nov 2001.

UNCTAD. *The Least Developed Countries Report on Growth, Poverty and the Terms of development Partnership*. New York and Geneva: United Nations, 2008.

UNDP. *Human Development Report - Country fact sheet*. United Republic of Tanzania, 2009. http://hdrstats.undp.org/en/countries/country_fact_sheets/cty_fs_TZA.html.

UNDP. *The Poverty and Human development report*. Dar Es Salaam, Tanzania: REPOA, 2007. Also found in, <http://www.povertymonitoring.go.tz>

UNITED NATION. *Millennium Development Goals Report*, 2008.

VAN DER HOEVEN, R. and LUBKER, M. Financial openness and Employment: The Need for Coherent International and National Policies. In Ocampo A.J and Jomo KS (Ed). *Towards Full and Decent Employment*. New York, USA: Zed Books: United Nations Publications, 2007

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. In John Williamson (ed). *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1990.

WOLFF, E. N. *Poverty and Income Distribution*. United Kingdom: Willey-Blackwell, 2009.

DATABASES

CCB. <http://ccb.colorado.edu/ijas/tazadj2.html>, table 1

ILO yearbook of labour statistics, <http://laboursta.ilo.org/Tanzania>, 2008

NHP- National Health Policy: Ministry of Health. Dar es Salaam, Tanzania, 2001

Tanzania National Website, macroeconomic policy frameworks found in <http://www.tanzania.go.tz/macroeconomicpolicy/2008>

Tanzania national website, Economic Surveys, found in <http://www.government.go.tz/economicsurveys/2007>

Tanzania National Bureau of Statistics, Intergrated Labour Force Surveys found in <http://www.nbs.go.tz/intergratedlabourforcesurveys/1990/2000/2006>

Tanzania National Bureau of Statistics; <http://www.nbs.go.tz/CPI>

Tanzania national bureau of Statistics; national accounts of Tanzania mainland; <http://www.nbs.go.tz/nationalaccountsoftanzania/2007> pdf

WRI. <http://earthtrends.wri.org/countryprofiles/tanzania>